

Eva da Conceição Pinto Nogueira

Processo Migratório e Mudança Social num concelho do
Baixo Tâmega: Marco de Canaveses.

O caso da freguesia rural de Tuíás (1960-2001)



Porto - 2006

AGRADECIMENTOS

A concretização do presente estudo seria de todo impensável sem o contributo de pessoas e instituições que cooperaram na corporalização do Projecto. Por tal facto, a todos expressamos o nosso agradecimento, especificando, contudo, os auxílios imprescindíveis à sua execução.

Câmara Municipal do Marco de Canaveses, que nos facultou a consulta das Actas de reuniões da edilidade de 1978 e 1979. Junta de Freguesia de Tuíás, que nos disponibilizou toda a informação viável relativa à autarquia. Biblioteca Municipal do Marco de Canaveses, pela cedência de fotografias e de esclarecimentos úteis e necessários à realização do trabalho.

A todos aqueles que se disponibilizaram para participar nas entrevistas incluídas na investigação, despendendo algumas horas do seu tempo e partilhando connosco as suas histórias de vida. Aos que contribuíram, pela mesma via, para a recolha de informações sobre o quotidiano das populações marcoenses, na década de 60, e as diferentes feições patenteadas pela agricultura relativamente ao mesmo período e à actualidade.

Ao Dr. Carlos Manuel Pancadas, pelos conselhos, sugestões e paciência com que nos presenteou desde a fase inicial do Projecto até à sua conclusão.

Por fim, ao Orientador Científico da presente Tese, Professor Doutor Jorge Fernandes Alves, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pelo encorajamento e contínuo apoio que nos dispensou no decurso da realização do trabalho agora apresentado.

*À memória de meus pais que aqui labutaram, dia e noite,
numa luta constante pela obtenção de provimentos
necessários à sustentação dos seus descendentes.*

*Aos marcoenses que aqui vivem, ou viveram, e escolheram
preservar os laços afectivos que os unem à terra que os viu
nascer, ou em que habitaram.*

*Ao Carlos, amigo e conselheiro nos momentos de dúvida e
insegurança que por vezes me acometeram no decurso da
realização do presente exercício de pesquisa.*

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
1. O tema de análise	3
2. Objectivos da investigação	3
3. Teoria e Metodologia	4
4. Estrutura do Plano	5
PRIMEIRA PARTE	
Portugal na década de 1960: caracterização sumária de um contexto de transição nos panoramas espacial, demográfico e socio-económico.	8
1. Um impulso de mudança inédito na História do país.	9
1.1. Factores de transformação e amplitude dos efeitos.	11
1.2. População e Crescimento.	18
1.3. A vida nos espaços Rurais e Urbanos.	31
1.4. Litoral e Interior: distância e assimetria.	38
SEGUNDA PARTE	
O concelho de Marco de Canaveses: principais linhas de evolução desde a sua fundação ao despertar de uma nova era na década de 1960.	43
1. Antecedentes socio-económicos e administrativos (1850-1960).	43
1.1 Breve história da formação do concelho.	43
1.2 Espaço, Sociedade e Economia.	47
1.3 Tradição e Cultura.	54
2. Disposição da economia marcoense nos anos 60. Modernidade e Sociedade Rural.	59
2.1 Ecologia e Estruturas agrárias (condicionalismos geo-históricos).	60
2.1.1. Propriedade fundiária.	61
2.1.2. Estratificação social.	62
2.1.3. Sistema de exploração e produção.	64
2.2 Indústria.	66
2.2.1. A «Electro - Moagem do Marco» e a «Fábricas de Moagem do Marco».	67
2.2.2. A Fábrica de Papel.	68
2.2.3. Outras indústrias.	69
2.3 Comércio.	71
2.3.1. O Sistema de Mercados Municipais.	73
2.3.2. O comércio de particulares (em pequena escala).	74
3. Memórias de um passado recente (depoimentos de informantes).	74
3.1. O quotidiano	75
3.2. Infra-estruturas: água, luz, estradas, telefones, bens domésticos, electrodomésticos, rádio e TV.	76
3.3. Alimentação	78
3.4. Habitação	79

3.5. Saúde	80
3.6. Educação	81
3.7. Transportes	82
TERCEIRA PARTE	
Dinâmica demográfica e relevância do factor migratório no processo de mudança social de uma freguesia rural do concelho de Marco de Canaveses: Tuías (1960-2001).	86
1. Interesse de um estudo de caso em investigação histórica.	86
1.1. Questões de metodologia e análise.	87
2. Enquadramento geral da freguesia de Tuías.	89
3. A componente socio-demográfica da freguesia de Tuías.	92
3.1. Evolução populacional entre 1850 e 2003.	92
3.2. Estruturas populacionais no período 1960-2001.	94
3.2.1. Repartição da população por grupos etários.	95
3.2.2. Relações de Masculinidade.	99
3.2.3. Grupos Funcionais.	102
3.3. Natalidade e Mortalidade.	103
4. A estratégia migratória	104
4.1. Factores propulsionadores do processo.	104
4.2. Rumos antigos e recentes.	105
4.3. Os actores sociais: residentes permanentes, migrantes temporários e eternos ausentes.	108
4.4. Perfil social dos migrantes e mobilidade socio-profissional.	109
4.5. Motivações e expectativas dos diferentes tipos de migrantes.	113
4.6. Experiências migratórias (depoimentos pessoais; histórias de vida)	114
5. Recomposição do tecido social.	125
5.1. Contributo das migrações.	125
5.2. Interdependência face ao centro urbano do Porto.	129
5.3. Inovação Tecnológica.	131
5.4. Modificação das actividades económicas.	134
CONCLUSÃO.	137
ANEXOS.	139
FONTES E BIBLIOGRAFIA.	147

INTRODUÇÃO

1. O tema de análise

Justificação da pesquisa: A presente investigação incide sobre a tentativa de conhecimento dos factos e da conjuntura subjacentes ao Processo Migratório e Mudança Social (impacto sobre o indivíduo, a família e a comunidade) na evolução e desenvolvimento de uma freguesia rural do concelho de Marco de Canaveses, no período compreendido entre 1960 e a actualidade.

Escolha do tema: O objecto em estudo pressupõe uma interrogação e reflexão sobre a importância dos fenómenos que terão concorrido para a acentuação do fluxo migratório no concelho de Marco de Canaveses, particularmente na freguesia de Tuías, e as repercussões deste movimento no tecido social, tendo em conta a rápida passagem de uma sociedade eminentemente rural a um contexto sociocultural de contornos urbanos.

Motivos de eleição da freguesia de Tuías como tema de trabalho: O contacto com uma realidade social de cujo quotidiano a autora se sente participante. O reconhecimento das possibilidades operativas do conceito de comunidade/freguesia, enquanto escala laboratorial propícia ao estudo dos processos sociais no espaço e no tempo.

2. Objectivos da Investigação

Interpretação de uma realidade social específica: Colocar em evidência os factos objectivamente intervenientes na conjuntura de transformação demográfica, cultural, social, económica e ambiental do concelho em estudo, tendo em vista uma análise dos efeitos dessas transformações na vida dos habitantes da freguesia em estudo.

Apresentação de pistas de reflexão sobre a Mudança no Espaço Social Rural considerado. Seu interesse no contexto da Historiografia Local Contemporânea: Fenómeno migratório em espaço rural –

dinâmicas de estabilidade e ruptura. Análise social e perspectivas de História Local.

3. Teoria e Metodologia.

Enquadramento Temático

Quadro cronológico de referência na evolução espacial e demográfica dos espaços rurais portugueses (de 1850 à actualidade).

- Contrastes na distribuição territorial da população portuguesa (meados do séc. XIX): Litoral / Interior e Norte / Sul;
- A vinicultura duriense e a introdução da cultura do milho: impacto socio-económico;
- A vaga migratória nortenha para o Brasil: diminuição de mão-de-obra rural e retorno dos «brasileiros»;
- O fim da Monarquia e a implantação da República;
- Da Primeira Grande Guerra (1914-1918) à queda da República;
- O Estado Novo: os Planos de Fomento;
- Os anos 60 e o país contemporâneo: início de um ciclo de mudanças estruturantes na Sociedade Portuguesa.
- Guerra Colonial, novos destinos migratórios, transformações sociais e económicas;
- Da revolução de Abril de 1974 à adesão Europeia.

A situação no distrito do Porto e no Concelho de Marco de Canaveses:

Estrutura fundiária, estrutura etária, crescimento demográfico, população activa agrícola; envelhecimento, quadro migratório: emigração, imigração, mobilidade inter e intra-regional, sazonalidade.

Enquadramento Analítico

Delimitação Conceptual: da operacionalidade estratégica do conceito de «comunidade» na concepção do estudo monográfico.

Modelo de Análise: considerações sobre o tipo de «Estudo de Caso» em questão.

Enquadramento Metodológico

Levantamento e identificação de referências bibliográficas:

informação diversa concernente a questões de ordem temática, teórica, técnica e prática. Consulta dos Recenseamentos Gerais da População e dos Recenseamentos Gerais Agrícolas, para obtenção de dados estatísticos. Recorrência a estudos efectuados pela Comissão de Coordenação da Região Norte. Análise do Diário da República que publicou a aprovação da implantação da Zona Industrial em Tuías. Pesquisa de Actas da Câmara Municipal do Marco e análise de elementos do PDM (Marco de Canaveses).

Observação Participante: análise geral da comunidade e consulta de informadores seleccionados pelo seu conhecimento de questões consideradas relevantes no estudo a empreender.

Entrevistas Qualitativas e Histórias de Vida: recolha de informação informal, ou parcialmente estruturada, tendo em vista um conhecimento de questões mais profundas e passíveis de ilustrar a mundividência e o posicionamento dos entrevistados em relação aos assuntos em estudo, nomeadamente as estruturas agrícolas da década de 60 e as actuais. Testemunhos pessoais de emigrantes que relatam a sua própria experiência migratória.

Produção e Apresentação de Informação Estatística: busca-se a exposição descritiva de dados em forma de tabelas, com o propósito de ilustrar, de forma objectiva, os argumentos a produzir.

4. Estrutura do Plano

O plano obedece, no seu conjunto, a uma unidade que, por motivos de controle inerentes à organização da sua execução, se projectou em Três Partes distintas que se pretendem inter-relacionadas na sua compreensão.

Primeira Parte: Centra-se o assunto nos anos 60, sobre os quais se pretende traçar uma perspectiva compreensiva centrada nos factos que contribuíram para o incremento de um significativo conjunto de mudanças de grande impacto em todos os domínios da vida do país. No contexto do assunto abordado, particulariza-se esta leitura, segmentando-

a de forma mais objectiva no aprofundamento de questões do âmbito da População e Território.

Segunda Parte: Na medida em que é o espaço privilegiado de investigação, o concelho do Marco de Canaveses constitui o tema de destaque, incidindo o desdobramento da sua análise na tentativa de reunião de um conjunto de elementos cujo enquadramento Histórico, Sociológico e Antropológico se considera indispensável à compreensão da análise.

Terceira Parte: A freguesia de Tuíás e a dinâmica demográfica observada entre 1960 e a actualidade configuram o desenvolvimento deste estudo de caso. O enquadramento geral da povoação, a componente socio-demográfica entre 1850 e a actualidade, o factor migratório e a mutação social ocorrida no período seleccionado dão forma à última Parte da presente investigação.

*Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança;
Todo o mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades.*

*Continuamente vemos novidades,
Diferentes em tudo da esperança;
Do mal ficam as mágoas na lembrança,
E do bem, se algum houve, as saudades.*

*O tempo cobre o chão de verde manto,
Que já coberto foi de neve fria,
E em mim converte em choro o doce canto.*

*E, afora este mudar-se cada dia,
Outra mudança faz de mor espanto:
Que não se muda já como soía.*

Luís de Camões (1524 – 1580)

PRIMEIRA PARTE

Portugal na década de 1960: caracterização sumária de um contexto de transição nos panoramas espacial, demográfico e socio-económico.

Em 1938, numa entrevista concedida a Henri Massis, António de Oliveira Salazar definiu o ideal que conduziria o seu desempenho como Presidente do Conselho valendo-se da expressão *fazer viver Portugal habitualmente*. João Medina desenvolve o princípio subjacente ao pensamento que determinaria a acção política do estadista explicando: (...) *reconstruir o seu país normalmente, sem pretender a tarefa impossível de o modificar, de lhe mudar a natureza, sem se sentir obrigado a apelar (...) a um dinamismo que seria uma espécie de embriaguez a que se sucederia uma depressão*¹. Este desejo de continuidade foi subitamente abalado mediante o deflagrar da IIª Grande Guerra e a conjuntura mundial daí decorrente que, apesar de indirectamente e dada a não participação directa do país no conflito, acabou por condicionar a evolução económica portuguesa. Não obstante o impulso observado na indústria, em consequência da necessidade de um auto-sustento que promovesse a substituição das importações anteriormente realizadas junto dos países agora envolvidos na guerra, a temporária prosperidade não foi acompanhada por uma adequada evolução técnica dos meios de produção ligados às actividades industriais, ou aos sectores primário e dos serviços, que permitisse a sua sustentabilidade.

E eis-nos chegados às décadas de 1950 e 1960, período em que parecem estar novamente reunidas as condições que facultariam a Portugal o regresso ao *viver habitualmente*. Mas as estruturas económicas, sociais e até políticas legadas dos anos 30 e 40 tendiam a uma irreversível mutação e a aparente imagem de permanente imobilismo e estagnação ocultava uma indelével transformação das bases dessas mesmas estruturas, a qual veiculava uma pretendida modernização. Seriam estes objectivos de desenvolvimento nacional plena e efectivamente alcançados?

¹ MEDINA, João: 45.

1. Um impulso de mudança inédito na História do país.

Se no decurso da presente pesquisa nos deparamos com a ideia generalizada de crescimento económico no período em estudo, impõe-se, perante esta constatação, a necessidade de um prévio esclarecimento terminológico que nos faculte a definição de alguns conceitos utilizados. Mediante este propósito, tal como Mário Murteira, (...) *por desenvolvimento económico entenderemos o processo de transformações nas mentalidades, nas relações entre grupos sociais e nas instituições capazes de assegurar, de forma durável, o crescimento do produto em termos reais. O simples aumento do produto real traduzirá um período de crescimento económico, simultâneo ou não com o desenvolvimento atrás definido. Uma determinada economia poderá atravessar assim, logicamente, uma fase de crescimento (...) sem que tenha sido observável um desenvolvimento paralelo*². E, dado que as leituras efectuadas nos permitem também depreender que se verificou um detectável desenvolvimento industrial, somos levados a referir, mais uma vez através das palavras de Mário Murteira que, por desenvolvimento industrial se deve entender *um aumento da participação do produto industrial (actividades secundárias) no produto global, concomitante com uma progressiva diversificação da estrutura industrial existente*³. Depois deste breve parêntesis prosseguiremos, seguidamente, com a decomposição dos agentes condicionadores da realidade em estudo.

Numerosas ocorrências se agruparam para originar toda uma conjuntura que nos permite distinguir a década de 60. Logo à partida observa-se um crescente movimento expansionista da indústria, que relega para segundo plano o sector das actividades agrícolas, tradicionalmente a ocupar a primazia na economia portuguesa. Com efeito, a corrente industrialista anteriormente difundida por Ferreira Dias triunfou finalmente na política económica, podendo-se afirmar que (...) *nesta altura era já visível aquilo que ninguém podia prever 10 a 15 anos antes: a radical perda de importância socioeconómica da agricultura transformando-a num sector subsidiário dentro da economia portuguesa, abertamente dependente dos ditames do mundo industrial e urbano*⁴. A esta situação não estaria certamente alheio o elevado êxodo rural que então se verificou. Apesar das diversas tentativas de reforma agrária e sequente modernização

² MURTEIRA, Mário, 1964: 484.

³ MURTEIRA, Mário, 1964: 484.

⁴ ROSAS, Fernando: 442 .

da agricultura, o facto é que as mesmas nunca se processaram, e o sistema produtivo agrícola acusava as limitações impostas por este défice, revelando-se num exíguo rendimento que impelia ao abandono das terras e ao engrossar das fileiras de operários nas cidades do litoral. Uma consequência da evasão do meio agrário será o incremento dos centros urbanos e o progressivo crescimento das suas periferias.

Paralelamente ao êxodo rural direccionado para os centros urbanos, observa-se um acentuado movimento migratório no sentido de outros países europeus, com especial destaque para a França e a Alemanha. Factor externo impulsionador deste fenómeno seria o plano de reconstrução da Europa no pós segunda guerra mundial e a necessidade, daqui decorrente, de mão-de-obra vinda das diversas regiões intra-europeias⁵. Inquestionável é, sem dúvida, o alto fluxo emigratório que, na década de 60, atinge o cume mais elevado da história da emigração portuguesa⁶. As remessas financeiras entretanto enviadas pelos emigrados forneceriam um dos sustentáculos da economia nacional, materializado na forma de investimentos, quer no sector industrial, quer no agrícola. Entretanto, algum descontentamento se vinha já instalando face ao regime autoritário em vigor no nosso país, alheio às directrizes económicas e sociais externas criadas na sequência do final da IIª Grande Guerra. Sintoma desse mesmo descontentamento, revelado particularmente nas faixas urbanas de litoral, terá sido a perceptível adesão à candidatura de Humberto Delgado, que se assumiu como uma alternativa ao candidato presidencial do regime, manifestada nas eleições de 1958⁷. Distante das novas tendências internacionais de cooperação económico-financeira entre nações e o desmembramento dos grandes impérios coloniais, Portugal teimava em prosseguir *orgulhosamente só*, esquivando-se à integração nos Tratados e Instituições recém-criados e defendendo os territórios conquistados em África como se de uma mesma nação, a portuguesa, se tratassem. É nesta perspectiva que são enviados militares para as guerras coloniais que, por se desencadarem no período em referência, permitem também destacá-lo das décadas envolventes.

Contudo é aqui, nos anos 60, que se verifica uma nítida abertura de Portugal à Europa e às instituições de cooperação económica europeia aquando da sua integração, como um dos países membros, na recém-criada Associação Europeia de Comércio Livre (E.F.T.A.). Esta incorporação contribuirá para a emergência em Portugal de uma

⁵ SANTOS, Vanda, 2004: 17.

⁶ SERRÃO, Joel: 43.

⁷ ALVES, Jorge Fernandes, 1998: 5-6.

corrente pró-europeia, que doravante se reflectirá sobre a orientação da política externa do país. De observar que é também em Novembro de 1960 que se efectuam acordos com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Internacional de Reestruturação e Desenvolvimento. Em Maio de 1962 encetam-se negociações com a Comunidade Económica Europeia (C.E.E.), no sentido de um acordo de associação, acção que não obteve agora os efeitos pretendidos em consequência do veto a todos os países filiados na E.F.T.A.. No entanto a rota estava já traçada, e, Portugal celebra em 1972 um acordo com a C.E.E., firmando-se por esta via os novos rumos da política económica portuguesa. Com efeito, a partir de meados da década de 60 percepção-se claramente a viragem para uma ligação ao exterior e ao princípio da complementaridade das economias, abandonando-se o modelo da autarcia das três décadas precedentes. É também neste período que Portugal se tornará destinatário de investimentos estrangeiros, o que se reflectirá beneficemente na evolução da indústria nacional. A par destes investimentos, surgem no panorama económico português os grandes grupos económico-financeiros que doravante estruturarão e controlarão o essencial da economia portuguesa.

Desta conjuntura não poderemos excluir outras variáveis que contribuíram também para a reestruturação do todo nacional no período em referência. Por tal facto, estas e outras particularidades exigem de nós uma preocupação e atenção mais aprofundadas, razão pela qual nos propomos, nas páginas seguintes, a um desenvolvimento e análise mais alargados que nos permitam uma plena compreensão da realidade social e económica da época em estudo.

1.1. Factores de transformação e amplitude dos efeitos.

Para uma completa compreensão que abarque os diferentes contornos de determinada condição, necessária se torna uma busca das raízes, dos factores que constituíram a origem dessas circunstâncias. Será este o propósito do pensamento que subjaz ao teor do presente trabalho no fragmento que a seguir se apresenta.

Já aqui foi referido que a economia nacional registou, na década de 60, uma aposta no desenvolvimento industrial assente nas correntes industrialistas que, no decurso dos anos 30, adquiriram consistência. No entanto, este progresso não teve a acompanhá-lo uma agricultura suficientemente capaz de sustentar a indústria nascente em Portugal - os interesses do ruralismo tradicional impediram o parcelamento/emparcelamento com a

decorrente modernização e mecanização fundiária preconizados pela reforma agrária. Já em 1887 Oliveira Martins apresentara um projecto de lei de fomento rural, seguidamente a atrair adeptos junto dos seus pares, o qual previa uma reabilitação nacional com base numa reforma da agricultura, apta a servir de suporte a um equilibrado desenvolvimento industrial. Posteriormente, e já em pleno Estado Novo, Rafael Duque, na qualidade de Ministro da Agricultura (1934-1940) e da Economia (1940-1944) viria a desenvolver uma política agrária assente naquilo a que alguns autores refeririam como projecto *neofisiocrático*, o qual bebia as suas origens nos preceitos de Oliveira Martins. Constava o mesmo de um programa que pressupunha o emparcelamento das pequenas explorações agrícolas a norte do rio Tejo em consonância com o parcelamento das grandes do sul, e sequente ocupação destas por agricultores oriundos das primeiras. Esta colonização deveria ser auxiliada por eficazes obras de hidráulica agrícola que permitissem a rega dos campos do Alentejo, cujas condições naturais eram menos favoráveis à produção. Nos solos isentos de aptidão agrícola, dever-se-ia proceder a uma correcta arborização de forma a contrabalançar equilibradamente áreas cultivadas e florestais. Com este propósito incumbe a Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola (J.A.O.H.A.), em 1935, de efectuar um plano de estudos e construções, pelo Decreto-Lei nº 27 207 de 11 de Junho de 1936 cria uma Junta de Colonização Interna atribuindo-lhe, entre outras funções, a autoridade para instalar casais agrícolas nos terrenos que a J.A.O.H.A. fosse entregando, e elabora ainda o Plano de Povoamento Florestal. A todos estes projectos Rafael Duque associou a ideia da necessidade de industrialização do território nacional, pensamento inovador num país predominantemente rural cuja ideologia dominante quase confundia a economia portuguesa com actividade agrícola. Estas propostas veriam fracassados os seus intentos – os agrários alentejanos mostraram-se avessos às tentativas de reformismo recusando partilhar as grandes propriedades com pequenos colonos. A ideia do desenvolvimento industrial também lhes desagradou porque daí receavam a perda do domínio agrícola na economia. Contudo, esta antipatia pela indústria não se justificava em princípios desenvolvimentistas da ruralidade, mas tão somente na defesa dos seus interesses mais directos. Mau grado o manifesto desamor pelas ideias reformistas, assiste-se, na década de 60, a uma relativa mecanização nas áreas do centro e sul do país, onde proliferavam os latifúndios, devida ao acentuado êxodo rural; no entanto, apesar das transformações e parcial modernização, a agricultura não respondeu às necessidades de uma economia e população crescentemente urbanizadas. O facto é que,

ao longo dos anos 30 e 40, se defrontaram na nossa sociedade os defensores das correntes industrialistas e os protectores da soberana agricultura, sem que algum dos sectores lograsse obter o progresso essencial a um crescimento económico sustentado. Assim, em plena década de 60 e quando finalmente a industrialização adquire lugar de destaque na nossa economia, ela é encetada sem o contributo de uma reforma agrária pois esta nunca se concretizara verdadeiramente. Mas procuremos averiguar a evolução da nossa indústria no decurso do ciclo que medeia o período eleito como âmago do presente estudo.

Na segunda metade do século XIX Portugal poder-se-ia considerar um país não industrializado, virado para a exploração do património colonial ao mesmo tempo que, timidamente, esboçava uma política de industrialização assente na *substituição de importações*. O princípio da autarcia e o condicionamento industrial dominavam, e dominaram até meados da centúria seguinte, as políticas industrialistas nacionais, e cerceavam qualquer ensaio de relações comerciais com objectivos de alargamento das exportações, o livre funcionamento dos mercados e a emergência da iniciativa privada. A própria pretensão de substituição de importações era contrariada pela concorrência de manufacturas e bens de equipamento estrangeiros, estimulada por um sistema de trocas a nosso desfavor e uma protecção aduaneira direccionada mais por critérios fiscais que por incentivos à industrialização. Mesmo nas conjunturas favoráveis, em que a concorrência de capitais e mercadorias externos diminuía – na crise de 1890, na I Guerra Mundial, na crise de 1929 – a indústria não reuniu as condições necessárias ao pleno aproveitamento dessas oportunidades, a um verdadeiro arranque, antes se constituiu por ligeiros surtos isentos das capacidades e competências essenciais a um contínuo e equilibrado crescimento, à sustentabilidade destes pequenos avanços.

A II Guerra Mundial, mais uma vez, proporcionou as circunstâncias propícias ao desenvolvimento industrial, dada a necessidade de substituição das importações oriundas dos países directamente envolvidos no conflito. Todavia, novamente o fugaz incremento não foi auxiliado por uma eficaz evolução técnica dos meios de produção. Por outro lado, Portugal não possuía um mercado nacional suficientemente amplo que permitisse escoar a produção excedentária do pós-guerra. Desta forma, e apesar das ténues tentativas de desenvolvimento industrial ao longo da primeira metade do século XX, o facto é que as mesmas não depararam com uma numerosa e abastada classe média rural, bem como uma população rural de recursos, embora mais limitados, capazes de formar a base da procura sustentadora quer das indústrias de bens

intermediários e de equipamentos, quer das indústrias de bens de consumo geral; em suma, não encontraram uma produção agrícola apta, em termos de produtividade e de preços, a sustentar o próprio desenvolvimento industrial.

Contudo é em meados da década de 40 e com Ferreira Dias, um acérrimo defensor da corrente industrialista a ocupar o cargo de Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria, que as leis de electrificação e fomento industrial são promulgadas, e, pela primeira vez, se abandona a ideia do inevitável primado da agricultura em Portugal. Ao longo das décadas de 50 e 60 regista-se uma alteração das estruturas da economia na sequência deste ímpeto da electrificação e da modernização iniciado na década anterior – a nova estratégia económica do Estado impulsionava as condições promovedoras de um marcado crescimento industrial. Mediante a solicitação do auxílio americano no contexto da ajuda Marshall, é elaborado, em consonância com as normas impostas à solicitação e obtenção de ajuda, um plano de desenvolvimento a médio prazo, o qual esteve na origem do I Plano de Fomento (1953-1958). Embora este, no essencial, se reduzisse a um programa organizado de investimentos públicos sem objectividade precisa relativamente ao desenvolvimento económico e social, o I Plano de Fomento pautou-se por uma novidade quanto à indústria: solicitou à iniciativa privada a reactivação da mesma indústria, coadjuvada pelo contributo estatal que criaria as condições necessárias ao seu recrudescimento. O II Congresso dos Economistas e da Indústria Portuguesa que, em 1957, reuniu em Lisboa a elite política e económica do País, na sua Sessão de Encerramento apelou também ao incentivo e criação das condições propícias à iniciativa privada. Observe-se ainda que no mesmo Congresso se circunscreve uma viragem no discurso da política económica do Estado e do regime, agora com cariz antiautárcico. O I Plano de Fomento iniciou uma *era* de planeamentos de pendor global da economia. Até 1974 sucederam-se outros planos que mantiveram os objectivos centrais, muito embora adaptando os conteúdos à progressiva substituição da lógica corporativista pela da economia de mercado.

Em meados dos anos 60 uma nova geração de economistas e engenheiros integra definitivamente os alicerces do pensamento industrialista na política económica abarcando simultaneamente os pressupostos da grande agricultura que, forçada pelo êxodo rural a modernizar-se parcialmente, também se distinguiu da sua antecessora. Mas, a indústria suplanta, actual e indubitavelmente, o sector agrícola na economia nacional, tal como podemos observar pelo quadro que de seguida é apresentado.

Quadro I

Estrutura da economia portuguesa (composição do PIB por sectores económicos)
(%)

Sectores	Anos	
	1960	1973
Primário	22,4	12,0
Secundário	36,3	41,2
Terciário	41,3	46,9
Economia	100,0	100,0

Fonte: Cálculos de PIMENTA, Carlos; FIGUEIREDO, Octávio; BRANDÃO, António: 76, a partir de Baptista et al. (1997) e Pinheiro et al. (1997).

Os valores demonstram um acelerado crescimento da produção industrial e um declínio da contribuição da agricultura para o crescimento total da economia. A taxa de crescimento do produto industrial português no período referenciado colocou-se por entre as mais elevadas do mundo e Portugal integrou, assim, relatórios e estudos que observavam os «novos países industrializados»⁸. Não obstante, as políticas industriais assentes no pressuposto de que o crescimento do sector industrial, por si só, acarretaria o desenvolvimento económico integral do País, revelaram-se inoperantes. Ao ser negligenciado um progresso paralelo do sector primário, verificou-se que a expansão industrial atingida não garantiu um efectivo desenvolvimento económico sustentado e equilibrado. Assim, a crise generalizada de 1973 veio encontrar um território fortemente dependente da conjuntura externa, incapaz de seguir os seus próprios trilhos, muito embora, devendo estes ser constrangidos pela permuta de relações económicas, sociais e culturais.

Entretanto é também neste período que se desencadeiam as guerras coloniais que mobilizaram grande parte dos nossos militares. A política colonial do Estado Novo teve como marco de transição para uma nova fase o Acto Colonial, diploma publicado a 8 de Julho de 1930 que consolidava a soberania portuguesa no ultramar. Contrariamente aos ditames da Sociedade das Nações, que preconizavam uma *internacionalização* dos

⁸ PIMENTA, Carlos; et al: 76.

territórios coloniais, a política salazarista incumbia a *Nação Portuguesa* (de) *desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam*⁹. Esta concepção determinaria a conduta do regime face às colónias do ultramar, muito embora as sucessivas pressões políticas externas no sentido da desocupação desses territórios. Diferentes convicções se confrontavam na direcção a tomar no domínio das relações comerciais: abertura preferencial à Europa ou preservação e solidificação dos laços com África? É neste contexto que a partir dos anos 50 se verificam algumas mudanças conducentes à criação de fortes economias nas colónias, sobretudo em Angola e Moçambique, passíveis de conceber um Espaço Económico Português (E.E.C.) e capazes de concorrer beneficentemente com os mercados português metropolitano e os externos. Nesse sentido, a administração portuguesa inclinou-se para a formação de infra-estruturas que compreendiam investimentos nos transportes, comunicações, urbanização, energia eléctrica e fomento mineiro e agrícola. Das explorações agrícolas obtinha-se o sisal, café e açúcar; das extractivas os diamantes, o petróleo e o minério de ferro. Estes produtos destinavam-se ao mercado externo, e, dada a sua procura e tendência altista dos preços, contribuíram para o crescimento do PIB. Assim, não obstante os efeitos de destruição em diversos sectores da sociedade e economia tradicionais africanas, resultantes da guerra iniciada em Angola em 1961 e das que se seguiram nas demais colónias, registou-se um claro processo de desenvolvimento no período em estudo, ainda que, social e politicamente assente na discriminação e sobreexploração das populações africanas.

As maiores particularidades de mudança estrutural da sociedade portuguesa nos anos 60 foram condicionadas por três fenómenos essenciais: o êxodo rural e o *boom* da emigração a ele associado - assunto a desenvolver adiante de forma mais alargada, a industrialização e a abertura económica à Europa. Com efeito, se até 1960 os rumos da política externa se direccionaram por um marcado isolamento, tardia, mas inevitavelmente, comportaram uma viragem que rompeu definitivamente com as linhas anteriores. A opção pela abertura à Europa toma decisivamente forma pela via da integração de Portugal na Associação Europeia de Comércio Livre (E.F.T.A.), em Janeiro de 1960. Esta *experiência europeia da E.F.T.A. faz emergir em Portugal, particularmente nas elites económicas, uma corrente pró-europeia que acabará por se*

⁹ ALEXANDRE, Valentim: 48

*reflectir sobre a própria orientação externa do país*¹⁰. Foi assim que o ideal autárquico se substituiu pela livre permuta de bens e serviços entre as nações e pela cooperação e complementaridade das economias. Na sequência desta disposição celebram-se, ainda em Novembro de 1960, acordos com o Fomento Monetário Internacional e o Banco Internacional de Reestruturação e Desenvolvimento. Portugal tornou-se também, no período em análise, destinatário do investimento estrangeiro, o qual resultou, em finais de 1973, na existência de cerca de 270 empresas em território nacional articuladas ou administradas por capital de unidades multinacionais¹¹. Em 1962 solicitam-se negociações com a Comunidade Económica Europeia (C.E.E.) na tentativa de se estabelecer um acordo de associação; a pretensão somente seria alcançada em Julho de 1972, e, apenas no dia 1 de Janeiro de 1986 o nosso país lograria tornar-se membro de pleno direito da C.E.E.; no entanto, as bases estavam lançadas e a bússola que norteava as novas direcções da nossa política externa traçava uma rota voltada para a Europa. Não obstante a conjugação de todos os factores enunciados e as transformações ocorridas no período em análise, apura-se que não houve um incremento suficientemente durável do produto em termos reais que nos permita afirmar que ocorreu um desenvolvimento. Com efeito, ao iniciar-se a década de 70 os sintomas de crise dos modelos adoptados eram evidentes e o défice comercial agravava-se; a dívida pública, fortemente favorecida pelas guerras coloniais, ampliara-se; a persistência dos baixos salários, factor incentivador dos investimentos estrangeiros, obstou à criação de uma fonte de procura que viabilizasse um mercado interno sólido; revelaram-se a inexistência de uma mão-de-obra qualificada que incentivasse a continuidade do investimento externo e uma agricultura incapaz de suportar e acompanhar a evolução industrial decorrente, enfim, não se arquitectaram as bases necessárias a uma economia sustentável. Desta forma, conclui-se que não ocorreu em Portugal uma fase de desenvolvimento, mas sim uma etapa de crescimento económico assente numa progressiva industrialização. É sobre algumas das demonstrações desse crescimento que incidirá parte do texto que seguidamente é exibido.

¹⁰ TEIXEIRA, Nuno Severiano: 88.

¹¹ ROSAS, Fernando: 482.

1.2. População e Crescimento

Calcula-se que no ano de 1950 a população portuguesa fosse estimada em 8 441 312 pessoas, 8 851 289 em 1960 e 8 617 640 em 1970¹². Pelo que nos é dado observar, a partir de 1960 a taxa de crescimento anual desacelera e os números absolutos da população registam uma queda tal que apresentam uma taxa de crescimento anual negativa. O quadro número 2 ilustra de forma mais clara esta evolução.

Quadro 2
Taxas de crescimento total anual médio, por distritos (1950-1970)
(percentagem)

Distritos	1950-1960	1960-1970
Aveiro	0,82	0,42
Beja	-0,50	-2,95
Braga	0,89	0,26
Bragança	0,22	-2,50
Castelo Branco	-0,25	-2,11
Coimbra	-0,12	-0,73
Évora	-0,09	-2,00
Faro	-0,42	-1,56
Guarda	-0,85	-2,82
Leiria	0,21	-0,65
Lisboa	1,24	1,35
Portalegre	-0,61	-2,48
Porto	1,25	1,00
Santarém	0,03	-0,70

¹² ROSAS, Fernando: 419.

Setúbal	1,48	2,26
Viana do Castelo	-0,06	-0,98
Vila Real	0,18	-1,98
Viseu	0,48	-1,56

Fonte: ROSAS, Fernando: 420; a partir de Nazareth, 1985.

Como se pode verificar, a propensão para valores da taxa de crescimento anual negativo é quase generalizada nos diversos distritos. A diminuição da população é assinalável sobretudo nos distritos do interior, onde a saída dos jovens no sentido das regiões do litoral se faz sentir de forma acentuada. Destacam-se, pela positiva, os distritos de Lisboa e Setúbal que apresentam uma evolução da taxa de incremento populacional, factor compreensível pelo mercado desenvolvimento industrial aqui assinalado. Com efeito, a estes distritos estão associados os subsectores modernos da indústria, aqueles que se ligam à «segunda revolução industrial» (metalúrgicas de base, metalomecânicas e material eléctrico, químicas e petróleo), correspondendo também aos mesmos melhores remunerações, razão que explica o aumento demográfico apurado. No norte, região em que proliferavam as indústrias tradicionais, os salários mantinham níveis mais baixos; por seu lado no interior as populações campesinas não encontravam resposta à satisfação das suas necessidades vitais, factores que se constituíram propensos à repulsão populacional.

A tendência de diminuição demográfica semi-uniformizada explica-se ainda pelas guerras coloniais em África que, conjuntamente com a emigração maciça para além Pirenéus, afectou negativamente a média de crescimento anual. Paralelamente, surge no cenário familiar nacional uma nova atitude perante a fertilidade que preconizava já uma difusão dos métodos anticoncepcionais, a qual contribuiu também para a alteração demográfica observada – muito embora se manifeste um considerável aumento da nupcialidade, em coerente equivalência com um progressivo melhoramento das condições de vida, o recurso ao controle da natalidade provoca uma contracção dos nascimentos. No início dos anos 60, Portugal continuava a ser um país pobre no conjunto dos outros países europeus e as conjunturas sócio-económicas existentes não permitiam às populações um nível de vida plenamente aceitável. Consequentemente, apesar do contínuo progresso na esperança de vida à nascença, mantinha-se uma das

médias de níveis de anos de existência mais baixas no grupo dos países europeus, mesmo entre os mais atrasados do Sul da Europa. Em contrapartida, a taxa de mortalidade infantil localizava-se por entre as mais altas da Europa Ocidental. Observemos o comportamento das taxas de natalidade e mortalidade na época em estudo:

Quadro 3
Taxas de natalidade e mortalidade em Portugal
(Permilagem)

Anos	1949/52	1959/62	1969/72
Taxa de Natalidade	24,70	24,30	21,00
Taxa de Mortalidade	12,20	11,00	10,90

Fonte: ROSAS, Fernando: 420; a partir de Nazareth, 1985.

Os dados apresentados revelam uma progressiva diminuição da taxa de natalidade, explicável pelos surtos migratórios verificados na década de 60. Da mesma forma, a taxa de mortalidade manifesta uma ligeira tendência para o decréscimo, circunstância inteligível pela evolutiva melhoria das condições de vida das populações que, embora insatisfatória no contexto europeu, possibilitou um aumento da esperança média de vida.

O analfabetismo permanecia também ainda muito elevado, atingindo a percentagem de iletrados na nossa população um dos valores mais acentuados da Europa.

Quadro 4

Taxa de analfabetismo em Portugal no período compreendido entre 1930-1960
(em % da população com mais de 7 anos)

Anos	Taxa
1930	62,3
1940	52,6
1950	40,4
1960	31,1

Fonte: PIMENTA, Carlos; et al: 59 - Cálculos realizados a partir dos Recenseamentos da população do INE.

Esta situação manifestava-se como consequência do abandono, por Salazar, da prioridade anteriormente estabelecida no projecto económico da Primeira República, a educação, em favor de preocupações com o desenvolvimento de grandes infra-estruturas, de que são exemplo as vias de transporte e de rede eléctrica. Os investimentos aqui efectuados relegaram para segundo plano o empenho na educação, o que se reflectiu, consequentemente, nos valores dos índices de alfabetização. À alta percentagem de analfabetos aliava-se ainda a falta de formação técnica dos activos, repercutindo-se esta numa carência de mão-de-obra especializada. Acrescente-se a este cenário uma política de baixos salários que se inseria no modelo de crescimento económico do regime salazarista.

Com efeito, a estratégia de desenvolvimento económico português assentava sobre duas bases fundamentais: a reserva de mercados e o baixo preço dos meios de produção. O primeiro objectivo pretendia-se executado através de medidas legislativas de defesa da indústria nacional que integravam uma forte protecção aduaneira, susceptível de garantir o mercado interno e a indústria nacional face à concorrência dos produtos estrangeiros, e uma limitação da própria concorrência interna pela via do condicionamento industrial. O baixo preço dos factores produtivos, além de passar por uma política de baixas taxas de juro e de preços reduzidos das matérias-primas, incluía uma política de contenção salarial, muito embora esta surgisse dissipada por uma demanda pela «paz social», materializada numa intervenção moderadora do regime contra os «excessos» patronais e a restrição das reivindicações dos sindicatos nacionais.

Na década de 60, a economia portuguesa reflecte já um distanciamento do modelo autárquico e aposta decisivamente numa via industrial orientada para o mercado externo. Mas, uma industrialização direccionada para a exportação que parte de níveis inferiores de desenvolvimento no contexto mundial, ou relativamente aos países seus concorrentes, *não se pode basear senão na disponibilidade de uma vasta reserva de mão-de-obra barata*¹³. De facto, este será o meio utilizado pelos países menos desenvolvidos para competirem com aqueles que dispõem de uma tecnologia mais alargada. Era este o posicionamento de Portugal nos inícios dos anos 60; apenas o agravamento da emigração e a escassez de mão-de-obra originada pelo mesmo lograram alterar esta circunstância e as remunerações salariais puderam, então, conhecer uma significativa subida. Neste período, o movimento migratório assumiu, efectivamente, proporções alarmantes que abalaram as estruturas sócio-económicas nacionais.

O conceito de emigrante pode adoptar diferentes formas, consoante o contexto histórico e/ou conjuntural. Nos anos 60, por emigrantes podemos entender *os portugueses que saíam do território nacional para trabalhar em país estrangeiro; as mulheres que acompanhem ou vão juntar-se ao marido emigrante; os parentes por consanguinidade, em qualquer grau de linha recta ou até terceiro da linha transversal de qualquer emigrante, quando os acompanhem ou se lhes vão juntar; os portugueses que transfiram a sua residência para país estrangeiro em que beneficiem da qualidade de imigrante ou equivalente*¹⁴. Tal como já referimos, muitos foram os portugueses que decidiram abandonar a terra pátria para tentarem novas oportunidades de sustento em países estrangeiros. Um novo factor a adicionar ao inusitado acréscimo do volume dos surtos migratórios, é também a alteração da trajectória eleita pelos emigrantes, agora dirigida para os países europeus mais industrializados. Se, no decénio anterior, a rota transatlântica, com destaque para o Brasil e América, registou valores de adesão incontestavelmente superiores, as políticas restritivas de imigração posteriormente difundidas no Brasil associadas à necessidade, salvaguardada pelo Plano Marshall, de reconstrução e desenvolvimento económico da Europa após a Segunda Guerra Mundial, determinaram uma mutação na orientação geográfica das saídas do território português, agora projectadas para as regiões intra-europeias, com especial notoriedade para a França e a Alemanha. Outras razões se podem indicar como fomentadoras desta nova corrente migratória: a proximidade geográfica, a facilidade na travessia das fronteiras

¹³ PEREIRA, Miriam Halpern: 129.

¹⁴ SANTOS, Vanda: 29; com base em Cassola Ribeiro, 1986: 33.

(normalmente efectuada através dos Pirenéus) e o decorrente contributo para as saídas *a salto* que avolumaram os contingentes de emigração clandestina bem como para o alargamento das possibilidades de manter contacto directo com os familiares, aquando do regresso a Portugal nos períodos de férias. A este movimento associam-se também as largadas para as províncias ultramarinas e a resultante fixação de metropolitanos em África, fixação esta que, na sequência da independência das antigas colónias africanas decorrente da Revolução de Abril, se revelou transitória e originou o regresso de milhares de *retornados* na década de 70.

No quadro seguidamente apresentado podem-se observar os quantitativos da emigração na época em referência, bem como a taxa de incidência nos diferentes distritos, o que nos permite concluir as regiões mais afectadas pelo fenómeno emigratório. Convém aqui referir que os valores expostos se limitam à emigração oficial do continente, sendo deles excluídos os números correspondentes à emigração clandestina que, como sabemos, atingiram também elevados níveis no panorama nacional.

Através da análise do total de saídas nos distintos quinquénios, podemos constatar que se apura um progressivo aumento entre 1955 e 1970, destacando-se consideravelmente o período correspondente a 1965-1969, em que a emigração atinge valores inigualáveis em todo o percurso da história migratória portuguesa. Talvez a este se assemelhasse o quinquénio seguinte, 1970-1974, não fora a crise petrolífera que marcou o início da década de 70 e a conseqüente crise económica, que determinou a adopção de novas políticas de imigração, mais restritivas, por parte dos países industrializados da Europa. Relativamente aos distritos, evidenciam-se os de Aveiro, Braga, Leiria, Lisboa e Porto pela quantidade superior de partidas. À elevada soma de abaladas oficiais devemos ainda adicionar a emigração clandestina, cuja taxa, tal como refere Joel Serrão, se alargou muitíssimo, sobretudo a partir de 1962. De acordo com o seu estudo, os quantitativos clandestinos da emigração portuguesa revelar-se-iam da seguinte forma: 1962 – 4 671, 1963 – 14 451, 1964 – 37 280, 1965 – 23 350, 1966 – 6 752 e 1967 – 13 333. Contudo, o mesmo autor acrescenta que estas estimativas se podem situar muito abaixo dos efectivos valores reais de clandestinidade¹⁵. Tendo por base as afirmações de Beatriz Rocha Trindade, em 1962 as saídas *a salto* para lá dos Pirenéus totalizariam mais de metade das saídas legais observadas no mesmo ano¹⁶.

¹⁵ SERRÃO, Joel: 43-44.

¹⁶ TRINDADE, Maria Beatriz Rocha, 1995.

Quadro 5

Composição da emigração oficial no continente por quinquénios e distritos de origem
(1955-1974)

(valores absolutos)

	1955-1959	1960-1964	1965-1969	1970-1974	1955-1974 (Totais)
Aveiro	15 109	13 940	28 881	21 592	79 522
Beja	398	1 111	5 904	7 398	14 811
Braga	10 337	17 175	43 040	20 848	91 400
Bragança	9 100	8 312	16 139	6 148	39 699
Castelo Branco	2 968	8 407	25 040	6 297	42 712
Coimbra	6 103	5 399	12 944	12 117	36 563
Évora	174	200	2 227	2 534	5 135
Faro	3 525	6 265	17 621	7 882	35 293
Guarda	10 275	9 995	27 543	6 436	54 249
Leiria	6 982	14 658	34 897	22 526	79 063
Lisboa	3 702	12 913	39 487	31 457	87 559
Portalegre	335	329	2 055	1 017	3 736
Porto	15 012	14 700	40 595	25 074	95 381
Santarém	3 979	7 692	16 825	10 829	39 225
Setúbal	618	1 820	9 485	8 253	20 176
Viana do Castelo	7 919	11 366	25 066	8 887	53 238
Vila Real	8 581	7 200	17 922	11 735	45 438
Viseu	14 616	10 730	19 877	17 878	63 101
Total	119 733	152 212	385 548	228 908	886 401

Fonte: ARROTEIA, Jorge Carvalho de, 1983: 79.

As razões que determinam a gigantesca debandada no sentido da Europa em expansão, principalmente para as regiões ocidentais da França e da Alemanha, têm origem em factores vários, de entre os quais se podem distinguir o excesso populacional de um mundo rural estagnado, subprodutivo e miserável, as limitadas condições de vida dos centros urbanos, onde as desigualdades sociais e os baixos salários dos operários são uma constante, a fuga à obrigatoriedade de enfileirar nas corporações militares destinadas aos combates em decurso no ultramar, o regime ditatorial implantado em Portugal, enfim, todo um grupo de condições internas existentes, isentas de uma política definida de correcção das inúmeras assimetrias que caracterizavam o território nacional. Reflectindo uma vez mais o estudo de Joel Serrão, concluímos que as causas da emigração não devem buscar-se num sector em crise ou numa região desfavorecida, mas nas estruturas do todo social, económico e político português¹⁷.

Se alguns autores advogam que o envio de remessas pelos emigrantes beneficiou a economia e o desenvolvimento portugueses, ao equilibrar a balança de pagamentos ao exterior, outros sustentam que o mesmo envio contribuiu para a perpetuação dos graves desequilíbrios estruturais fomentadores da própria emigração. A posição do governo português relativamente à emigração fora, no decurso do regime salazarista, de certa forma, indefinida. A par das medidas restritivas e inibidoras do acesso ao passaporte a operários e trabalhadores agrícolas, que incluíam ainda uma equiparação da emigração irregular a crime, estimulava-se o envio para Portugal dos fundos monetários de origem migratória, dada a sua importância para a evolução do país. Apenas em 1969, já no período marcelista, a emigração clandestina deixa de ser considerada delito grave e passa a ser punível com multa, exceptuando-se as situações de fuga ao serviço militar, nas quais permanecia em vigor a infracção criminosa. É também neste período que se geram preocupações relativas à criação de condições no país aos que dele pretendessem afastar-se, bem como à tentativa de *disciplinar* e *canalizar* as correntes emigratórias, que saíam rumo ao estrangeiro, para as províncias ultramarinas¹⁸.

Segundo Ioannis Baganha, nas vésperas da Revolução de Abril, em 1974, o Estado Novo encontrava-se em vias de liberalizar o regulamento jurídico que controlava a emigração, com base no desígnio de que a mesma era altamente benéfica para o país, promovendo lucros na produtividade e operando como factor de pressão conducente à modernização e racionalização do trabalho, o que implicaria, desta forma, o progresso e

¹⁷ SERRÃO, Joel: 109.

¹⁸ SANTOS, Vanda: 31-37.

o desenvolvimento do país¹⁹. Por seu lado Fernando Rosas salienta que o envio de remessas gerou as condições para o adiamento indeterminado de políticas correctivas. Ao possibilitar o equilíbrio da balança de pagamentos permitiu a progressão do défice comercial; incutindo meios monetários nas pequenas propriedades agrícolas, sobretudo do centro e norte do país, concorreu para a subsistência de explorações inviáveis, falhas da mecanização e do redimensionamento defendidos pela reforma agrária²⁰. Pela positiva ou pela negativa, o facto é que as remessas dos emigrantes irão ter consequências marcantes na vida económica e social do país, alterando hábitos e comportamentos sociais, reduzindo o analfabetismo, criando uma maior abertura aos meios de comunicação, nomeadamente à rádio e à televisão.

Procedendo novamente à crítica da população que permaneceu no território nacional, tentemos apurar a resposta às questões: como se distribuíram os activos pelos diversos sectores económicos e/ou quais as alterações do aparelho produtivo no decurso dos anos 60? O estudo da evolução dos níveis sectoriais de emprego permite-nos também avaliar as alterações das estruturas económicas. Um país demonstra o grau de desenvolvimento que detém consoante a repartição dos activos pelos diferentes ramos que constituem a sua economia. Mediante a análise do quadro 6 são-nos facultados alguns elementos que nos permitem obter uma perspectiva da distribuição da população activa pelos sectores da economia portuguesa, no período compreendido entre 1960 e 1973. Edgar Rocha adverte-nos para a ausência de total fiabilidade nos dados apresentados, que não incluem informações sobre segundos empregos ou actividades (em algumas áreas do país, sobretudo no norte onde subsiste uma agricultura parcial, ocorrem acumulações de emprego urbano com actividades agrícolas, geralmente em explorações pertencentes ao próprio agricultor), o que nos documenta apenas sobre as situações de actividade principal e torna incompleto o estudo de toda a estrutura sectorial; por outro lado, o trabalho não remunerado não é divulgado na totalidade, limitação grave sobretudo para o sector agrícola, onde é comum o trabalho familiar não remunerado²¹. Apesar das restrições, o quadro apresentado possibilita-nos uma crítica das alterações da constituição do aparelho produtivo no decurso da década de 60. Como sabemos, este decénio assistiu à crescente industrialização e subsequente diminuição da agricultura, pelo que as actividades ligadas ao sector secundário manifestam um incremento

¹⁹ BAGANHA, Maria Ioannis B.: 216.

²⁰ ROSAS, Fernando: 497.

²¹ ROCHA, Edgar: 631.

substancial. Por seu turno o sector terciário demonstra também um incremento nos activos, revelando assim um acréscimo dos assalariados nas áreas dos serviços. Simplesmente a agricultura vê o seu número de trabalhadores ser reduzido. Convém, no entanto, lembrar mais uma vez que aqui não está referenciada a totalidade da mão-de-obra não remunerada, cujo conhecimento nos permitiria ter a noção exacta da realidade em estudo. Contudo, salvaguardadas as eventuais discrepâncias que essa informação nos transmitiria, as transmutações na evolução sectorial são demasiadamente nítidas para serem ignoradas.

Quadro 6

Portugal continental: emprego em 1960, 1970 e 1973 (milhares)

(divisão por sectores de actividade)

	CAE de 1964		CAE de 1973	
	1960	1970	1970	1973
Emprego total	3126,0	3180,1	3180,1	3124,3
Sector primário	1363,5	939,4	939,4	823,4
Agricultura	1297,3	894,6	894,6	790,7
Pesca	40,3	32,5	32,5	30,4
Indústrias extractivas	25,9	12,3	12,3	11,3
Sector secundário	896,5	1112,8	1042,6	1079,6
Indústria transformadoras	668,5	828,9	760,7	785,2
Construção	213,9	264,2	264,2	276,1
Electricidade, gás e água	14,1	19,7	17,7	18,3
Sector terciário	846,8	1026,8	1097,3	1153,8
Transportes e comunicações	116,5	155,3	155,3	166,2
Administração pública, educação e saúde	183,5	253,1	253,1	275,5
Outros serviços	546,8	618,4	688,9	715,1
Actividades mal definidas	19,2	101,1	100,8	58,5

Fonte: ROCHA, Edgar: 631; a partir de estimativas do Ministério do Trabalho publicadas em Ramos e Abecassis, 1980, quadro 3.1, p. 33, e quadro 4.1, p. 38.

Notas – CAE = Classificação das Actividades Económicas.

Os dados de emprego dizem respeito ao número de patrões, trabalhadores por conta própria e trabalhadores por conta de outrem, com idade igual ou superior a 12 anos, que trabalham um mínimo de 15 horas semanais em actividades civis, remuneradas ou não remuneradas, ou ainda como militares do quadro; o serviço militar obrigatório não está incluído; referem-se ainda ao fim do ano indicado.

Relativamente ao incremento da economia portuguesa, Edgar Rocha afirma-nos que *os anos 60 e princípio dos anos 70 foram o período mais longo de crescimento económico acelerado da história recente da economia portuguesa*²². Este enriquecimento deveu-se essencialmente ao crescimento do produto da indústria, afirmando-se progressivamente o contributo deste sector para o PIB, que, tal como podemos depreender da análise do quadro 6, foi conquistado em detrimento da participação do sector agrícola. Com efeito, a industrialização conheceu neste período um impulso notável, obtendo especial relevo as indústrias transformadoras, e o objectivo de se avolumarem os agregados industriais criou condições, pela via do investimento nacional ou estrangeiro, para o deflagrar de alguns novos ramos da indústria, como a siderurgia e a electrónica, bem como para o alargamento e modernização de outros já introduzidos no país. A primazia atribuída às exportações e incentivo ao capital estrangeiro promoveu um forte crescimento das indústrias de confecções e de material eléctrico e electrónico, iniciando-se aquilo que viria a ser o *padrão de especialização* da indústria transformadora nacional²³. Não obstante, Miriam Halpern Pereira refere que este aumento industrial se efectuou com base na existência de uma ampla reserva de mão-de-obra barata, incidindo o mesmo sobre as áreas da indústria em que se continuava a utilizar um elevado número de operários, como disso são exemplo as imensas unidades de produção de bens de consumo e bens intermediários que se acumularam em Portugal. Da mesma forma, observa que o investimento de capital estrangeiro se inseriu nas tendências dos países desenvolvidos para uma especialização das suas indústrias mais avançadas e o abandono, ou transplante para países mais atrasados, das indústrias que requerem maiores quantidades de activos, em consequência das disparidades do preço das forças de produção. Mediante o embaratecimento da força de trabalho nos países menos desenvolvidos, assegurava-se assim a rentabilidade do investimento²⁴.

²² ROCHA, Edgar: 621.

²³ ROSAS, Fernando: 469.

²⁴ PEREIRA, Miriam Halpern: 129.

Ainda de acordo com as afirmações de Edgar Rocha, a aceleração do crescimento neste período seria mais nítida nos países europeus menos industrializados, e, conseqüentemente, menos desenvolvidos, se comparada com aqueles onde a tecnologia se encontrava numa evolução superior²⁵. O quadro nº 7 apresenta as taxas de crescimento de um grupo de países europeus, sendo nele representados os índices de alguns dos que demonstravam maiores níveis de industrialização na época a que se reporta o presente estudo. Exceptuando a Alemanha, a Itália e a Turquia, praticamente todos os países referenciados manifestam níveis de crescimento mais acentuado nos anos 60. Portugal inseriu-se também na tendência generalizada dos países periféricos europeus e o ritmo de crescimento económico evidencia-se no decénio de 60, igualando-se ao de Espanha e apenas sendo ultrapassado pela Grécia. Contudo, na década seguinte a taxa de crescimento da economia portuguesa desceu para um patamar de nível inferior ao que apresentaram os demais países da Europa periférica. Entretanto a economia portuguesa ressentia-se da escassez de mercado interno, coadjuvada pela política de baixos salários adoptada; a inexistência do comércio nacional terá contribuído para avivar a dependência da estrutura económica do país em relação aos mercados externos. A indústria nacional dependia também do exterior pela necessidade de aquisição de matérias-primas, pela exportação e ainda pela concorrência no mercado nacional de produtos semelhantes de proveniência estrangeira e a preços mais acessíveis.

²⁵ ROCHA, Edgar: 623.

Quadro 7

Taxas médias anuais de crescimento do PIB (a preços constantes) em alguns países

País	Periodização	Meados e fim dos anos 50	Anos 60 e princípio dos anos 70	Meados e fim dos anos 70
Portugal	54-60; 61-73; 74-79	4,3	6,9	2,7
Grécia	54-61; 62-72; 73-78	6,2	7,4	4,2
Espanha	57-61; 62-73; 74-77	4,1	6,9	3,3
Turquia	56-63; 64-71; 72-75	5,0	6,1	7,1
Irlanda	54-60; 61-72; 73-78	1,4	4,4	4,0
França	57-60; 61-72; 73-78	4,8	5,6	3,4
Itália	54-61; 62-73; 74-79	5,8	5,1	2,6
Bélgica	56-60; 61-73; 74-78	2,6	5,0	2,3
Alemanha Federal	56-60; 61-73; 74-78	6,5	4,5	2,0
Reino Unido	54-60; 61-73; 74-78	2,8	3,2	1,3
OCDE – Total	56-59; 60-73; 74-78	3,0	5,0	2,6
OCDE - Europa	56-60; 61-73; 74-79	4,4	4,8	2,4

Fonte: ROCHA, Edgar: 622; a partir de Fontes: OCDE, National Accounts of Member Countries 1953-69, para dados referentes à OCDE (total e Europa) até 1959, inclusive; OCDE, National Accounts of OECD Countries 1950-78, para todos os outros dados referentes ao primeiro e segundo períodos; OCDE, National Accounts of OECD Countries 1950-79, para dados referentes ao terceiro período; ONU, A System of National Accounts, pp. 94-96, e ONU, National Accounts Statistics 1977, pp. XV-XVI, para definições do PIB.

Mais uma vez, e tal como aquando do impulso industrial ocasionado pela IIª Guerra Mundial, a momentânea prosperidade não obteve o suporte necessário e indispensável à sua continuidade.

1.3. A vida nos espaços Rurais e Urbanos

Os estudiosos da sociologia e da economia referem que, nos países em vias de desenvolvimento, é detectável um dualismo social e económico consubstanciado na agregação de restritas áreas modernizadas a par de outras, mais extensas, onde se conservam vínculos económicos e sociais de cariz tradicional. Em Portugal, também esta dicotomia se manifestou e a ela correspondeu uma agricultura estagnante articulada com uma indústria em expansão, reflectindo-se este dualismo económico num outro, de ordem sociológica, segundo o qual, ao crescimento da indústria se poderia associar um movimento para o progresso de um determinado sector da sociedade portuguesa, e à inércia da agricultura se poderia atribuir como que um bloqueio produtor do atraso de um outro sector da mesma sociedade. Dois tipos de sociedade coexistiriam então no Continente Português: uma sociedade moderna confinada a restritos espaços geográficos que formam dispersas manchas no todo territorial, e uma sociedade tradicional a preencher os espaços que circundam as concentrações desses núcleos modernizados. Deste confronto resultaria um nítido contraste entre algumas parcelas minoritárias da sociedade, já com maior ou menor intensidade assimiladas no modelo da vida económica moderna, e um outro âmbito social, bem mais extenso, ainda fortemente enraizado nos moldes das actividades económicas tradicionais. O tecido social que compõe as mais reduzidas e privilegiadas áreas urbanas terá, assim, o acesso facilitado aos componentes característicos da civilização moderna, e a vasta área territorial dominada pela ruralidade, amplamente maioritária, será representada pela escassez de focos de irradiação dos factores que constituem a modernidade, e por isso, ainda submersa em condições de vida e formas de civilização tradicionais²⁶. O espaço continental português constituía-se, efectivamente, por extensas áreas agrícolas a que se adicionavam algumas dispersas manchas de urbanização citadina.

Convém, neste momento da nossa reflexão, conhecer a definição dos conceitos *centro urbano* e *zona rural*, pois só mediante o entendimento das respectivas terminologias nos será possível uma compreensão das especificidades próprias. Por *centro urbano*, e de acordo com a concepção do Instituto Nacional de Estatística, entenderemos *a capital de distrito e/ou a localidade que, na área urbana determinada pela competente Câmara Municipal, inclua 10 000 ou mais habitantes. Zona rural será a parte do território não*

²⁶ NUNES, Adérito Sedas: 407-415.

*compreendida nos centros urbanos*²⁷. A distinção entre urbano e rural assenta sobre pressupostos demográficos (uma densidade populacional mínima) e administrativos (as capitais de distrito, independentemente da integração, ou não, dos quantitativos populacionais mínimos requeridos, são consideradas centros urbanos).

Vejamos como se manifestava a repartição dos residentes rurais e urbanos no conjunto dos distritos, em 1960. A análise dos dados transmite-nos uma nítida impressão do domínio espacial da ruralidade sobre as áreas urbanas. Com efeito, dois distritos apenas absorvem 70% da população urbana total do continente, Lisboa e Porto, quedando-se os demais nos restantes 30% dos residentes urbanos, o que denota a extensa margem de população rural existente no país.

A fuga do mundo rural, de débeis condições vitais, para os espaços industrializados ou em vias de industrialização, entre 1960 e 1970, acarretou consigo uma explosão urbana que acompanhou e absorveu parcialmente, porque a emigração para o exterior também aqui teve o seu papel, as deslocações das populações oriundas do campo. A mobilidade demográfica verificada teve reflexos nas estruturas territoriais e na composição social dos centros urbanos. O número de habitantes residentes em centros urbanos cresce consideravelmente e os pequenos centros, de quantitativos populacionais a situarem-se entre os 5 000 e os 10 000 habitantes, vêm reduzir o seu número no conjunto da população urbanizada, observando-se uma nítida dilatação no número dos centros intermédios e maiores, de 10 000 a 20 000 ou mais de 20 000 habitantes. A atestar este aumento da densidade demográfica, os concelhos periféricos das duas maiores cidades, a “Grande Lisboa” e o “Grande Porto”, assinalam um elevado crescimento e surgem os denominados *cogumelos* suburbanos que se alinham nas periferias dos grandes centros. Com eles surge também a proletarização da população rural chegada às cidades e que vem enfileirar nos grupos de operários que constituem a mão-de-obra indispensável ao movimento expansionista da indústria. Para melhor apreciação da evolução da expansão urbana, considere-se a tabela inscrita na página 34.

²⁷ Definições do X Recenseamento Geral da População, 1960. Observe-se que, anteriormente, o limite mínimo estabelecido para os centros urbanos era de 2 000 habitantes.

Quadro 8
População Residente em 1960

Distritos	Total (1000)	Urbana		Rural		População Urbana Repartição Distrital %
		1000	%	1000	%	
Continente	8 293,0	1 930,7	23,3	6 362,3	76,7	100,0
Aveiro	524,6	41,4	7,9	483,2	92,1	2,2
Beja	276,9	15,7	5,7	261,2	94,3	0,8
Braga	596,8	64,2	10,8	532,6	89,2	3,3
Bragança	233,4	8,1	3,5	225,3	96,5	0,4
Castelo Branco	316,5	37,9	12,0	278,6	88,0	2,0
Coimbra	433,7	57,2	13,2	376,5	86,8	3,0
Évora	219,9	24,1	11,0	195,8	89,0	1,2
Faro	314,8	47,0	14,9	267,8	85,1	2,4
Guarda	282,6	9,1	3,2	273,5	96,8	0,5
Leiria	404,5	29,5	7,3	375,0	92,7	1,5
Lisboa	1 383,0	900,7	65,1	482,3	34,9	46,7
Portalegre	188,5	22,8	12,1	165,7	87,9	1,2
Porto	1 193,4	450,2	37,7	743,2	62,3	23,3
Santarém	461,7	16,4	3,6	445,3	96,4	0,8
Setúbal	377,2	151,5	40,2	225,7	59,8	7,9
Viana do Castelo	277,7	14,3	5,1	263,4	94,9	0,7
Vila Real	325,4	23,5	7,2	301,9	92,8	1,2
Viseu	482,4	17,0	3,5	465,4	96,5	0,9

Fonte: X Recenseamento Geral da População, 1960.

Quadro 9

População dos aglomerados populacionais de 10 000 e mais habitantes
segundo os censos de 1961 e 1971

Distritos	Anos	
	1960	1970
Aveiro	41 435	46 641
Beja	15 702	15 909
Braga	64 206	74 806
Bragança	---	10 001
Castelo Branco	37 929	46 176
Coimbra	57 168	67 342
Évora	24 144	24 003
Faro	47 055	42 115
Guarda	---	10 012
Leiria	21 992	25 766
Lisboa	900 707	1 050 623
Portalegre	22 759	21 254
Porto	439 362	465 747
Santarém	16 449	29 003
Viana do Castelo	14 371	13 451
Vila Real	23 419	10 645
Viseu	16 961	16 636
Total do Continente	1 894 727	2 178 208

Fonte: Instituto Nacional de Estatística: Anuário Estatístico da Demografia, 1981.

O exame do quadro permite-nos reconhecer o avolumar da concentração demográfica nos centros urbanos, o crescimento dos concelhos suburbanos que circundam as duas maiores cidades do país e a redução da população nas cidades do interior. Um exemplo

irrefutável do abandono das zonas rurais do interior é-nos apresentado através dos dados relativos ao distrito de Vila Real. Em 1960 este distrito compreendia duas cidades, Chaves e Vila Real, com níveis de população superiores a 10 000 habitantes/cidade. Contudo, em 1970 a cidade de Vila Real perde uma parcela da sua população, que já não perfaz os limites mínimos aqui representados, e apenas os dados relativos à cidade de Chaves se podem incluir na tabela, razão pela qual os valores apresentados para 1970 descem vertiginosamente. De forma inversa, algumas capitais de distrito que não satisfaziam o limite mínimo de habitantes estabelecido, em 1960, viram a sua população adensar-se e puderam, assim, integrar a relação das cidades que, em 1970, abarcavam mais de 10 000 habitantes. A análise dos valores apresentados permite-nos concluir a existência de factores de repulsão, que estariam na origem da fuga dos campos, a que se reuniriam outros factores de atracção, os quais impulsionavam as populações campesinas em direcção aos aglomerados urbanos.

As disparidades regionais de nível de desenvolvimento que nos permitem afirmar a coexistência de uma sociedade moderna e outra tradicional associam-se, ainda, a desiguais condições sociais e níveis de vida. Assim, os salários agrícolas e industriais revelam uma grande discrepância entre os centros urbanos, sobretudo nos grandes centros onde os valores registados são nitidamente superiores, e as áreas essencialmente agrícolas. Em consonância com esta diferenciação, o consumo e utilização de bens como a energia eléctrica, aparelhos telefónicos e receptores de rádio e/ou televisão é também substancialmente mais acentuado nos centros urbanos. Da mesma forma nestes aglomerados o número de beneficiários da Previdência Social é superior, bem como a percentagem de médicos por residente. A quantidade de habitações equipadas com apetrechos, como cozinha e casa de banho, indispensáveis a um estilo de vida moderno, é também largamente mais elevada. Mediante os desníveis referidos, torna-se por demais evidente que o leque de espectadores que constituem a plateia dos espectáculos públicos é muito mais extenso nas grandes cidades e reduzido nas pequenas cidades de interior das zonas rurais²⁸.

Apesar dos diferentes estilos e formas de vida ressalvados, a ausência de infra-estruturas sanitárias, habitacionais e de transportes nos grandes centros urbanos, ainda inadequados para receber o afluxo humano de origem rural, agrava as condições de vida das populações que se fixam nas periferias, ocasionando a proliferação dos bairros de

²⁸ NUNES, Adérito Sedas: 413-414.

barracas, a construção clandestina, o aumento da prostituição e da criminalidade, em consequência desta explosão urbana que deflagrou nos anos 60. Os residentes das cidades e seus subúrbios constituem as grandes categorias de assalariados fabris e dos serviços, com forte incidência no comércio de bens e produtos. Os salários não se assemelham aos dos seus congéneres de outros países da Europa periférica, o que lhes limita a aquisição de bens e serviços e, conseqüentemente, o nível de vida.

A saída de mão-de-obra das áreas rurais tem diferentes feições consoante o modelo estrutural da agricultura da região agrícola a que pertence. Podemos distinguir três padrões que resumem as regiões agrárias do país: região de minifúndio, típico pela pequena empresa familiar; região de transição, em que coabitam as pequenas empresas familiares, médias e grandes, de exploração directa, parceria ou arrendamento; finalmente, a região de latifúndio, constituído pelas grandes explorações agrícolas características das vastas planícies alentejanas. Neste último, a partida de mão-de-obra contribuiu, de certa forma, para uma ligeira mecanização da agricultura, dada a necessidade de substituição daquela e as condições geográficas que permitem a locomoção das máquinas. Por outro lado, nas zonas rurais de minifúndio inerentes ao norte, a família camponesa e a sua terra formam a unidade celular em que assenta a organização social - os campos são o eixo em volta do qual gira a economia rural. O trabalho familiar e a terra sustentam as necessidades básicas do consumo diário e as aldeias dependem, geralmente, da agricultura de subsistência. O milho, o centeio, o vinho, os legumes e algumas árvores de fruto são as principais produções que, excepcionalmente, são vendidas no mercado. Na generalidade o que a terra produz destina-se a consumo próprio e os excedentes ocasionais são distribuídos por parentes e vizinhos. Esta sociedade tradicional assenta num sistema social fechado que conserva algumas práticas de agricultura comunal desligada dos princípios típicos de uma economia de mercado. A vida social gira em torno da igreja, símbolo e instrumento da vida religiosa muito valorizado nos meios rurais. A vida quotidiana caracteriza-se pela falta de anonimato; todos se conhecem e mantêm um contacto pessoal constante, alicerçado numa identificação social ligada à posse da terra: o camponês é “da Quinta”, “da casa do Fundo” ou da “casa do Moinho” – identifica-se não pelo seu nome próprio mas pela casa a que pertence e pelas posses da terra. Embora não se possa plenamente afirmar que os espaços rurais portugueses constituam colectividades autárquicas hermeticamente fechadas, pois as ligações a familiares residentes na cidade e no estrangeiro persistem, o facto é que estes vínculos, mesmo desempenhando uma

extensão da vida social local, não difundem alterações significativas na sociedade campestre, onde o interconhecimento adquire funções específicas com tendência à manutenção de formas de coesão, de auto-regulação e de solidariedade entre os grupos que a constituem²⁹.

Ao recíproco conhecimento inerente a este tipo de relações sociais, José de Madureira Pinto acrescenta a *entrevista*, factor de eminente significado social nos contactos entre vizinhos. Segundo o autor, a região de Entre Douro e Minho é um exemplo perfeito de *compatibilidade* entre a fragmentação e o isolamento característico das explorações agrícolas e a necessidade de, apesar da segregação, realizar em comum trabalhos sazonais de mais difícil e demorada execução (vindimas, desfolhadas, colheitas, etc...)³⁰. Uma possível forma de considerarmos uma aldeia rural seria como a *sobrevivência* de uma era passada, sobrevivência essa que conserva os elos sociais e instituições políticas intactos, uma comunidade quase fechada que limita a integração de estranhos e preserva um isolamento geral reforçado pelos *laços paroquiais* dessa mesma comunidade. Contudo, algumas modificações foram também surgindo no *campus* social rural que proporcionaram a assimilação de valores urbanos e a integração na sociedade englobante.

Se anteriormente é referido o carácter da produção agrícola como sendo essencial, e primitivamente, de subsistência, não deverá, no entanto, excluir-se desta primeira preocupação que visa o destino dos bens agrícolas ao consumo alimentar directo uma outra, posterior, que preconiza a orientação das matérias-primas resultantes desta actividade para a sua integração na cadeia industrial de transformação de produtos, de que são exemplo as indústrias alimentares e/ou as indústrias complementares da agricultura. Como bem diz José de Madureira Pinto, uma das funções da agricultura será o *fornecimento de bens alimentares às populações e de matérias-primas a indústrias localizadas a jusante da produção agrícola*³¹. Ainda com base no pensamento do mesmo investigador, refira-se a progressiva transferência da força de trabalho com origem nos campos que ocasionará as denominadas *migrações pendulares*. Algumas consequências resultantes deste movimento repercutem-se na própria agricultura que, de actividade exclusiva, passa a agricultura parcial, bem como nas estruturas sociais agrárias ao nível das dinâmicas das famílias camponesas, as quais

²⁹ ALMEIDA, João Ferreira de, 1986: 257-258.

³⁰ PINTO, José de Madureira: 128.

³¹ PINTO, José de Madureira: 81.

sofrem uma transformação decorrente de alterações qualitativas nos processos de trabalho. As saídas dos activos masculinos em direcção às áreas industrializadas leva ao recurso intensificado do trabalho de crianças e à concentração nas mulheres de tarefas agrícolas anteriormente executadas pelo homem³².

A agricultura parcial dá origem ao operário-camponês, aspecto comum a muitas das sociedades agrárias contemporâneas. Alguns dos elementos, funções e equilíbrios sociais tradicionais do mundo rural são, assim, dissolvidos, revestem-se de uma transfiguração que mantém, no entanto, outros costumes, o que dá lugar a uma dialéctica entre a cultura de sede urbana e as culturas populares camponesas. Nas Segunda e Terceira Partes do presente trabalho de pesquisa tentar-se-ão especificar as mutações sociais numa região originariamente rural com base no estudo de um caso; concretamente, procurar-se-ão analisar as condições que proporcionaram as mudanças sociais ocorridas no concelho de Marco de Canaveses, particularizando a freguesia de Tuíás, entre a década de 60, no século XX, e inícios do século XXI.

1.4. Litoral e Interior: distância e assimetria

A diversidade regional do país assenta, fundamentalmente, numa irregular distribuição da indústria e da população. Ao longo da década de 60 verificou-se um aumento da percentagem da população com actividade profissional ligada à indústria, no conjunto da população activa total. Já por demais aqui foi referido o notável impulso industrial ocorrido neste período. Sucede que a repartição regional das indústrias manifestava uma aglomeração muito desigual no grupo dos distritos portugueses, o que se repercutiu num avolumar das assimetrias no crescimento da população industrial. Esta, concentrou-se na orla marítima – mais industrializada e, conseqüentemente, mais densamente povoada –, com destacada incidência nos distritos de Aveiro, Braga, Porto, Lisboa e Setúbal. As regiões do Interior, que mantiveram o seu carácter essencialmente rural e agrícola, assistiram à fuga de muitos dos seus efectivos atraídos quer pela emigração para outros países, quer pela migração interna direccionada para as áreas industrializadas dos centros urbanos do litoral.

As tentativas de reformismo agrário já muito anteriormente ensaiadas em Portugal viram os seus esforços gorados, e as regiões predominantemente agrícolas acusavam

³² PINTO, José de Madureira: 122.

uma incapacidade de resposta à satisfação das necessidades básicas dos seus activos. Com efeito, apesar da tentativa de uma adequada redistribuição das explorações pela via do parcelamento e/ou emparcelamento e subsequente modernização da agricultura, a mesma apresentava ainda as clássicas assimetrias das estruturas das propriedades – minifundiárias no norte e latifundiárias no sul –, o que dificultava a mecanização e mesmo, em alguns casos, a irrigação das empresas rurais. Da mesma forma resultaram infrutíferas as incumbências atribuídas à Junta de Colonização Interna que, entre outros encargos, deveria zelar pela instalação de casais agrícolas nos terrenos que a Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola lhe fosse entregando mediante uma prévia expropriação de proprietários alentejanos. Obviamente que, dada a não concordância dos visados agricultores com a supracitada ordenação, a concretização do parcelamento e posterior colonização revelou-se irrealizável.

Também no norte o emparcelamento das explorações agrícolas acusou uma sensível ineficácia e as mesmas permaneceram estruturalmente fragmentadas e isoladas, reflectindo-se estas deficiências na impossibilidade da aspirada progressiva mecanização e na limitação do rendimento da agricultura. Consequentemente, e tal como refere Miriam Halpern Pereira, *uma profunda estagnação agrícola acompanhou o impulso industrial (...) e este teve uma repercussão pouco sensível no mundo rural, que permaneceu pouco permeável às inovações*³³. Nesta conformidade, dada a escassez da produção agrícola e decorrente inércia da economia rural, o regime não apostara no progresso das infra-estruturas, nomeadamente no domínio das comunicações e transportes, o que dificultava o acesso às regiões do Interior mais profundo e a deslocação dos seus habitantes aos centros urbanos superiormente desenvolvidos. Consequência inevitável do *esquecimento* das zonas afastadas do litoral foi o acentuar das distâncias em relação às áreas industrializadas e o isolamento das populações que constituem os núcleos rurais do Interior.

A fuga dos campos para os aglomerados industriais da costa marítima provocou acentuados contrastes no povoamento do território português: quanto maior a distância do litoral e dos dois principais centros urbanos (Lisboa e Porto), maior também o agravamento da vastidão dos espaços sem gente, o que determinou marcados desequilíbrios de povoamento. Com base nas afirmações de Maria João Valente Rosa, apesar de, entre 1960 e 1991, o total da população residente no continente haver

³³ PEREIRA, Miriam Halpern: 127.

assinalado um acréscimo global de 13%, alguns concelhos registaram perdas populacionais iguais ou superiores a 50%³⁴. São esses valores de níveis de crescimento demográfico negativo que poderemos observar no quadro número 10.

Quadro 10

Variação do crescimento demográfico nos concelhos com maiores perdas populacionais entre 1960 e 1991

(%)

Concelhos	Crescimento (%)
Mértola.....	- 62%
Miranda do Corvo.....	- 54%
Monchique.....	- 51%
Montalegre.....	- 53%
Montemor-o-Novo.....	- 50%
Oleiros.....	- 50%
Ourique.....	- 56%
Pampilhosa da Serra.....	- 57%
Penamacor.....	- 51%
Sabugal.....	- 56%
Vila de Rei.....	- 51%
Vimioso.....	- 51%
Vinhais.....	- 52%

Fonte: ROSA, Maria João Valente: 856.

Ao fenómeno migratório das zonas rurais de Interior sucedeu-se uma redução no número de jovens aí residentes e o efeito desta diminuição foi o envelhecimento da população nestes espaços. O Alentejo, o Norte e o Centro Interiores constituem as

³⁴ ROSA, Maria João Valente: 856.

regiões mais afectadas por este tipo de envelhecimento e, naturalmente, as que observaram uma descida no volume da população activa.

Actualmente, a tendência da população para a fixação nas regiões de litoral não acusou ainda a eficiência de meios dissuasores apesar do, embora fraco, progressivo desenvolvimento das vias de circulação interna e das débeis tentativas de industrialização de alguns pólos do Interior. Nesta conformidade, tal como João Ferreira de Almeida, somos levados a afirmar que *com poucas excepções, o Interior, desvitalizado já pela hemorragia migratória dos anos 60, não encontrou ainda modo de contrariar totalmente a permanência dos factores de repulsão, de efeito cumulativo, que estiveram na origem desses fluxos emigratórios de outrora*³⁵.

³⁵ ALMEIDA, João Ferreira de, 2000: 163.

O município é destinado a produzir (...) dois distintos phenomenos. Como unidade administrativa deve elle conciliar, promover e dirigir os interesses de todos os cidadãos que habitarem o seu território. Como fragmento político, cumpre-lhe acompanhar o movimento progressivo de todo o paiz; executar a lei commum; dar e receber auxílio nas suas relações com o estado; e, finalmente, inspirar e engrandecer, pelo amor às próprias coisas, o alto amor às coisas da pátria, sob cujo influxo as primeiras se produziram. O município não legisla, mas concorre para a confecção das leis, por via dos seus representantes. Faz sim os regulamentos adaptados à localidade, e delibera desassombrado no limite das suas atribuições. Tem os braços livres, completamente livres para o bem; mas encontra obstáculos se attentar contra a harmonia dos interesses geraes.

J. Félix Henriques Nogueira (1856)

SEGUNDA PARTE

O concelho de Marco de Canaveses: principais linhas de evolução desde a sua fundação ao despertar de uma nova era na década de 1960.

1. Antecedentes socio-económicos e administrativos (1850-1960).

Neste ponto do presente exercício de pesquisa procurar-se-ão examinar as condições que, de acordo com os estatutos legais do país, permitiram a formação e constituição da edilidade marcoense. Dada a necessidade de delimitação temporal, não nos será possível expandir o estudo aos antecedentes mais remotos da concepção concelhia, iniciando-se assim a exposição pelo século XIX, período em que as reformas administrativas pós revolução liberal ocasionaram a emancipação de pequenos concelhos anteriormente na dependência de outros mais fortes, a extinção de diversos, em suma, um reordenamento territorial que viria a definir as fronteiras espaciais dos municípios portugueses. De igual forma fixaremos os limites iniciais da análise dos aspectos socio-económicos e administrativos em meados do mesmo século, momento de criação do concelho do Marco de Canaveses.

1.1. Breve história da formação do concelho.

Apesar de haver sido criado por Decreto da Rainha D^a Maria II, a 31 de Março de 1852, o concelho do Marco de Canaveses não firmou, de imediato, a totalidade do seu território e respectivos limites que abrange presentemente, e, bem assim, o número total de freguesias que o compõem. Com efeito, foi na sequência das diversas reformas de divisão administrativa então ocorridas no país, com especial destaque para o período compreendido entre 1835 e 1855, que se proporcionaram os diplomas legislativos concernentes à formação e reestruturação deste município.

Nos inícios do século XIX o território que hoje constitui o concelho do Marco de Canaveses encontrava-se dividido pelas comarcas de Penafiel e do Porto, nele se integrando já todas as freguesias que actualmente o traçam, à excepção de três – Alpendorada e Matos, Banho e Carvalhosa, Várzea de Ovelha e Aliviada – as quais foram posteriormente anexadas e fundidas, duas a duas, uma vez que, tal como os nomes duplos assim o indicam, as mesmas correspondiam originariamente a seis

freguesias distintas. O mesmo território englobava oito antigos concelhos (Gouveia, Porto Carrero, Canaveses, Tuías, Tabuado, Soalhães, Vila Boa do Bispo e Bem Viver) e uma dezena de freguesias dispersas por outros três. Para uma correcta percepção desta realidade, consideremos o mapa seguidamente exibido:



Figura 1

Divisão administrativa do território do actual concelho do Marco de Canaveses em 1801.

- 1 - limite actual do concelho;
- 2 - limite do antigo concelho;
- 3 - limite de freguesia.

Fonte: MARQUES, Bernardo de Serpa, 1998: 369.

A divisão administrativa adoptada a partir de 1835, que atribuía oito províncias a Portugal Continental, estabeleceu a integração da região correspondente ao município marcoense na província do Douro e no distrito do Porto. À explosão de plena emancipação de antigos pequenos concelhos observada no breve período que sucedeu a Revolução de 1820 seguiu-se, em 1836, um reordenamento mais racional do espaço

administrativo concelhio, que dissolveu muitos desses municípios cuja ausência de condições não possibilitava a recém-adquirida autonomia³⁶. Foi nesta conformidade que grande parte dos concelhos anteriormente a integrarem o espaço que ocasionou Marco de Canaveses se extinguiu. Ainda mediante publicação no Diário das Cortes de 16 de Janeiro de 1836, ao primitivo concelho de Soalhães foram acrescentados dois municípios vizinhos, para o efeito suprimidos, que passaram a integrá-lo – Canaveses e Tuíás, resultando desta anexação o concelho do Marco de Soalhães.

Refira-se que as reuniões da Câmara de Soalhães se realizaram, pelo menos a partir de 1845, no lugar do Marco, pequena povoação situada no vértice formado pela confluência dos limites das freguesias de Fornos, Canaveses e Tuíás. Supõe-se que o nome do lugar advinha da existência de um pequeno marco de pedra que assinalava o local. Nele se realizavam as feiras municipais mais importantes da região, e, aproveitando-se os dias de realização das mesmas, efectuavam-se aí as sessões camarárias³⁷ o que poderá ter contribuído para a sua ascensão a sede concelhia³⁸ e cujo factor poderá, também, estar na origem de parte da designação do actual concelho de «Marco» de Canaveses.

Entretanto, algumas circunscrições municipais teimavam na preservação dos seus estatutos individuais, conservando-os mesmo após a reforma de 1836. São disso exemplo os concelhos de Bem Viver e Soalhães. Estes, embora sofrendo sucessivas e substanciais alterações no âmbito territorial e no número de freguesias decorrentes das inúmeras reformas administrativas da época, alicerçavam-se fundamentalmente no espaço em que hoje se ergue a autarquia do Marco de Canaveses que, além dos referidos municípios, veio conjuntamente a englobar algumas freguesias pertencentes ao de Santa Cruz de Riba Tâmega, o qual, após contínuas amputações, foi extinto em 1855. Observe-se, para uma melhor compreensão, o mapa que é apresentado.

³⁶ SILVA, Francisco Ribeiro da: 81.

³⁷ AGUIAR, Pe. M. Vieira de: 53.

³⁸ MARQUES, Bernardo de Serpa, 1998: 362.



Figura 2

Os concelhos reestruturados em 1836.

- 1 - limite actual do concelho;
- 2 - limite do concelho;
- 3 - limite de Freguesia.

Fonte: MARQUES, Bernardo de Serpa, 1998: 370.

A 31 de Março de 1852 vêm aqueles concelhos publicada no Diário das Cortes a provisão que os desmembra e simultaneamente os unifica, daqui resultando um só município que determina a fundação do concelho do Marco de Canaveses. Em 24 de Outubro de 1855 um novo decreto acrescenta ao município, tal como já foi referido, 4 freguesias originárias de Santa Cruz de Riba Tâmega: Constance, Banho e Carvalhosa, Sto. Isidoro e Toutosa, o que proporcionou ao Marco de Canaveses a circunscrição territorial e administrativa que actualmente o constitui – 202, 02 Km² de superfície decompostos por 31 freguesias: Alpendorada e Matos, Ariz, Avedas, Banho e Carvalhosa, Constance, Favões, Folhada, Fornos, Freixo, Magrelos, Manhuncelos, Maureles, Paços de Gaiolo, Paredes de Viadores, Penhalonga, Rio de Galinhas, Rosém, Sande, Sto. Isidoro, S. Lourenço do Douro, S. Nicolau, Soalhães, Sobre Tâmega, Tabuado, Torrão, Toutosa, Tuías, Várzea do Douro, Várzea de Ovelha e Aliviada, Vila Boa do Bispo e, finalmente, Vila Boa de Quires.

Tendo sido criado o novo concelho de Marco de Canaveses em 1852, a sua administração fundamentou-se no Regulamento do Código Administrativo Português de 18 de Março de 1842. A Câmara, instituição basilar de gestão municipal, manteve-se sob a direcção dos Vereadores que, nos concelhos com população superior a 3 000 fogos (como acontecia no de Marco de Canaveses), passaram a ser 7. Destes, o mais votado exercia o cargo de Presidente da Câmara. A eleição dos Vereadores era efectuada de acordo com o direito de voto dos moradores do concelho, muito embora este mesmo direito não fosse universal, mas censitário³⁹. No caso específico do Marco de Canaveses, e com base numa breve observação dos componentes que constituíram o grupo dos primeiros Vereadores a dirigirem administrativamente a autarquia, verifica-se a existência de dois elementos que possuíam o grau de licenciatura académica, sendo que um deles desempenhou a função de Presidente da Câmara. Esta circunstância permite-nos supor que a escolha dos governantes locais recairia sobre as personalidades cujo perfil socio-económico se destacava na sociedade marcoense da época.

1.2. Espaço, Sociedade e Economia.

Implantado no Noroeste de Portugal e nos limites periféricos do Sudoeste da serra do Marão, o concelho do Marco de Canaveses alinha-se num espaço geográfico fértil, cujas características favoráveis à agricultura e à existência de condições favoráveis à fixação das populações lhe são propiciadas pelas águas dos rios Tâmega e Douro que atravessam e delimitam o território concelhio. Os vales destes rios, e mesmo os de afluentes de menores dimensões (é o caso dos rios Ovelha e rio de Galinhas), dominam o quadro ambiental e conferem-lhe encantos e beleza inesgotáveis onde, ano após ano, o verde primaveril concorre com as diversas cores estivais e outonais, numa múltipla e sucessiva amálgama de tons que oferecem aos olhos uma variedade paisagística atraente a intelectuais e artistas de nomeada que por estas paragens se deixaram seduzir.

O Marco integra-se na província do Douro Litoral, distrito e bispado do Porto, e é limitado, a Leste, pelo município de Baião, a Norte, pelo de Amarante, a Poente, pelo de Penafiel, e a Sul pelo rio Douro que o separa dos concelhos de Cinfães e de Castelo de Paiva. O seu relevo apresenta uma variada topografia localizando-se as menores

³⁹ SILVA, Francisco Ribeiro da: 93.

integrante do concelho rondará os 14° C e a sua amplitude térmica anual oscilará entre os 13° C e os 15° C, uma vez que, situando-se já a uma distância relativa do mar, o Inverno será mais frio e o Verão mais quente que as estações do litoral⁴⁰.

A localização geográfica do Marco acabará por ter, também, algumas repercussões na evolução dos contornos sociais e económicos do município. O concelho do Marco assenta no ponto de transição entre o litoral e o interior – ele quase demarca as fronteiras entre o grande centro urbano que é o Porto e as áreas montanhosas que formam a serra do Marão. Compreender-se-á assim que, ao longo dos tempos e mediante esta conjunção geofísica, a multiplicidade de elementos sociais e culturais o impeliram, quer para a conservação de usos e costumes tradicionais inerentes ao interior, quer para a mudança e inovação características dos subúrbios citadinos. Desta forma, o tecido social que povoa o município marcoense revestiu-se de um misto de modernidade que lhe advém da proximidade de um grande centro urbano português e cujas áreas de influência se alargaram ao Marco de Canaveses, a que se adicionaram aspectos e práticas enraizados nas zonas mais afastadas e de interior. Observa-se assim uma coexistência entre o moderno e o tradicional em que o novo e o antigo se entrecruzam e complementam.

Nos primórdios da fundação do município a população local assentava as suas bases de subsistência essencialmente na ruralidade, característica em perfeita consonância com a fertilidade dos solos. Os lavradores, proprietários e/ou grandes arrendatários (no Marco, denominados de *caseiros*) das explorações agrícolas, recrutavam nas famílias mais desfavorecidas os *criados de servir* que, por vezes apenas a troco de sustento alimentar, auxiliavam nas tarefas domésticas e campesinas. No entanto, a par da agricultura e por vezes a ela associadas, outras actividades se desenvolveram. O Inquérito Industrial de Lisboa de 1881⁴¹ permite-nos perspectivar a evolução de algumas outras laborações não agrícolas praticadas nos finais do século XIX: a de moleiro, padeiro, carpinteiro, pedreiro, tecedeira, alfaiate, etc...⁴².

Tal como na generalidade do país, também no Marco aqueles que desejavam afugentar a escassez económica a que estavam sujeitos, ou os agricultores que se pretendiam libertar da dureza do trabalho agrícola, decidiam-se pela emigração. Com efeito, o movimento migratório em direcção ao Brasil que caracterizou a segunda metade do

⁴⁰ PEDROSA, António de Sousa: 326.

⁴¹ Ver Anexo nº 1.

⁴² MONTEIRO, Emília, 1997 – II Volume: 362.

século XIX e inícios de XX⁴³ sentiu na região os seus efeitos e granjeou muitos adeptos. A confirmar a afirmação, observem-se as figuras 4 e 5 que nos comprovam dois casos de emigrantes nascidos no Marco de Canaveses e que, em busca de melhores condições de vida, escolheram partir para o Brasil. Na primeira podemos decifrar uma inscrição recolhida nas paredes da igreja de Manhuncelos, freguesia que integra o concelho, através da qual nos é possível apreender que “*Esta torre (da igreja) foi feita com sinos e relógio à custa do comendador Francisco José Soares, brasileiro benfeitor desta freguesia da Casa de Arada, em 1867*”. Este seria mais um exemplo do modelo de *brasileiro* bem sucedido que regressa ao país natal e é agraciado com os títulos de comendador e benemérito na terra que o viu nascer. Um pouco mais tarde, já no século XX (mais concretamente no ano de 1909), uma outra natural do município emigraria, juntamente com os seus familiares, para terras de Vera Cruz, onde obteve fama e sucesso reconhecidos a nível internacional.

⁴³ ALVES, Jorge Fernandes, 1994: 11; TRINDADE, Maria Beatriz Rocha, 2003: 132; MONTEIRO, Miguel, 2000: 22.



Fig. 4: Inscrição da Igreja Paroquial de Manhuncelos.



Fig. 5: Carmen Miranda – fotografia retirada de BARSANTE, Cássio Emmanuel: 21.

Já aqui foi referido que o suporte da economia marcoense se baseava particularmente na agricultura. A produção era abundante e variada: vinho verde, azeite, frutas, milho, centeio, cevada, aveia, trigo, batata, fava, ervilha e toda a espécie de legumes. A criação de gado bovino, suíno e galináceo aliada à exploração de madeiras destinadas a construção e combustão coadjuvavam o cultivo dos produtos alimentares. Os excedentes da actividade agrícola eram exportados, através do caudaloso rio Douro e do caminho-de-ferro, para as inúmeras fábricas e casas de particulares do Porto⁴⁴. A pesca fluvial nos rios Douro e Tâmega, sobretudo a da lampreia e do sável, desempenhava também um papel relevante na economia local.

Além do sector primário, e em correspondência com este, desenvolveram-se algumas indústrias, das quais se destacam a de moagem, fabrico de pão, de papel e uma central eléctrica em Aliviada. As correntes dos rios Tâmega e Ovelha, com as suas quedas de água, eram aproveitadas para a movimentação de moinhos de cereais explorados por particulares, os moleiros⁴⁵ que, depois de obtida a farinha, distribuíam o fruto do seu trabalho pelos arredores transportando-o em carros puxados por bois ou sobre o dorso de um burro. Além destes, e situadas junto da estação de comboio do Marco, nasceram duas fábricas de moagem que impulsionaram a indústria do concelho: a Empresa Electro-Moagem do Marco, Lda. (1924) e a Fábricas de Moagem do Marco, Lda. (1926). Tendo precisamente por objectivo possibilitar a exploração da indústria de moagem, foi criada uma Central Eléctrica no rio Ovelha, em Aliviada, a qual acabaria mesmo por anteceder a electrificação da vila ocorrida na década de 30. As condições geográficas e hídricas da região permitiram ao Marco a expansão da indústria de panificação, destacando-se neste incremento a freguesia de Canaveses onde as padarias recrutavam activos femininos para o fabrico do pão. A Companhia de Papel do Marco, na freguesia de Fornos e muito próxima da Estação de Caminho-de-Ferro, tal como o nome indica, fabricava papel, e completava o quadro industrial do município.

O comércio do Marco de Canaveses tinha como expoente máximo a realização de feiras, a maior parte das quais se realizava quinzenalmente. De entre todas distinguia-se a Feira do Marco que se efectuava, e ainda efectua na actualidade, nos dias 3 e 15 de cada mês. Nela se transaccionavam utensílios e produtos agrícolas, gado, vestuário, calçado, artigos de ourivesaria, enfim, um sem número de géneros indispensáveis ao quotidiano das populações. Para além do comércio que aqui se praticava, o dia de feira

⁴⁴ AGUIAR, Pe. M. Vieira de: 30.

⁴⁵ Veja-se, a propósito, o anexo nº 2.

proporcionava também aos autóctones momentos de convívio e lazer, muitas vezes corporalizado em volta da mesa de um dos numerosos restaurantes da então vila (desde 1993 cidade) saboreando o apreciado arroz de forno e anho ou cabrito assado, uma das especialidades da cozinha regional. A feira do Marco configurava assim diversos e importantes reflexos na vida da sociedade marcoense. Para além das feiras, algumas mercearias e casas comerciais vocacionadas para o mercado de artigos específicos rematavam a cena mercantil da localidade.

1.3. Tradição e Cultura.

É possível observar-se o conceito de tradição à luz de preceitos concretos que nos permitem a definição da terminologia sob uma perspectiva quase exacta, precisa. Nesta óptica poder-se-ão incluir as memórias do passado transportadas para um presente vivido, as práticas materiais e/ou mentais preservadas por consecutivas gerações que, por meio da repetição de hábitos, consolidaram indefinidamente a salvaguarda de usos e costumes favorecedores dos factores identitários de um determinado país, povo, ou comunidade.

Por seu lado, a variedade de conteúdos subjacente ao conceito de cultura coloca-nos no domínio do impreciso e perante obstáculos na resolução desta questão teórica apenas pela via terminológica. Difícil se torna, assim, determinar o valor semântico a atribuir a «cultura». Falar de cultura implica falar de características culturais, de práticas sociais, procedimentos-chave da vida quotidiana dos actores, a *condição ontológica da vida humana em sociedade como tal*⁴⁶. Podemos interpretá-la como sendo um sistema de concepções historicamente transmitidas e formalizadas em símbolos, através dos quais os homens comunicam, perpetuam e expandem o seu conhecimento e as suas vivências, por outras palavras, definem o seu mundo, expressam os seus sentimentos e elaboram os seus julgamentos.

A conceptualização proposta por Vitorino Magalhães Godinho corrobora esta ideia ao apontar a cultura como *uma integração de maneiras de sentir, de pensar e de propensões a agir, segundo valores, normas e regras, agulhadas por símbolos e signos, orientadas por padrões de mentalidade e acção que carrilam condutas*⁴⁷. A acção social é orientada por modelos socialmente fornecidos a partir de representações de condutas

⁴⁶ SILVA, Augusto Santos: 21; a partir de GIDDENS, Anthony, *New Rules of Sociological Method*.

⁴⁷ GODINHO, Vitorino Magalhães: 8.

quotidianas. Engloba-se também no âmbito da cultura o plano das «obras culturais», através do qual algumas práticas e actos, bens ou valores se tornam supra-quotidianos e apartados da vida social comum. *As sociedades produzem e fruem obras culturais*⁴⁸. Poder-se-á ainda referir uma cultura popular, que João Leal encara como *um conjunto de testemunhos, conservados entre os camponeses, dos antecedentes mais remotos da nação*⁴⁹.

Marco de Canaveses é terra de tradições que resultam da convivialidade com as populações nordestinas e as da orla costeira não muito distante. Consequência deste intercâmbio de hábitos e mentalidades é uma multiplicidade de usos e costumes muito própria e diversificada. Não obstante, grande parte das suas práticas foi-se desvanecendo ao longo dos tempos, sobretudo a partir da década de 60, quando a sociedade do município iniciou uma sequência de transformações que, passo a passo, foram alterando as suas estruturas. Tentar-se-ão aqui examinar algumas das tradições e cultura preservadas pelos antepassados que habitaram a região a delinear o presente trabalho, sublinhando-se no entanto as lacunas a que esta referência é sujeita uma vez que, perante a vastidão de elementos etnográficos e culturais da região, nos deparamos com a impossibilidade de representar exhaustivamente a totalidade da realidade em estudo, confinando a análise apenas a um breve apontamento sobre o assunto.

Factor comum à generalidade das áreas rurais portuguesas nortenhas é o forte pendor religioso que se consubstancia como agente de congregação dos membros constitutivos da comunidade, numa uniformidade de valores e crenças propiciadora do sentimento de pertença ao grupo. No Marco esta tendência também se encontra latente, manifestando-se nitidamente nas múltiplas festas de evocação de Santos Padroeiros, tradição que se manteve até à actualidade e que funciona muitas vezes como forma de reavivar ou restabelecer relações com parentes e amigos cujos imperativos profissionais os forçaram ao distanciamento da terra. A exemplo do que é afirmado, refiram-se algumas das muitas festas religiosas anuais (a que ocasionalmente foram acrescentados alguns rituais profanos) que ilustram o quadro tradicional concelhio: Festa de Nossa Senhora do Castelinho, Senhora da Livração, Nossa Senhora do Socorro, Santa Marinha, etc... A festa em honra de Nossa Senhora da Natividade do Castelinho adquiriu na região uma notoriedade tal que o dia da sua realização, 8 de Setembro, foi instituído como feriado

⁴⁸ SILVA, Augusto Santos: 30.

⁴⁹ LEAL, João: 18.

municipal⁵⁰. No decurso das cerimónias festivas muitas mulheres, parturientes ou mães em aleitação, oferecem sal à Senhora, com base na crença de que, mediante a oferta e um pedido de auxílio, serão bem sucedidas no parto e na criação dos seus rebentos. Além das festas da localidade as populações do Marco também se deslocam até municípios vizinhos onde se festejam os santos do seu culto. Inclui-se nesta situação a comemoração de S. Gonçalo de Amarante, festa que acolhe tradicional e anualmente muitos marcoenses devotos da divindade.

O *Compasso* é outra das tradições que ainda se mantêm na região. Esta consiste na passagem da Cruz com a imagem de Cristo nas casas dos paroquianos das freguesias locais, no dia de Páscoa. Nos dias que antecipam a comemoração da ressurreição do Senhor, os residentes operam uma limpeza geral às suas habitações, preparativos que visam uma condigna recepção do *Compasso*. Nos momentos que antecedem a Visita Pascal, à entrada da porta é executado um tapete feito de rosmaninho e alecrim, a que se podem associar pétalas de outras flores, enquanto que no interior da sala onde a Cruz é dada a beijar se ornamenta uma mesa com alimentos e bebidas para obsequiar os convidados. Há ainda o costume de se entregar um envelope ao pároco visitante, o tradicional *Folar do Senhor Abade*.



Fig. 6: O Compasso.

⁵⁰ Ver Anexo nº 3.

Habitualmente, neste dia as famílias reúnem todos os seus elementos e visitam-se também parentes mais afastados e amigos. Muitas vezes o Compasso é seguido por uma banda de música que anima o cortejo pascal. A alegria desta festividade é ainda demonstrada através dos inúmeros foguetes que inflamam os céus. À noite, após o *recolher do Compasso*, um espectáculo de pirotecnia põe termo a um dia de confraternização.

O período natalício acarreta identicamente alguns hábitos sustentados ao longo dos tempos. Incluem-se aqui os *Cantares das Janeiras e dos Reis*. Tal como a designação assim o indica, estes cantos coincidem com os festejos do início do ano e o Dia de Reis, e são praticados por grupos de cantores (vulgarmente amigos que se agrupam com objectivos folgazões) que percorrem as casas de familiares e conhecidos com o intuito de granjearem algum proveito financeiro para as suas diversões. Ocasionalmente, algumas associações recreativas e/ou culturais aproveitam também esta ocasião para, desta forma, angariarem fundos monetários destinados a actividades ou obras para cuja realização não têm disponibilidades financeiras.

A cultura de uma região é-lhe proporcionada pelos agentes constitutivos do seu passado, pelos vestígios que as colectividades anteriormente a habitarem os seus domínios resguardaram e acautelaram, pelas obras que revelam uma história, um pretérito e um presente. Nesta conjugação, o Marco é um território fecundo no que respeita a indícios materiais de existências antigas, remontando a sua herança a épocas milenares. O seu espólio cultural reúne componentes muito disseminadas no tempo: desde o clássico balneário legado pela civilização romana e integrado na cidade de Tongobriga às variadas igrejas românicas recebidas da Idade Média, a que se associam representações tão modernas como a Igreja de Santa Maria, projectada pelo arquitecto Siza Vieira. Efectivamente, as escavações arqueológicas iniciadas em 1980 na freguesia do Freixo permitiram a descoberta de ruínas romanas que incluem elementos residenciais, balneários públicos, um fórum, uma basílica, e muitos outros indícios da presença desta civilização clássica no território concelhio, alguns dos quais a serem futuramente revelados, uma vez que as investigações prosseguem ainda na actualidade. Vários monumentos da época medieval constituem também parte da herança cultural, sobretudo no que respeita a arquitectura religiosa, de que são exemplo o Mosteiro Beneditino de Alpendorada, fundado em meados do século XI, e a Igreja do Mosteiro dos Cónegos Regentes de Santo Agostinho situada na freguesia de Vila Boa do Bispo, cuja estrutura arquitectónica reflecte o estilo românico de forma expressiva. Além desta,

as diversas construções integradas noutro género arquitectural mereceriam igualmente referência, o que no entanto exigiria uma extensa enumeração que não se justifica para o presente trabalho. Salienta-se apenas, a este propósito, a torre de defesa que hoje se insere no Aldeamento Turístico da Torre de Nevões.

Alguns elementos, por fazerem parte do quotidiano das populações durante décadas, podem-se integrar na componente cultural da região, muito embora no caso específico do Marco de Canaveses grande parte deles tenha desaparecido na actualidade. Nesta categoria podemos incluir os sons das violas, cavaquinhos e ferrinhos que alegravam os arraiais festivos, o caminho da romaria ou o findar da serviçada. Também era usual escutar-se, por entre os caminhos a circundarem os campos, o som dos *cantaréus* das lavradeiras e camponeses que tentavam desta forma amenizar e animar as duras e monótonas fainas agrícolas. Sementeira, desfolhada, vindima, ou qualquer outra tarefa, eram acompanhadas pelo entoar de afinados cantares que enchiam os ares de alegres melodias. Outros sinais emblemáticos conseguiram perdurar até aos nossos dias, como seja o caso das tecedeiras de mantas, tapetes de tiras e cobertores; a confecção de chapéus de palha é uma indústria artesanal e caseira que também evidenciou duas das freguesias do concelho: Vila Boa de Quires e Maureles. De Chaves, e através do veículo propagador de hábitos e costumes que é o Tâmega, chegou a moda, entretanto desaparecida, do uso de socos, cujos calços eram executados em pau.

De acordo com o cultivo da vocação artística foi criada no Marco de Canaveses, nomeadamente na freguesia de Vila Boa de Quires, uma Banda de Música, cuja origem remonta ao século XVIII. Também se desenvolveu a formação de ranchos folclóricos que articulam a música com a dança numa conjugação de movimento, som e cores tipicamente regionais.

Como remate do apontamento refira-se o papel do Marco de Canaveses na integração e enriquecimento de outras culturas. Sendo um reduto local, ao enviar contingentes de naturais para outros países projectou pessoas noutras sociedades, propiciando uma transculturação das mesmas. É disso exemplo a já referida Carmen Miranda que, emigrando para o Brasil, contribuiu para a formação e difusão da sociedade brasileira, muito embora a sua origem se configure no território concelhio.

2. Disposição da economia marcoense nos anos 60. Modernidade e Sociedade Rural.

O dualismo social que caracterizou os países em vias de desenvolvimento na década de 60 teve também os seus reflexos em Portugal, e evidenciou as dissemelhanças evolutivas das regiões que o integram. As assimetrias observadas entre litoral e interior, centros urbanos e espaços rurais, com implicações na difusão e absorção dos agentes de desenvolvimento promotores do progresso, ocasionaram a coexistência de dois tipos distintos de sociedade: uma moderna, típica das zonas urbanas, onde os elementos utilitários da civilização moderna atingiram já um elevado grau de propagação, e outra tradicional, característica das áreas rurais em que imperam condições e formas de vida associadas à preservação dos modelos do passado⁵¹.

Não obstante, a proximidade urbana e industrial, sobretudo em períodos de relativo crescimento económico, vai facilitando processos instigadores da transformação: seja pela via da oferta de alternativas profissionais que provocam correntes mais, ou menos, significativas de emigração rural para as áreas desenvolvidas, seja pela disseminação de novos padrões culturais e de consumo⁵². *Se a ausência de alternativas conserva frequentemente a estagnação e a pobreza das explorações e se uma agricultura melhor dimensionada, mais produtiva e virada para o mercado teve a favorecê-la, por vezes, múltiplos e prévios abandonos, noutras situações a permanência das formas tradicionais encontra na sua raiz o pluri-rendimento*⁵³. Acontece, assim, que grande parte das unidades de produção de pequenas dimensões sobrevivem apenas enquanto complemento de outras actividades exteriores à exploração agrícola, gerando formas de agricultura a tempo parcial.

O território que configura a actual pesquisa apresenta especificidades que o incluem na classe das sociedades tradicionais, dada a vocação ruralista das mais antigas populações que nele habitaram. No entanto, a privilegiada localização nas imediações de desenvolvidos centros urbanos, designadamente do Porto, permitiu a evolução e transmutação das estruturas sociais e económicas desta zona primitivamente rural muito embora, no período a que se reporta o capítulo que de imediato se segue, o sistema de economia regional ainda assentasse as suas bases na exploração campesina. A mesma

⁵¹ NUNES, Adérito Sedas: 407-412.

⁵² ALMEIDA, João Ferreira de, 1986: 18.

⁵³ ALMEIDA, João Ferreira de, 1986: 18.

localização facilitou também as migrações pendulares de autóctones que, buscando uma actividade remunerada nas indústrias que proliferavam na faixa litoral, complementavam os seus magros réditos com o cultivo de pequenas explorações agrícolas familiares, as quais contribuíam para o sustento alimentar e o equilíbrio das economias domésticas.

2.1 Ecologia e Estruturas agrárias (condicionalismos geo-históricos).

O concelho do Marco de Canaveses situa-se numa das áreas mais férteis da província do Douro Litoral. Distanto somente 51 Kms do maior centro urbano da região norte e sendo ladeado pelos rios Douro e Tâmega, viu criadas as condições que permitiram à população residente, desde a sua mais remota antiguidade, o desenvolvimento da agricultura. Até meados do século passado, e ainda mesmo na década de 60, o Marco era um espaço predominantemente rural. As parcas receitas retiradas de outros ofícios não estimulavam o abandono da actividade agrícola, ocupando esta grande parte dos activos locais. Com efeito, a área compreendida no concelho apresenta características de ocupação humana e de economia rural comuns a quase toda a vasta região do Noroeste de Portugal. Se através da análise geofísica somos levados a reconhecer estas potencialidades agrícolas, essa mesma análise permite-nos, também, verificar a singular situação geográfica que quase permeia o Leste e o Oeste, o litoral e o interior, circunstância que conferiu à localidade a categoria de ponto de passagem e que contribuiu ainda para a criação de concorridas feiras propiciadoras da transacção e escoamento de alguns produtos agrícolas da terra.

Possuídas as conjunturas naturais favorecedoras da agricultura, necessária se torna a criação de estruturas fomentadoras do suporte que a tornem exequível. No período em referência já existiam no Marco os organismos indispensáveis à expansão deste sector. Era comum, na década de 60, poder encontrar-se no jornal local «O Marcoense» anúncios que publicitavam as condições de empréstimo de capitais da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Marco de Canaveses. Veja-se, a exemplo do que é referido, um excerto do anúncio exposto em Agosto de 1961: *A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Marco de Canaveses (...) empresta, a curto e longo prazo, aos proprietários de todas as freguesias deste concelho e dos limítrofes dos concelhos de Amarante, Penafiel e Baião, capitais ao juro anual de 4 e meio por cento para os seguintes fins: compra de sementes, plantas, insecticidas, fungicidas, adubos e correctivos, gados, forragens,*

*utensílios, máquinas, alfaias, material de transportes, vacinas; pagamentos de rendas, alugueres e mais encargos de exploração, pagamento de foros e contribuição predial rústica(...)*⁵⁴. Era ainda habitual poderem ler-se, no mesmo jornal, diversos artigos informativos relacionados com a principal actividade do concelho. O Grémio da Lavoura foi uma entidade corporativa promovida pelo Estado Novo que também serviu de apoio à agricultura. No «O Marcoense» de Setembro de 1961 pode-se aferir da realização de um Concurso Pecuário realizado pelo Grémio da Lavoura do Marco de Canaveses, em que foram premiadas as melhores cabeças de gado bovino⁵⁵. Obviamente que, eventos desta natureza constituíam um reflexo da política agrária de então, no sentido de promover a criação das raças bovinas superiores e incentivar o seu apuro e aperfeiçoamento. O vinho, cultura favorecida no concelho, tinha como principal produtora e distribuidora a Adega Cooperativa do Marco de Canaveses. Além do vinho, os cereais eram dos produtos que mais se cultivavam nas freguesias concelhias, e, com o objectivo da sua preparação até ao resultado final, duas fábricas de moagem laboravam desde os anos 20 junto à estação de caminho de ferro, um meio de locomoção que possibilitava a exportação dos produtos aqui realizados para o Porto.

2.1.1. Propriedade fundiária.

As características estruturais do sector agrícola marcoense reflectiam um aglomerado de explorações segmentadas, cujo parcelamento e fragmentação sujeitavam, por vezes, os camponeses à contingência de percorrerem grandes trajectórias para amanhar as suas terras dispersas. O mesmo parcelamento dificultava também a mecanização e, desta forma, a utilização de alfaias agrícolas que atenuassem o esforço das tarefas manuais e expandissem os rendimentos da produção. Na generalidade obedecia-se a um sistema de arrendamento, através do qual a maior parte da população rural cultivava terras pertencentes a descendentes de antigos proprietários medievais herdeiros, ainda, do Feudalismo, dos Morgadios e outros vínculos.

Observa-se, no decurso da década de 60 e nas seguintes, um retraimento gradual nas áreas consagradas a explorações agrícolas, cujas superfícies vão cedendo terreno a aglomerados de habitações e a empreendimentos industriais que, por sua vez, atraem muitos dos activos rurais que abandonam a lavoura em benefício de empregos fabris.

⁵⁴ *O Marcoense*, N.º 1208 – Ano 46, 5 de Agosto de 1961.

⁵⁵ *O Marcoense*, n.º 1211 – Ano 46, 2 de Setembro de 1961.

Apesar de se reportarem a um período posterior, os dados exibidos no Recenseamento Agrícola de 1979 apontam para um total de 9 814 ha de superfície com ocupação de explorações rurais⁵⁶. Mas, sabe-se que houve uma retracção da agricultura no decurso da década de 60, cujo abandono teria origem em diversos factores de entre os quais se destacam a construção da barragem do Carrapatelo e o subsequente recrutamento de postos de trabalho, bem como o indubitável surto migratório que coincidiu também com este período. Ainda com base nos indicadores referenciados no mesmo Recenseamento, a área média das empresas agrícolas seria, neste período, de 1,4 ha. As freguesias que apresentavam os menores valores de área média das empresas agrícolas eram as do Torrão, Paços de Gaiolo e Avesadas, cuja média das superfícies era inferior a 1 ha. Por seu lado as explorações cuja média das superfícies era mais elevada localizavam-se nas freguesias que ladeavam a sede concelhia: Freixo, Tuíás e S. Nicolau, onde o valor mediano das áreas que formavam as explorações se destacava pelos valores acima dos 4 ha⁵⁷.

2.1.2. Estratificação social.

Tal como foi anteriormente evidenciado, uma elevada percentagem das populações a habitarem as aldeias que integravam o concelho do Marco de Canaveses ocupava-se em actividades económicas associadas ao sector primário, designadamente à agricultura. E, ainda em concordância com o que já foi referido, a maior parte das empresas agrícolas era explorada segundo padrões de arrendamento previamente determinados entre senhorio e lavrador. Os laços estabelecidos entre proprietários e arrendatários pressupunham manifestas desigualdades entre um grupo social e o outro. Alguns proprietários, com domínios de vastas áreas, mantinham ainda a preponderância e distinção análogas aos privilégios recebidos pelos senhores coetâneos da idade medieval. Eram descendentes de alta linhagem com origem secular que, ao longo dos tempos, conservaram o seu estatuto de notoriedade local no gozo da herança ancestral que lhes proporcionava a entrega da exploração das suas terras em troca de significativas rendas provenientes do trabalho dos agricultores. Por seu lado os lavradores arrendatários usufruíam de um quotidiano com recursos limitados, já que a

⁵⁶ PEDROSA, António de Sousa, e tal: 346.

⁵⁷ PEDROSA, António de Sousa, et al: 346 - 349.

maior parcela da produção se destinava ao pagamento do tributo antecipadamente estabelecido no contrato de arrendamento.



Fig. 7: Dois dos agricultores entrevistados: a Sra. Alzira e o Sr. João.

Nas famílias camponesas as tarefas agrícolas eram sujeitas a uma repartição de acordo com as capacidades físicas de cada elemento. Assim, os homens adultos eram responsabilizados pelas fainas que requeriam maiores esforços e dispêndio de energias: lavrar, vindimar, malhar, ceifar, podar arbustos e árvores, limpar as áreas circundantes dos campos (o que incluía o corte de matos), etc... Às mulheres eram atribuídas funções mais apropriadas ao seu género. A elas competia cortar a erva para os animais, transportar os cestos das vindimas, conduzir a junta de bois aquando do amanho das terras, participar nas desfolhadas e outras tarefas que, fisicamente, lhes fosse possível realizar. Mesmo as crianças participavam na execução de funções relacionadas com o cultivo das terras desde que as mesmas se adaptassem à sua condição infantil. De acordo com as fontes orais recolhidas para a actual investigação obteve-se o testemunho de um entrevistado que, apenas com a idade de sete anos, já contribuía para a manutenção de uma exploração agrícola *sacudindo os pássaros do trigo*. Essa função

fora-lhe atribuída em troca de *uma malguita de sopa*⁵⁸. Outra das incumbências outorgadas à faixa etária juvenil era a apascentação de rebanhos de gado ovino e/ou caprino.

A par dos arrendatários, ou caseiros, coexistiam alguns lavradores de cujas empresas agrícolas eram proprietários e directos exploradores. Estes retiravam da terra todo o proveito e não estavam condicionados pela entrega de um quinhão ao senhorio. Os seus rendimentos eram proporcionais à fertilidade dos solos cultivados e às condições meteorológicas propícias, ou não, à produção agrícola.

Por último, os criados eram os directos auxiliares dos lavradores e fidalgos. Apesar de lhes estarem reservados os trabalhos mais pesados, nas casas dos lavradores eles partilhavam da mesa e da habitação, como se de componentes da família se tratassem. No entanto subsistiam alguns contrastes nas condições de trabalho e de recompensa destes serviçais. Se uns recebiam, em troca dos seus préstimos, a alimentação e uma remuneração financeira, outros recebiam apenas os sustentos alimentício e de vestuário.

2.1.3. Sistema de exploração e produção.

O sistema de exploração, de acordo com as características anteriormente especificadas, correspondia, na generalidade, a contratos de arrendamento. Vulgarmente este efectuava-se em géneros e em consonância com os produtos mais cultivados: o pagamento da renda era estipulado em cereais e vinho, as produções mais difundidas na região. Se as condições meteorológicas afectassem o rendimento agrícola, o caseiro podia interceder junto do patrão no sentido de uma redução da renda a pagar. Esta intercessão podia ser acolhida e combinada de acordo com a proposta do requerente ou contestada pelo senhorio. Ocasionalmente, e sob a aquiescência do proprietário, podia suceder que o arrendatário preferisse pagar parte do cereal estabelecido para pagamento da renda em numerário, podendo depois comercializá-lo a mercadores que lhe facultariam algum lucro na transacção efectuada.

Nas tarefas mais morosas e que requeriam a cooperação de múltiplos activos, tais como vindimas e desfolhadas, havia uma entreaajuda tacitamente acordada pelos diversos camponeses da região. A esta colaboração solidária e sistemática nas lides rurais chamavam *as trocas*, porque subentendia uma reciprocidade de auxílios com base na

⁵⁸ Malga: tigela.

calendarização das fainas – uma vindima era planeada para determinada data e todas as outras eram também antecipadamente programadas para que não se registasse uma coincidência de actuação. Por outro lado, nem todos os lavradores possuíam, na propriedade que exploravam, o lagar indispensável ao esmagamento das uvas, o que pressupunha um acordo entre os agricultores que previa o empréstimo e utilização do lagar alheio. O cultivo das terras efectuava-se com o auxílio de parelhas de bois e de forma manual. O uso de tractor, ou outras alfaias mecânicas, era quase inexistente.

Quadro 11

Produção das principais culturas no concelho de Marco de Canaveses
(1964 e 1965)

	1964		1965	
	Superfície ha	Produção q	Superfície ha	Produção q
Trigo	14	110	17	114
Milho	3 613	37 691	3 567	34 829
Centeio	1 247	16 845	1 247	19 586
Aveia	41	157	46	142
Cevada	27	204	32	230
Batata	331	42 630	313	38 623
Vinho hl		100 434		121 420
Azeite hl		212		1 370

A partir de Estatísticas Agrícolas de 1964 e 1965, do Instituto Nacional de Estatística.

Com base na observação do quadro número 11 é-nos possível determinar as principais culturas produzidas no concelho do Marco de Canaveses nos anos de 1964 e 1965. Tal como podemos verificar, o milho e o centeio são os cereais que constituem a maior parcela dos solos reservados a este género de culturas. Refira-se que o feijão era

também um produto muito cultivado, não tendo sido no entanto incluído nos dados apresentados por, na maior parte dos casos, ser agricultado na mesma superfície de cultivo do milho, numa parceria que obedecia a um modelo de culturas conjuntas. A cultura permanente de maior representação é a vinha. O vinho desempenha um papel económico de grande evidência no consumo familiar e na produção de excedentes para venda. As árvores de fruto e as oliveiras também têm significado na economia familiar, mas não ocupam superfícies significativas. Os pomares são muito escassos e as árvores de fruto encontram-se, usualmente, isoladas ou a ladear os campos.

Para além dos produtos assinalados, os legumes faziam também parte das prioridades agrícolas dos camponeses, dada a sua importância na integração das refeições dos núcleos familiares; contudo, os solos ocupados por este tipo de cultura que se destinava particularmente ao consumo doméstico preenchiam áreas de reduzidas dimensões.

A criação de gado adquiriu, no concelho do Marco de Canaveses, uma expressão acentuada e de destaque no espaço circundante constituído pelos concelhos que lhe são fronteiriços, nomeadamente os de Amarante, Baião e Penafiel. Com efeito, através da análise do quadro fornecido pelo Instituto Nacional de Estatística das reses abatidas e aprovadas para consumo segundo a espécie dentro e fora dos matadouros, nos concelhos de Amarante, Baião, Marco de Canaveses e Penafiel nos anos de 1964, 1965 e 1969, pode-se verificar a superioridade dos números relativos ao abate de animais neste município⁵⁹. Apesar da evidência, o trabalho de campo efectuado permite-nos estimar que o consumo de carne não estaria nos hábitos alimentares das populações marcoenses, cuja maior percentagem limitava este tipo de alimento a dias de festa anuais ou a eventualidades excepcionais. Daqui se depreende que, com maior probabilidade, os animais abatidos se destinariam a exportação para outras localidades vizinhas, destacando-se preferencialmente nesta remessa de gados a cidade do Porto.

2.2 Indústria.

Na década de 60 o concelho do Marco de Canaveses revelava-se como um espaço social predominantemente rural, posicionamento que, e reafirmando a concepção de José de Madureira Pinto, determinaria uma função primária passível de garantir o *fornecimento de bens alimentares às populações e de matérias-primas a indústrias (...)*⁶⁰. A

⁵⁹ Ver Anexo nº 4.

⁶⁰ PINTO, José de Madureira: 81.

actividade de produção de bens agrícolas com o objectivo da subsistência alimentar antecedeu a sua posterior transformação industrial. Nesta sucessão, as matérias-primas adquiridas à agricultura favoreceram o desenvolvimento de indústrias directamente ligadas a este segmento do sector primário: as indústrias alimentares ou as complementares da agricultura. Pode mesmo verificar-se a existência de situações em que os sistemas de culturas obedecem a uma organização produtiva muito próxima do *tipo industrial*, podendo contextualizar-se aqui a produção de cereais em grande escala. Por outro lado, a proximidade de centros urbanos mais evoluídos e a integração dos meios rurais na sua área de influência facilitam a emergência de indústrias por sua vez sustentadoras da economia urbana. No Marco, a indústria pioneira esteve directamente em conexão com o sector agrícola e estimulou a produção dos cereais no sistema de exploração rural. Contudo o crescimento destas empresas industriais não manifestou uma ininterrupta continuidade e a «Fábricas de Moagem do Marco» bem como a «Electro Moagem do Marco» perderam, presentemente, a relevância anteriormente patenteada. Em contrapartida, e tal como se observará no decurso deste exercício de pesquisa, outras indústrias foram incrementadas na região que constitui o município. Além das indústrias correlacionadas com a agricultura, algumas artes se desenvolveram de acordo com processos de actividade familiar, e/ou individual, por forma a dar-se resposta às necessidades de consumo da sociedade local. Insere-se neste âmbito a presença de inúmeras tecedeiras, dos alfaiates, da manufactura dos chapéus de palha, dos sapateiros, etc... Procurar-se-á, seguidamente, elaborar uma análise sumária do cenário industrial na economia marcoense dos anos 60.

2.2.1. A «Electro-Moagem do Marco» e a «Fábricas de Moagem do Marco».

A empresa «Electro-Moagem do Marco» foi fundada em 1924. A esta foi acrescentada uma outra, em 1926, a «Fábricas de Moagem do Marco». Muito embora neste período a electrificação ainda não integrasse as infra-estruturas da vila, foi criada a Central Eléctrica da Pontinha⁶¹ (barragem de reduzidas dimensões cuja produção de energia eléctrica se destinava exclusivamente ao consumo local), no Rio Ovelha, com o objectivo de possibilitar a inauguração desta primeira grande indústria do concelho. A matéria-prima transformada nestas fábricas era o trigo que, dada a predominância do

⁶¹ O lugar da Pontinha insere-se na freguesia de Várzea de Ovelha e Aliviada.

cultivo de milho e a exígua produção do cereal no município do Marco de Canaveses, era maioritariamente importado de outras regiões. As indústrias de moagem representaram o verdadeiro «arranque industrial», numa acepção relativa, da sede concelhia e permitiram a contratação de um amplo segmento da mão-de-obra regional. A sua localização, estrategicamente planeada junto à estação do caminho-de-ferro, facilitou a importação das matérias-primas de que careciam e a exportação do produto final realizado. Actualmente a «Electro Moagem do Marco» reflecte uma absoluta inactividade, contudo, nos anos 60, os dois complexos industriais encontravam-se em plena efervescência e empregavam centenas de operários.

2.2.2. A Fábrica de Papel

Ainda que exibindo originariamente a designação de “Fábrica de Papel do Marco” a empresa, depois de abrir falência e ser adquirida por um novo explorador a partir de finais da década de 50, passou a usufruir da denominação de “Companhia de Papel do Marco”. Inicialmente as técnicas de fabrico eram rudimentares e o produto final obtido de qualidade inferior. O papel aqui fabricado era conseguido através de processos de secagem muito simples, em contacto directo com a natureza e numa estreita dependência de factores atmosféricos como o sol e o vento.

Posteriormente, a aquisição de um engenho para fabrico de papel possibilitou uma alteração nas formas de produção. Em finais da década de 60 foi adquirida uma nova máquina, muito mais complexa e produtiva que a primeira. A matéria a ser transformada era a pasta de papel, fornecida por grandes exportadores nacionais ou estrangeiros, e os mecanismos de fabrico possibilitavam um tratamento da matéria-prima desde a sua fase inicial de produção até ao resultado final, que incluía também o processo de secagem do papel. A fábrica estava permanentemente em laboração, de noite e de dia, e os activos empregados, escalonados em diferentes turnos de acordo com o permanente funcionamento, excediam largamente a centena. O volume de encomendas recebidas e de vendas consumadas era também acentuado. Actualmente a Fábrica de Papel apresenta um estágio próximo da estagnação e a mão-de-obra recrutada não excede a quinzena de operários.

2.2.3. Outras indústrias.

A par das indústrias supracitadas, outras se desenvolveram no território concelhio. Refira-se, em primeiro lugar, a indústria extractiva e transformadora de pedra retirada dos solos graníticos que abundam na freguesia de Alpendorada. A exploração e transformação de granitos remonta a origens cuja época nos antecede um século. Inicialmente foram as ruas térreas do Porto que se remodelaram com as guias e cubos retirados das pedreiras de Alpendorada, dando lugar a adequados passeios. Depois, as construções escolares do Estado Novo, na década de 40, os esteios para as vinhas das regiões envolventes, a Ponte Duarte Pacheco em Entre-os-Rios, várias igrejas e o Palácio da Justiça, no Porto. Devido à expansão deste sector da indústria, Alpendorada tornou-se famosa e procurada para fornecimento de pedra de granito destinada à construção, angariando assim um expressivo sucesso económico que possibilitou à freguesia a ascensão a vila.

A estruturação da Barragem de Carrapatelo, encetada no início da década de 60, e a necessidade de mão-de-obra para a sua edificação fomentaram a desertificação dos campos e o abandono da agricultura. Destinada à produção de energia eléctrica, a Barragem do Carrapatelo ocupou uma elevada parcela de operários na construção civil e outros ramos profissionais, desde inícios dos anos 60 até 1972, ano da sua conclusão.



Fig. 8: Barragem do Carrapatelo.

Apesar das restrições do sector secundário ainda presentes neste período e em conexão com esta insuficiência, algumas indústrias caseiras e artesanais sustentavam as necessidades prioritárias das populações. O ofício de ferreiro era comum e procurava coarctar as carências de utensílios agrícolas, domésticos e outros ligados às mais diversas profissões, de que serão exemplo os instrumentos utilizados na construção civil. Depois de aquecido na forja, o ferro era trabalhado manualmente com um possante martelo, e metamorfoseado em sacholas, pás, fouces, martelos, tenazes, picaretas... enfim, numa múltipla e variada série de apetrechos que posteriormente eram comercializados nas feiras municipais.

Igualmente as artes de alfaiate e de costureira, que se manifestavam com relativa profusão no concelho, substituíam as actuais fábricas de confecções e proviam de vestuário as populações do território concelhio. Eram muito comuns, no “O Marcoense” da época, os anúncios que publicitavam diversas alfaiatarias localizadas na vila e nas freguesias circundantes. O calçado da maior parte dos habitantes da localidade também era executado por sapateiros da região. No Marco, um ou outro até *«refinaram» a sua arte e apresentavam calçado produzido com um certo nível*⁶². Havia ainda os «remendões», aqueles sapateiros que apenas efectuavam concertos, ou remendos, nos sapatos da clientela.

A arte da tecelagem era o ofício que algumas mulheres desenvolviam como suplemento das fainas agrícolas. Esta ocupação tinha o propósito de complementar com uma actividade proveitosa as ensolaradas tardes estivais e as longas noites de Inverno. Podia também ser uma profissão exercida a tempo inteiro. A lã de ovelha que trabalhavam era-lhes fornecida pelos lavradores seus conterrâneos. A mesma era manualmente cardada, limpa e alisada, obedecendo depois a um processo de tecelagem no tear. Outro material que também era frequentemente trabalhado era o algodão, este adquirido já nas casas de comércio. Desta actividade provinham os cobertores de lã de ovelha muito utilizados nas camas dos agricultores nas frias noites inverniais, as mantas, os tapetes, as carpetes, etc... A produção das tecedeiras destinava-se a encomendas de particulares antecipadamente efectuadas, ou à comercialização nas feiras regionais.

Uma indústria caseira que adquiriu substancial importância nas freguesias de Vila Boa de Quires e Maureles foi a manufactura de chapéus de palha, produto procurado especialmente pelos agricultores que dele necessitavam para se protegerem dos raios

⁶² Expressão retirada da entrevista efectuada ao Sr. Novais.

solares. A técnica de execução baseava-se no entrançamento de palha centeia, ou de trigo, colhida no Verão e branqueada, respectivamente, sob o efeito da utilização de enxofre ou segundo o aproveitamento da acção do sol e do orvalho depois de algumas semanas de exposição a estes elementos naturais. Após a sua confecção, os chapéus de palha eram vendidos nas feiras municipais e nas «lojas» das freguesias contíguas.



Fig. 9: Tecedeira e o respectivo tear manual utilizado no exercício da sua arte.

2.3 Comércio.

Dada a persistência, no Marco de Canaveses, de uma economia predominantemente agrícola e, na prossecução desta realidade económica, instituíram-se no território concelhio feiras, nas quais as populações se abasteciam dos produtos de que necessitavam para o seu quotidiano social e para as indispensabilidades profissionais. Paralelamente denotava-se a coexistência de um sistema de mercado privado de reduzida escala, apenas na proporção da satisfação das necessidades básicas dos residentes.



Economia: Feira do Marco - Ferragens
Novembro de 1970
Fonte: BMMC

Fig. 10: Pormenor da Feira do Marco.

2.3.1. O Sistema de Mercados Municipais.

Tal como anteriormente referido, as feiras ocupavam lugar de destaque no cenário mercantil do município. Com origens no século XVI, a feira do Marco adquiriu uma notoriedade nas comarcas adjacentes que manteve ao longo dos tempos e subsiste ainda na contemporaneidade. As datas estabelecidas para a realização da Feira do Marco foram os dias 3 e 15 de cada mês. Se algum dos dias designados coincidissem com o domingo ou um Dia Santo, a realização da feira era transferida para o primeiro dia desimpedido que se lhe sucedesse. De acordo com o pressuposto de que comércio gera riqueza e riqueza ocasiona evolução, as feiras promoveram o desenvolvimento da terra mediante a vasta multiplicidade de produtos nelas transaccionados e o amplo volume de agregados humanos que às mesmas acorriam. Com efeito, aqui se podiam adquirir bens de toda a espécie: desde gado e utensílios agrícolas a peças de vestuário e/ou de calçado, com passagem pelos géneros alimentícios e pelos acessórios de joalheria, uma infinidade de artefactos era comercializada nestas exposições periódicas⁶³.

Para além das feiras, as «praças» também eram uma forma de comércio assente na exibição dos produtos em praça pública – daí a sua denominação: «praças». Elas eram muito idênticas às feiras, mas de inferior dimensão. Nas mesmas não se comercializava gado de elevado porte - apenas animais mais pequenos: frangos e coelhos. Essencialmente vendiam-se produtos derivados da agricultura (fruta, hortaliças, etc...), algum vestuário e calçado. Realizavam-se duas vezes por semana: às segundas e quintas-feiras. Ao sábado realizavam-se na Feira Nova.

2.3.2. O comércio de particulares (em pequena escala).

As casas comerciais direccionadas para o comércio a retalho de bens específicos eram quase inexistentes. Refira-se, a exemplo, que as casas de pronto-a-vestir detinham uma reduzidíssima representatividade: as populações deferiam nos alfaiates e nas costureiras particulares a confecção das suas roupas. Essencialmente no espaço formado pela vila, havia casas que comercializavam panos e miudezas (estas incluem botões, linhas, lãs, peúgas, colchetes, etc...). Os tecidos eram adquiridos nestas casas e entregues depois a modistas e alfaiates que executavam as peças de vestuário de acordo com as

⁶³ Observem-se, a propósito da Feira do Marco, as imagens inclusas nos anexos n.ºs. 5, 6 e 7.

preferências dos clientes. Os três pontos que mais se distinguiram no sector comercial eram a vila, a Livração⁶⁴ e a Feira Nova⁶⁵. Contudo, o comércio a retalho em estabelecimentos era muito reduzido – as feiras garantiam a maior parcela do mercado do Marco.

Nas aldeias que rodeavam a vila eram frequentes as «lojas», casas onde se comercializava de tudo um pouco, desde ferragens a produtos de mercearia propriamente ditos, candeeiros, carvão, petróleo (utilizavam-se recipientes que permitiam a medição). Por vezes, até tecidos alinhavam na prateleira dos bens transaccionados. Nas «lojas», a mistura de produtos comercializados era total.

3. Memórias de um passado recente (depoimentos de informantes).

Esta etapa do trabalho de pesquisa incidirá particularmente nos depoimentos dos informantes que se disponibilizaram a proporcionar as informações indispensáveis ao estudo da problemática que ora se apresenta. Nesta conformidade, proceder-se-á à transcrição de excertos das entrevistas efectuadas no âmbito do trabalho de campo realizado. De mencionar que os indivíduos seleccionados para a obtenção de esclarecimentos se inserem em diferentes grupos sociais com desiguais condições de vida, factor que determinará também algumas diferenças nas vivências relatadas e nos discursos enunciados. Contudo, esta diversidade social insere-se nos nossos propósitos de pesquisa que visam um alargamento da investigação capaz de nos permitir obter uma amostragem que proporcione uma retratação das condições de vida análoga à realidade em estudo.

Os inquiridos que nos facultaram a recolha de informações constituem-se pelos seguintes indivíduos:

- Emília Monteiro, professora do 1º Ciclo e autora da Monografia do Concelho do Marco de Canaveses, bem como o respectivo marido, António Novais. Ambos possuem mais de 65 anos. Residem desde que casaram, em 1958, na cidade do Marco de Canaveses (outrora vila), factor que lhes possibilita retratarem, apropriadamente, as circunstâncias em que viviam as populações marcoenses na década de 60.
- Augusto Ribeiro, de 61 anos, e esposa, Maria Laura, de 60 anos. São filhos de lavradores e ainda exercem a mesma profissão, na freguesia de Tuíás.

⁶⁴ Lugar que se inclui na freguesia de Santo Isidoro.

⁶⁵ Lugar que se inclui na freguesia de Ariz.

- João Soares e Alzira, ambos com mais de 60 anos. Residem em Tuías, onde são agricultores.

3.1. O quotidiano

António Novais: *O Marco de Canaveses que eu conheci era uma terra socialmente humilde. Recordo que no local onde agora assenta a Igreja de Sta. Maria ia desembocar um esgoto de um lagar (azinha) de azeite da Casa dos Murteirados; as pessoas mais pobres iam ali e apanhavam para baldes aquela água que vinha de cima, à vez, e levavam-na para casa para ser fervida e lhe ser retirado o pouco azeite, as míseras gotas, que continha, para depois ser utilizado na sua alimentação. Apesar de haver electricidade nas principais praças, mas electricidade muito no limiar da economia, a iluminação era muito escassa: uma velinha aqui, outra ali. No centro do concelho, na vila, por vezes existiam pessoas mais pobres do que propriamente nas aldeias, porque nas aldeias iam tendo uma terra para cultivar e daí retiravam alguns alimentos. Embora cá não houvesse as características da cidade, também existiam uma ilha ou duas, com aquele conjunto de casas muito pobres e sem condições de habitabilidade onde residia gente pobre.*

Os habitantes da vila deslocavam-se até montes distantes para apanhar lenha destinada à combustão em lareiras ou fogões da sua habitação. A maior parte das famílias marcoenses ainda utilizava a lareira ou os fogões a lenha para cozinhar os seus alimentos. Alguns transportavam essa lenha à cabeça, mas outros tinham uns carrinhos de mão que eram utilizados para o transporte da mesma, carrinhos que no entanto eram, por vezes, apreendidos pelos proprietários dos montes onde a lenha era procurada. Esta apanha da lenha em propriedade alheia sujeitava os infractores à recolha durante as horas de madrugada, numa tentativa de não serem surpreendidos na sua colheita. As populações com maiores possibilidades financeiras compravam a madeira de que necessitavam, e outras tinham as suas próprias propriedades de onde retiravam a lenha de que careciam.

Para dar um exemplo da pobreza que subsistia na vila, recordo que nos dias de feira havia pessoas que passavam, mesmo de noite e com uma iluminação frágil, faziam uma revista nos locais onde haviam estado os ourives, numa tentativa de encontrarem algum objecto aí esquecido para poderem depois vender e assim angariarem algum rendimento. As feiras eram muito importantes e havia pessoas da vila que abriam as

*suas tascas (tabernas) apenas nos dias em que as mesmas se realizavam, servindo também refeições e retirando daí o seu sustento para o resto do mês. Também havia pessoas, sobretudo reformados, que davam guarida a funcionários públicos recebendo em troca alguns proveitos financeiros que acrescentavam à sua modesta pensão*⁶⁶.

De acordo com o depoimento é-nos possível averiguar as restrições das condições de vida da maior parcela das populações. Muito embora subsistisse um reduzido grupo de indivíduos com um nível de existência favorecido, ou remediado, a generalidade revelava-se carenciada ao nível da posse de bens susceptíveis de possibilitarem uma vida condigna, o que se reflecte numa necessidade de recurso aos excedentes dos privilegiados e à recolha dos sobejos de incautos. A confirmação desta circunstância é evidenciada pela colheita, levada a efeito pelos mais desfavorecidos economicamente, das poucas gotas de azeite provenientes dos despejos da azenha, pela apanha de ramos e troncos de árvores para uso doméstico, nos montes de herdades alheias, e a demanda de objectos acidentalmente esquecidos pelos mercadores no recinto designado para a realização das feiras.

3.2. Infra-estruturas: água, luz, estradas, telefones, bens domésticos, electrodomésticos, rádio e TV.

Emília Monteiro: *Em relação à electricidade e à água canalizada, no Marco já existiam desde 1927. Mas apenas os privilegiados, meia dúzia de pessoas, instalaram esses bens nas suas casas. Na primeira metade da década de 20 foi construída a Central Eléctrica da Pontinha com o objectivo de fornecer energia eléctrica para as empresas «Electro Moagem do Marco» e a «Fábricas de Moagem do Marco».*

António Novais: *Mesmo no centro da vila, na década de 60 quase não havia aquecedores nem electrodomésticos. Podia haver um caso ou outro de famílias que tivessem rádio e/ou televisão, mas, eram casos isolados. No caso da rádio, a emissora nacional incentivou a aquisição de aparelhos nos ambientes rurais, sobretudo aos funcionários públicos, possibilitando a compra de uma marca, a Philipps, a crédito (era pago às prestações). Isto com o objectivo de difundir no país rústico o uso dos rádios. No início da década de 60 os aparelhos de televisão existiam apenas em alguns*

⁶⁶ A estas situações correspondiam os subarrendamentos que os idosos fomentavam com o objectivo de equilibrarem as suas exíguas economias domésticas.

cafés, nos Bombeiros, e alguns comerciantes colocavam-no na montra para, dessa forma, atrair espectadores e assim eventuais clientes.

Augusto Ribeiro: *Desde sempre conheci electricidade em casa dos meus pais. Não tinham telefone. Era difícil fazer as chamadas, pois era uma telefonista que fazia a ligação. A D^a Carlota (professora) era das pouquíssimas pessoas que tinham telefone, e, se houvesse alguma emergência, as pessoas pediam-lhe se o podiam usar. Usava-se mais a correspondência escrita: cartas. O meu pai, nos anos 60, já tinha água canalizada em casa. Era água de um poço privado, e não dos serviços públicos. Mas só havia água canalizada na cozinha. Na década de sessenta, a maior parte das estradas que agora são alcatroadas ou calcetadas ainda eram de terra batida.*

Maria Laura: *Não tínhamos água canalizada: havia uma bica de água boa, onde todos nos abastecíamos.*

A leitura do primeiro depoimento permite-nos corroborar a anotação já patenteada no trecho sobre a pesquisa das indústrias coetâneas da década de 60 no Marco de Canaveses, especificamente o momento que referencia a criação da pequena Central Eléctrica do Marco motivadora da implementação das primeiras indústrias a usufruírem desta fonte de energia. Justifica-se, a este propósito, uma breve alusão ao estudo do Professor Jorge Alves que demonstra a proliferação de pequenas centrais eléctricas para serviço particular em Portugal, a partir da segunda década do século XX. Com base no mesmo, (...) *se a produção/distribuição de energia avançava lentamente, os industriais não podiam esperar e procuravam a auto-produção. Na segunda e terceira décadas do século XX, multiplicam-se as centrais de auto-produção, quer térmicas, quer hidroeléctricas*⁶⁷. Efectivamente, este foi também um recurso passível de fomentar o progresso industrial utilizado no concelho do Marco de Canaveses.

Prosseguindo a apreciação dos testemunhos analisados, observa-se uma grande restrição no uso de bens domésticos como o telefone, a rádio e a TV. Frequentemente o abastecimento de água, imprescindível à vida humana, era ainda efectuado de acordo com moldes comunitários, na *bica de água boa*.

⁶⁷ ALVES, Jorge Fernandes, 1990: 350.

3.3. Alimentação

Emília Monteiro: *Relativamente à alimentação, nos anos 60 na vila já havia uma peixaria e um talho. As pessoas já recorriam à peixaria e ao talho. Mas tudo consoante as economias domésticas de cada família. Aqui na vila não se usava comer apenas um prato de sopa às refeições: a ele acrescentava-se «o conduto», que era mais algum alimento além da sopa.*

Augusto Ribeiro: *A alimentação era uma miséria. Felizmente em casa dos meus pais comeu-se sempre razoavelmente bem, porque ele era um caseiro remediado, mas, sei que havia lavradores que comiam carne pelo Natal e pela Páscoa. Não matavam o seu porqueto, não iam ao talho, era uma miséria. Nem bacalhau comiam, tão pouco. O meu pai lutou sempre na vida, para que a alimentação fosse boa. Naquele tempo não havia dinheiro. Os lavradores que não fossem um bocadinho inteligentes passavam mal. Geralmente o meu pai matava dois porcos por ano. O porco era morto e conservado numa salgadeira, pois não havia frigoríficos. Ao longo do ano ia-se comendo. De manhã cedo levantávamo-nos e tomávamos o café, geralmente com leite e broa de milho. Às 10 horas comíamos a sopa. Às 15 horas comia-se batatas, arroz, ou massa: era a merenda. À noite, comia-se novamente sopa, normalmente com mais qualquer coisa. Comíamos sardinhas, pois eram baratas, mas apenas uma para cada um.*

Maria Laura: *Em casa dos meus pais não se comia tão bem – comia-se pior porque as terras eram mais fracas. À merenda não se comia muito arroz ou massa, comia-se mais feijão, batata e hortaliças. Carne era só nas festas.*

João Soares: *Aos 9 anos fui servir (...) no 1º ano foi apenas comer e vestir... guardava 9 ovelhas e 4 bois, ia lá para a Senhora do Socorro, por aí fora... saía de manhã às 9 horas, com o gado, levava umas batatinhas com a tona⁶⁸, sentava-me debaixo de uma laranjeira, à sombra, e comia por lá as batatas e umas laranjas... o molho das batatas era sumo de laranja... à noite voltava para casa... estive lá 5 anos, até aos 14 anos... depois saí porque cacei⁶⁹ lá uma fraqueza nos pulmões...⁷⁰*

A alimentação ocorria de acordo com as capacidades económicas de cada núcleo familiar. Conquanto a criação de gado fosse uma das prioridades dos agricultores, o seu

⁶⁸ Tona: pele; casca.

⁶⁹ Cacei: contraí.

⁷⁰ O texto é apresentado de acordo com a exposição verbal dos entrevistados.

provimento alimentar não incluía predominantemente carne, muito pelo contrário. Exceptuando o consumo, durante o ano, da carne de porco conservada nas salgadeiras, o gado bovino e ovino, ou caprino, destinava-se particularmente ao comércio e a exportação para outras localidades. Por outro lado, mesmo no seio do próprio grupo rural subsistiam algumas diferenças no género e qualidade alimentar: se o agricultor era endinheirado e as terras cultivadas propícias a uma produção abundante, o seu sustento obedecia a um tipo de alimentação variada e nutritiva. Em contrapartida, se o agricultor era pobre, os recursos alimentares revelavam-se bem mais exíguos que os dos seus congéneres abastados.

3.4. Habitação⁷¹

Emília Monteiro: *Nós casamos em 1958, e quando eu cheguei aqui cozinhava com lenha. Em relação à electricidade e à água canalizada, no Marco já existiam desde 1927. Mas apenas os privilegiados, meia dúzia de pessoas, instalaram esses bens nas suas casas.*

António Novais: *A maior parte das famílias marcoenses ainda utilizava a lareira ou os fogões a lenha para cozinhar os seus alimentos. A utilização dos fogões a gás surgiu na década de 60. A 1ª garrafa de gás que eu vi, foi aqui o Dr. Melo, que era meu inquilino e utilizava o gás para necessidades relacionadas com o exercício da clínica.*

Augusto Ribeiro: *A casa de banho era no exterior da casa, e era em madeira. Não havia saneamento público. A fossa levava os dejectos para os campos.*

Maria Laura: *Tínhamos casa de banho em casa, embora a sanita também fosse de madeira e os dejectos fossem directamente para a fossa. Não havia electrodomésticos. A comida era cozinhada na lareira, em panelas de ferro.*

Tal como se pode inferir dos depoimentos as condições sanitárias assentavam, na generalidade, sobre processos muito rudimentares. Maioritariamente os habitats dos agricultores e das populações economicamente menos favorecidas pressupunham casas de banho construídas em madeira localizadas no exterior da moradia. O uso do fogão a gás era pouco difundido e o de instrumentos electrodomésticos quase inexistente o que,

⁷¹ Muito embora na década de 60 a electricidade já fizesse parte da realidade municipal, várias famílias ainda não possuíam este bem nas suas casas, sobretudo as que viviam nas aldeias circunvizinhas. Recordo, a exemplo, que em casa dos meus avós ainda não era usada a corrente eléctrica, utilizando-se candeeiros a petróleo para a iluminação da moradia.

consequentemente, explicava a utilização da lareira para a confecção dos alimentos e como forma de aquecimento das habitações. Apenas nas décadas de 70 e 80 o quotidiano das populações foi, progressivamente, denotando algumas alterações e os novos hábitos concorreram para a adopção de moldes de subsistência mais práticos e renovadores. A constatação desta realidade confirma a teoria anteriormente apresentada que determina um acesso privilegiado aos componentes típicos da civilização moderna nos centros urbanos e o adiamento da integração dos agentes constitutivos da modernidade no mundo rural, que conserva condições de vida tradicionais.

3.5. Saúde

Emília Monteiro: *Eu, depois que casei, em 1958, tive logo 4 filhos seguidos. E tive-os todos em casa. Não era habitual as mulheres irem para o hospital na fase de parto. Os partos eram assistidos por uma parteira ou uma «jeitosa», uma mulher que tivesse habilidade para este género de situações. Apenas tive o 5º filho, e último, no hospital.*

O hospital nascera em 1920. Na década de 60 ele foi remodelado, muito com o auxílio do Sr. Manuel Carneiro Geraldês, e já havia consultas no hospital para mulheres grávidas, mas as consultas eram pagas e as pessoas esquivavam-se a esse serviço de saúde. As professoras que quisessem pedir um mês de licença para terem um período pré, ou pós, parto mais tranquilo, tinham que justificar-se com um atestado de doença. Não havia nenhuma das regalias que actualmente são usufruídas. Depois, as mulheres das aldeias comiam muitos caldos de galinha após o parto. No entanto esses cuidados não lhes eram dispensados no hospital, o que as influenciava negativamente no sentido de não optarem pela assistência hospitalar.

Em relação à assistência médica, havia um médico «do partido» que era o médico oficial do município. Esse médico assistia na saúde de forma gratuita, pois era pago pela Câmara. Mesmo que fosse necessário efectuar alguma deslocação a casa dos doentes, esse deslocamento também era custeado pelos serviços municipais.

Também havia alguns consultórios de médicos que exerciam de forma privada a sua profissão, mas aí as consultas eram pagas pelos doentes.

Maria Laura: *Nunca precisei de ir ao médico, quando era pequena, mas, uma irmã que sofria do coração teve que ser tratada por um médico. Já havia médicos com consultório, aqui no Marco. Não havia Centro de Saúde, mas sim uma Casa do Povo. Alguns médicos também consultavam na Casa do Povo. Se fosse necessário, o médico*

também vinha a casa do doente, numa carroça. A minha mãe teve os filhos em casa. A minha avó era uma habilidosa que assistia nos partos. Todos correram bem - apenas uma irmã morreu mas vários dias depois de nascer. Eu já tive os filhos no hospital.

Relativamente às preocupações com a saúde e com base nos depoimentos verifica-se que, muito embora o hospital do município já desempenhasse funções desde a década de 20, a maior parte dos habitantes abstinha-se da utilização deste serviço de saúde. Os partos eram preferencialmente assistidos em casa, pela *jeitosa*, ou *habilidosa*, e as doenças, irradiadas pela via dos procedimentos caseiros que determinavam formas de curativo assentes nos conhecimentos de familiares mais experientes e conhecedores. Contudo, eram frequentes no “O Marcoense” avisos que publicitavam os honorários clínicos das consultas dos diferentes médicos que exerciam o seu ofício no Marco. De acordo com a especificação dos médicos patenteada no jornal de 21 de Janeiro de 1961⁷², seriam onze os praticantes de medicina nestas condições, o que nos leva a supor que, apesar da persistência nos métodos tradicionais e familiares pouco ortodoxos usados no combate à doença, o recurso à terapia de índole científica ia adquirindo alguma consistência nos hábitos das populações.

3.6. Educação

Emília Monteiro: *Comecei a trabalhar em 1952⁷³ e nessa época os rapazes eram «obrigados» a frequentar a escola - era uma exigência que os pais lhes faziam, porque iriam para a tropa e tinham que saber ler os letreiros das terras por onde passavam. Além disso, lá tinham que fazer a 3ª classe, por conseguinte, mais lhes valeria fazerem-na antes. Às meninas essa exigência não era colocada porque, para trabalharem no campo, não necessitavam de saber ler. Na década de 50 apenas era obrigatória a 3ª classe. Depois a obrigatoriedade alargou-se à 4ª classe. Era por isso que muitas professoras acumulavam as 4 classes - muitas das meninas desistiam no final da 3ª classe e havia poucas na classe seguinte. Mas a instituição de obrigatoriedade do ensino não correspondeu em termos de qualidade e quantidade de aprendizados. E, tal como ainda agora acontece, muitas crianças não frequentavam os níveis de ensino que o Estado lhes impunha, abandonando muito cedo os estudos. Se uma criança*

⁷² “O Marcoense” n° 1187 – Ano 45, 21 de Janeiro de 1961.

⁷³ Recorde-se que a entrevistada exerceu a profissão de Professora do 1º Ciclo. Actualmente é aposentada.

manifestava capacidades intelectuais bem desenvolvidas, acontecia de os professores incentivarem os seus pais à concretização da 4ª classe, pois gostavam de fazer «brilhar» no núcleo social em que exerciam a sua profissão ao demonstrarem o sucesso que obtinham com os seus alunos.

Maria Laura: *Éramos seis filhos: cinco raparigas e um rapaz. Todos aprendemos a ler e a escrever.*

João Soares: *Eu nunca andei na escola. Não sei ler nem escrever, e isso entristece-me muito.*

Com base nos depoimentos do Sr. João relativos a *alimentação* e *educação* pode-se inferir que a estratificação social era perceptível ao nível da satisfação das necessidades básicas e do desenvolvimento cognitivo. A escassa alimentação que motivou um estado de doença reflecte uma deficiência na capacidade económica propulsora do investimento intelectual individual. Tal constatação permite-nos um enquadramento da circunstância observada na Teoria de Maslow e na Pirâmide da Hierarquia das Necessidades⁷⁴ preconizada pela mesma. Nesta conformidade, e mediante as dificuldades impostas à satisfação das necessidades fisiológicas, designadamente na obtenção de bens alimentares (necessidades estas a ocuparem a base da pirâmide), as motivações no sentido da auto-realização e o desenvolvimento intelectual a elas inerente foram banidas das necessidades prioritárias e, conseqüentemente, coarctadas à nascença. Segundo Maslow, (...) *toda a hierarquia de necessidades básicas predomina sobre as metanecessidades ou, dito de outro modo, as metanecessidades são pós-dominantes (menos urgentes ou exigentes, mais débeis)*⁷⁵. Da mesma forma a insuficiência alimentar e as repercussões desta carência conduziram também o nosso interlocutor à privação da aprendizagem escolar e do conhecimento do alfabeto.

3.7. Transportes

Emília Monteiro: *No que respeita aos transportes, e nos anos que antecederam a década de 60, ainda havia carros e carroças de aluguer puxados por cavalos. Eu chamo-lhes carroças porque alguns desses carros tanto se destinavam ao transporte de animais, nos dias de feira, como, acrescentando-se uns bancos, se adaptavam ao*

⁷⁴ MASLOW, Abraham H.: 351.

⁷⁵ MASLOW, Abraham H.: 384.

transporte de pessoas. Havia carros desses puxados por um ou dois cavalos. Para o transporte de cargas mais pesadas também se utilizavam os bois, porque o boi é um animal muito mais possante. Havia os «carreiros», os profissionais do carreto⁷⁶ mesmo devidamente colectados, e que, apesar de os carros serem transportados por animais, já eram equipados com eixo de ferro e travões, de forma a serem conduzidos por um processo mais segura. Mas, na década de 60 os cavalos quase já não eram utilizados. Havia os automóveis dos fidalgos, os quais, muitos deles, já existiam desde a década de 20. Algumas famílias com mais possibilidades económicas também possuíam o seu veículo automóvel, mas eram poucas. Havia carreiras diárias para o Porto. Havia também os carros de aluguer, os actuais táxis. O comboio já existia desde 1878 e também era utilizado pelas populações. Nessa época os lavradores já utilizavam também este meio de transporte para transportarem os seus animais. Mesmo assim, desde a inauguração da estação de caminho-de-ferro do Marco, o comboio necessitou de quase meio século para se afirmar como meio de transporte da região. As Fábricas de Moagem e a Electro Moagem do Marco deveram muito a esse meio de transporte e tinham o seu próprio cais, ou ramais da linha de ferro, que facilitavam o carregamento dos seus produtos para os vagões do comboio, onde eram depois transportados para os destinos pretendidos.

António Novais: *O final da IIª Grande Guerra trouxe consigo algumas novidades e uma delas foi a chegada aos meios rurais das motorizadas. Pouca gente tinha carro, mas o surgimento da motorizada marcou esse período.*

Augusto Ribeiro: *O meio de transporte mais utilizado era a pé...faziam-se grandes distâncias, como do Marco a Amarante, a pé. Também se usavam carroças de cavalo, ou apenas o cavalo. Andei algumas vezes de comboio, mas não muitas. Íamos a pé de Tuíás para a estação, e ia até Paredes de comboio, à terra onde nasci. No regresso também fazia o caminho da estação até casa a pé.*

Através da análise dos testemunhos podemos verificar que a locomoção pela via pedonal era comum e utilizada inclusivamente nas deslocações que compreendiam distâncias significativas. O uso do veículo automóvel era ainda reduzido e o meio de transporte mais frequente era o comboio, cujas viagens eram económicas e por isso mais acessíveis à capacidade financeira das populações. Todavia, os trajectos entre a

⁷⁶ Carreto: carregamento; transporte.

residência e a estação de caminho-de-ferro eram, habitualmente, efectuados a pé. No transporte local de mercadorias, de que são exemplo as entregas de farinha efectuadas pelos moleiros, ainda era comum a utilização de parselhas de bois. Por último, as *carreiras* para o Porto, com uma sequênciã que subentendia a escala diária, completavam as indispensabilidades dos transportes no Marco da década de 60.

*Tuías vem a cantar
A mostrar sua alegria,
Vem com toda a mocidade
Desta sua freguesia.*

*As tuías são um encanto
Que embelezam o jardim,
Com o seu verde tão belo
Não conheço outras assim.*

*Vêm muitas freguesias
Com o seu artesanato,
Mas quando chega Tuías
Embeleza mais o Marco.*

*No campo, o lavrador
Com os lábios a sorrir,
Todo o ano a trabalhar
Para o fazer produzir.*

*Vem aí o carpinteiro
A fazer carros de bois,
Vem também a tecedeira
De cobertores e lençóis.*

SOARES, António Barbosa⁷⁷ - QUADRAS ALUSIVAS A TUÍAS PARA OS CORTEJOS ETNOGRÁFICOS QUE INTEGRARAM AS FESTAS DO CONCELHO DE 1988 E 1989.

⁷⁷ O autor das quadras nasceu na freguesia marcoense de Maureles e, depois do seu casamento, passou a residir em Tuías. Além da profissão de agricultor, que exercia como actividade principal, era também moleiro. No lugar onde vivia, o Portinho (situado nas margens do rio Tâmega), explorava uma propriedade agrícola que integrava um moinho. Era nas horas de vigília da moenda do milho que se dedicava à criação de poesia de carácter popular, que reproduzia em manuscritos depois dactilografados pelos amigos mais próximos.

TERCEIRA PARTE

Dinâmica demográfica e relevância do factor migratório no processo de mudança social de uma freguesia rural do concelho de Marco de Canaveses: Tuías (1960-2001).

1. Interesse de um estudo de caso em investigação histórica.

A opção pela pesquisa cuja aplicação incide sobre uma pequena comunidade delimitada por fronteiras espaciais definidas introduziu, nas ciências sociais, um *momento de ruptura comparável, nos seus efeitos, ao da experimentação nas ciências biológicas e físicas*⁷⁸. Este modelo de investigação permite-nos captar o pormenor propiciador de um conhecimento mais preciso das condições e diversidades de um determinado momento da História de um lugar, faculta a informação indispensável ao conhecimento do todo – compreende as diligências do trabalho de campo, da «amostra» recolhida que possibilita as conclusões de uma observação. No estudo de uma região específica podem considerar-se três características fundamentais: a «intensidade», que abrange uma multiplicidade de facetas a examinar na unidade de análise e o aprofundamento desse exame, a «flexibilidade», que subentenderá a selecção e utilização de técnicas variadas que incluem as documentais e as de observação, e, finalmente, a recolha de um extenso e heterogéneo manancial de informações possível sobre a unidade de análise em questão. O saber da soma das partes conduz ao conhecimento do todo, e, é neste sentido que a totalidade das parcelas constituídas pelos vários estudos locais possibilita o *corpus* de erudição que permite abarcar o conjunto referencial e conceptual, a partir do qual se torna possível atender à cognição dos diferentes elementos de significado que modelam, sistematizam e estruturam uma ideia de país. A crónica dos diferentes povos, comunidades, regiões e países edifica a História Universal. É neste encadeamento de inferências que entendemos poder um estudo de caso permitir-nos aspirar à contribuição para uma análise mais generalizada e completa de uma parcela da realidade nacional.

O estudo deste caso específico permitir-nos-á averiguar a evolução da sociedade da freguesia de Tuías, desde a década de 60 até à actualidade, perfilhando o propósito de confrontar as conclusões a que a análise nos conduzir com o contexto das mutações do

⁷⁸ ALMEIDA, João Ferreira de, 1986: 29.

país ocorridas no decurso do mesmo período. Procurar-se-ão examinar as circunstâncias que conduziram à metamorfose de uma população, cuja ocupação era essencialmente agrícola, e as transformações sociais decorrentes dos processos de emigração e desenvolvimento económico local que proporcionaram tal mutação. Neste estudo de mudança social, pretende objectivar-se a investigação desta problemática sob uma perspectiva que acompanhe a transformação das famílias nos planos da evolução dos nascimentos, papel da mulher, ocupações laborais, inovação tecnológica e mentalidades. Se, na década de 60, a freguesia de Tuíás (tão-pouco o concelho de Marco de Canaveses) não conheceu o impulso industrialista que dinamizou a generalidade das regiões costeiras e as maiores cidades, também não conheceu o abandono e despovoamento que caracterizaram grande parte das regiões mais distantes destes pólos catalizadores do crescimento industrial no período em referência. A proximidade do grande Porto e, admissivelmente, a integração na «área de influência» desse centro industrial, comercial e de serviços proporcionaram a supremacia dos factores de fixação sobre os de repulsão. Procurar-se-á aqui, entretanto, apurar até que ponto poderá este espaço ser considerado uma área *predominantemente agrícola*, tal como nos é apresentado num Suplemento do diário «Primeiro de Janeiro» do presente ano⁷⁹ e, simultaneamente, uma freguesia onde, de acordo com as conclusões da Associação Empresarial do Marco de Canaveses, a maioria da população residente dedica o seu tempo activo a profissões incluídas no âmbito dos sectores secundário e terciário⁸⁰. Segundo a mesma fonte, 42,3% dos activos de Tuíás integrar-se-ão no sector secundário, enquanto 30% se encontram assimilados pelo sector terciário. Por outro lado, as entrevistas efectuadas a antigos e actuais agricultores confirmam também o progressivo abandono da actividade agrícola pelas populações locais. A análise seguidamente desenvolvida tem por objectivo tentar clarificar esta dicotomia com base nas observações e informações recolhidas.

1.1. Questões de metodologia e análise.

Para lá das óbvias questões de problematização teórica, a uma investigação, ou trabalho científico, compreendidos nos domínios daquilo a que é comum designar-se de «ciências humanas e sociais», devem estar subjacentes as preocupações de utilidade

⁷⁹ «O Primeiro de Janeiro», Suplemento «Regiões», 1 de Maio de 2006: 13.

⁸⁰ Anuário da AEMarco de 2004: 69.

decorrentes da obtenção de resultados em proposições concretas. Contudo, mesmo o estudo da evolução e mudança social da região onde vivemos pode acarretar dúvidas inerentes à forma de abordagem da questão ou, pior ainda, o receio de nos perdermos num labirinto de informações passível de conduzir à dispersão e alienação do essencial perante o acessório. O conhecimento científico, independentemente de considerar fenómenos sociais ou naturais, implica a formulação de hipóteses teóricas que devam ser confrontadas com dados de observação ou experimentação. Toda a investigação deve, deste modo, obedecer a um procedimento que permita o progresso em direcção a um objectivo previamente determinado. *Os métodos não são mais do que formalizações particulares do procedimento, percursos diferentes concebidos para estarem mais adaptados aos fenómenos ou domínios estudados*⁸¹. Também no presente momento do trabalho em perspectiva se manifestou a necessidade de recurso a diferentes processos de pesquisa por forma à obtenção de uma maior abrangência de informações que possibilitassem a confirmação da hipótese teórica que subjaz à actual problemática: *Terá o movimento migratório, ocorrido na freguesia de Tuías entre 1960 e a actualidade, contribuído para uma mudança social? Houve outros factores intervenientes neste processo de mudança social?*

Para o efeito, revelou-se imprescindível a análise de fontes estatísticas que coadjuvassem o estudo da evolução demográfica dos residentes desde 1850 à actualidade, o que implicou a consulta dos Recenseamentos da População publicados pelo Instituto Nacional de Estatística. Dessa forma, também com apoio nas informações do I. N. E., foram consultados os Censos relativos às actividades económicas exercidas pelos activos respeitantes ao período em estudo. A observação do Anuário da Associação Empresarial Marco permitiu, por seu turno, uma apreciação do progresso económico-social no contexto industrial e no sector de serviços da autarquia e, particularmente, da freguesia em investigação. A exclusão da leitura e análise de documentos escritos e bibliografia concernentes ao tema em estudo seria de todo impensável, pelo que o seu aproveitamento se insere também na pesquisa. Nesta conformidade, procedeu-se à verificação das Actas da Câmara Municipal que elegeram a implantação da Zona Industrial na freguesia de Tuías, bem como a publicação do despacho governamental que aprovou a sua fixação. As entrevistas a emigrantes e as histórias de vida que das mesmas resultaram, permitiram o conhecimento de realidades

⁸¹ QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van: 25.

comuns a muitos dos portugueses que partiram para longe da terra natal e contribuíram, também, para a averiguação da importância e reflexos desta partida, bem como do eventual regresso, no seio de uma colectividade originariamente rural. Por último, foram também entrevistados alguns dos recentes, e actuais, proprietários agrícolas, ou pessoas ligadas à exploração das propriedades, numa tentativa de se possibilitar um esboço das reestruturações operadas na agricultura local ao longo das últimas décadas.

2. Enquadramento geral da freguesia de Tuías.

A freguesia de Tuías desde sempre esteve adstrita ao distrito e diocese do Porto. Dentro dos limites do concelho a sua área mais urbanizada localiza-se no seio da cidade do Marco de Canaveses e acusa as demarcações, a Norte, pela fronteira com as freguesias de S. Nicolau e Fornos, a Sul pela de Avessadas e Freixo, sendo a Este confrontada com a extremidade da freguesia de Rio de Galinhas e estabelecendo o rio Tâmega, a Oeste, o termo do seu território. A área total compreendida é de 6,44 Km², enquanto a densidade populacional apresentada no Retrato da Freguesia elaborado pelo I. N. E. em 2001 é de 498, 1 habitantes por Km².

Com base nas ilações de alguns estudiosos da região, o topónimo local teria a sua origem no plural de tuia (thuya), planta que noutros tempos abundava nesta terra⁸². A descoberta de vestígios de edificações castrejas e utensílios domésticos muito remotos certificam o povoamento do espaço que constitui as freguesias de Tuías e do Freixo, em épocas cujo período remonta a um longínquo passado da história humana. Efectivamente, os mesmos indícios denunciam a presença de povos pré e proto-históricos que aqui terão erigido as suas estâncias, do que é prova testemunhal a cidade de Tongobriga. Outro dos aspectos mais marcantes da história desta freguesia é o da confirmação da existência de um mosteiro, na Idade Média, cuja data de fundação não é conhecida, mas acerca do qual sobrevivem referências em documentos datados de 1163. De facto, uma «Carta de Liberdade» concedida por Teresa Afonso (viúva de Egas Moniz) ao convento, no ano assinalado, evidencia a subsistência do mesmo⁸³. Várias outras fontes documentais atestam e confirmam também este legado histórico.

⁸² AGUIAR, Pe. M. Vieira de: 327.

⁸³ COELHO, Maria Helena da Cruz: 291.

Ao longo das Idades Média e Moderna Tuías deteve, de acordo com a sua integração na organização administrativa municipal de então, a designação de couto⁸⁴. As cartas de couto eram concedidas por meio de uma transmissão senhorial ou determinação régia. Usualmente eram outorgadas em favor de patronos de fundações religiosas protegidas pelo próprio rei. O documento garantia a posse duma propriedade e uma função, ou cargo político, muitas vezes recompensada com a doação de terras, nas quais era permitido o exercício do poder sem a intromissão dos funcionários régios. Alguns dos concelhos medievais foram formados a partir de coutos. A carta de couto ao mosteiro de Tuías terá sido concedida por D. Afonso Henriques, a favor de D. Egas Moniz e de sua mulher, Teresa Afonso, havendo da mesma referência nas actas das inquirições de D. Afonso III⁸⁵. Em 1692, em conformidade com medidas régias que restabeleciam o poder total nas mãos da Coroa, muitos coutos foram extintos. Esta determinação foi posteriormente restringida por lei, em 1703. Quando, em 1836, foi instituído o concelho do Marco de Soalhães, o couto de Tuías foi anexado ao recém-criado município⁸⁶.

Desde a criação do concelho em que está inserida, a freguesia patenteou algumas ocorrências que a destacaram. Foi um dos seus concidadãos, Adriano José de Carvalho e Melo, nascido e criado na Casa da Picota - uma das casas senhoriais integrantes da localidade - que, na qualidade de administrador do concelho do Marco de Soalhães e deputado representante do mesmo concelho, obteve da rainha D^a Maria II a aprovação para a fundação do município do Marco de Canaveses, em 31 de Março de 1852. Deste deferimento resultou a junção dos municípios do Marco de Soalhães e de Benviver, os quais passaram a constituir um só concelho. Foi também numa casa senhorial de Tuías, a Casa da Quinta (temporariamente a funcionar como Tribunal concelhio), que no mesmo ano foi julgada a quadrilha liderada pelo salteador Zé do Telhado, muito embora este não tivesse sido capturado no mesmo período e apenas anos mais tarde fosse sujeito a julgamento.

As condições geofísicas do território que constitui a freguesia de Tuías possibilitaram uma ocupação humana assente na economia rural. Delimitada a Oeste pelas águas do rio Tâmega e a Sul pelas da ribeira de Vilar⁸⁷ que a separam de Avessadas, os seus solo e clima concorrem para uma fusão de factores de fertilidade propícios à actividade

⁸⁴ MONTEIRO, Emília: 31 - I Volume, e 16 - II Volume.
AGUIAR, Pe. M. Vieira: 327.

⁸⁵ COELHO, Maria Helena da Cruz: 291.

⁸⁶ MONTEIRO, Maria Emília: 16, IIº Volume.

⁸⁷ Vilar: Nome de um dos lugares que constituem a freguesia.

agrícola. E é assim que a encontramos, na década de 60, com uma população fortemente ligada à exploração da terra e à eventual comercialização dos produtos excedentários da mesma. Com efeito, no breve espaço de tempo que medeia o início dos anos 60 e o ciclo que assinala o fim do regime salazarista, a sociedade estabelecida em Tuías manifestava uma tendência ruralista, alicerçada na preservação de tradicionalismos coadjuvados por uma resistência à permeabilidade de agentes fomentadores de modernidade. O forte pendor religioso promovia os elos de ligação da comunidade que se congregava em torno de símbolos como o sino da torre da igreja, veículo propiciador da regulação horária e dos acontecimentos mais representativos, como as festividades ligadas aos ciclos agrícolas e ao calendário religioso, ou os ritos de baptismo, matrimónio e óbito dos residentes da paróquia.

Na generalidade a agricultura desenvolvia-se de acordo com modelos de arrendamento que limitavam intensamente o rendimento do agricultor⁸⁸ e, conseqüentemente, as suas condições de vida. Nestas circunstâncias, o camponês sentia-se impelido à procura de formas de compensação das carências originadas pelo labor agrícola. Acontecia assim que, a par da lavoura como actividade principal, se praticavam também outras profissões a tempo parcial, de entre as quais se podem destacar as de camponês/carpinteiro, camponês/moleiro, camponesa/costureira, camponesa/tecedeira, etc... No entanto coexistiam também indivíduos a executarem o seu ofício, ou arte, a tempo inteiro: o ferreiro, o alfaiate, o pedreiro e o comerciante são alguns exemplos das demais ocupações praticadas. Observe-se que, muito embora no seio da maior parte das famílias ligadas à exploração rural a mulher desempenhasse um papel activo nas lides campesinas, nas situações em que o chefe de família exercia uma actividade inteiramente distinta do labor agrícola, a função da mulher era, maioritária e meramente, a de cuidar das tarefas domésticas, dado que o emprego fabril ainda não conhecia o ímpeto que posteriormente viria a alcançar.

O Porto e os seus subúrbios industrializados exerciam uma atracção ao nível das ocupações profissionais, favorecida pela facilidade de deslocação proporcionada pela utilização do comboio como meio de transporte. Por outro lado, a emigração para outros países também teve aqui a adesão de uma observável parcela de nativos locais.

Entretanto, muitas alterações ocorreram nos âmbitos da área territorial e do tecido social que constituem Tuías. Actualmente o dinamismo proporcionado pela crescente

⁸⁸ Ver, na Segunda Parte, a página 64.

industrialização e o evolutivo adensar do comércio fomentam as condições necessárias à manutenção dos factores de atracção e de fixação das populações, traduzindo-se esta circunstância num progressivo incremento das áreas habitacionais. É sobre a análise do percurso e das condições que facilitaram as mutações da sociedade desta freguesia que se ocuparão as páginas seguintes do corrente estudo.

3. A componente socio-demográfica da freguesia de Tuías.

3.1. Evolução populacional entre 1850 e 2003.

A repartição espacial da população portuguesa, na segunda metade do século XIX, não pode ser entendida meramente com base numa observação dos comportamentos colectivos assente na análise da fecundidade e nas tendências de mortalidade. As oscilações responsáveis pelas novas realidades demográficas foram também, e sobretudo, uma consequência dos fenómenos migratórios. Com efeito, enquanto os centros urbanos absorveram dois terços do aumento populacional do país, uma dinâmica inversa distinguiu a evolução das zonas rurais no mesmo período - um efeito da deslocação de indivíduos das áreas agrícolas para as grandes urbes⁸⁹. Esta seria, também, uma particularidade com implicações na evolução demográfica de Tuías e, conseqüentemente, um aspecto a ter em conta na observação e interpretação do seu estudo.

Para uma adequada apreciação desta particularidade, observem-se os valores da população exibidos para a freguesia de Tuías e a totalidade do concelho de Marco de Canaveses na fase que compreende o intervalo entre 1864 e 2001. Dada a impossibilidade de obtenção de elementos quantitativos para o período que antecede o primeiro recenseamento geral da população, a exposição das unidades populacionais circunscreve-se numa duração com início a partir de 1864. Tal como se pode averiguar, o intervalo delimitado entre 1900 e 1920 corresponde a um declínio da densidade populacional, o que nos sugere uma permanência dos mesmos factores de interposição na tendência do desenvolvimento demográfico.

⁸⁹ VEIGA, Teresa Rodrigues: 52.

Quadro 12

População do concelho de Marco de Canaveses e freguesia de Tuías (1864-2001)

Anos	Marco de Canaveses	Tuías
1864	23 790	731
1878	25 398	743
1890	27 564	776
1900	28 185	837
1911	29 480	832
1920	30 293	792
1930	32 954	860
1940	36 888	998
1950	38 400	1 069
1960	39 270	1 185
1970	42 125	1 040
1981	46 131	1 560
1991	48 133	2 148
2001	52 419	3 218

Fonte: MONTEIRO, Emília: 136, I Volume e P.D.M. da CMMC: 9; a partir dos R. G. da Pop., I. N. E.

Apesar do ininterrupto crescimento demográfico a nível concelhio, a freguesia em estudo acusa algumas oscilações que transformam de forma indelével o seu quadro populacional. De acordo com os dados apresentados, observa-se um ténue crescimento dos habitantes de Tuías entre 1864 e 1900, a que se sucede um ligeiro declínio até 1920. O movimento migratório, seja para outros países estrangeiros, seja a nível interno, estará na base da justificação deste fenómeno. Na generalidade, o progressivo aumento da população tem sido, a partir daí, uma constante, e de forma acentuada desde meados do século XX. Exceptuando a década de 60, altura em que é detectado um declínio explicável, presumivelmente, pela intensa emigração ocorrida, tal como se pode verificar, entre 1950 e 2001 o número de residentes na freguesia triplicou. Tentar-se-á, no decurso do presente trabalho, examinar as causas que determinaram a presença dos factores de atracção impulsores da fixação das populações.

3.2. Estruturas populacionais no período 1960-2001.

As estruturas demográficas de Tuías, no período compreendido entre 1960 e 2001, têm revelado algumas variações ao nível da sua taxa de crescimento. Observe-se, a este propósito, o quadro demonstrativo das alterações ocorridas.

Quadro 13
Variação da Taxa de Crescimento de Tuías
(1960-2001)

Anos	Variação %	Média Anual de Crescimento
60/70	-12,24	-1,2%
70/81	50,00	5%
81/91	37,69	3,8%
91/01	49,81	5%

Fonte: P.D.M. da C.M.M.C. (Variação) e estimativas da autora (Média Anual de Cresc.)

Tal como se pode verificar, a Taxa de Crescimento, que entre o início da década de 60 e os princípios da de 70 acusava um valor negativo, conhece um acentuado aumento na etapa seguinte, delimitada pelos anos de 1970 e 1981. Seguidamente sofre de novo um ligeiro declínio para finalmente, no período estabelecido entre 1991 e 2001, evidenciar um recrudescimento comparável ao detectado no decurso da década de 70. As causas das oscilações demonstradas no quadro poder-se-ão explicar pelo movimento migratório que, também aqui, atingiu um relevo considerável nos anos 60. Por outro lado, a quebra no volume de saídas provocada pela crise europeia de inícios da década de 70, assim como a chegada de retornados das colónias ultramarinas, após a Revolução de Abril de 1974, poderão estar na origem do elevado incremento da Taxa de Crescimento da população nesta fase. A crescente industrialização verificada nos anos 80 e a posterior criação de postos de trabalho resultantes da mesma justificaram o substancial aumento apurado no período considerado entre 1991 e 2001.

Para uma percepção mais detalhada da dinâmica populacional observada na época em estudo, examinem-se agora as alterações detectadas na densidade demográfica da freguesia, cuja área territorial corresponde a 6,44 Km².

Quadro 14
Densidade Populacional de Tuías
(1960-2001)

Anos	População Residente	Densidade (hab./km ²)
1960	1185	184
1970	1040	161,49
1981	1560	242,23
1991	2148	333,54
2001	3218	499,68

Fonte: Estimativas da autora com base nos Recenseamentos Gerais da População, do I. N. E.

Dada a dificuldade de obtenção de todos os elementos quantitativos desejados relativos à evolução dos residentes em Tuías, alguns dos momentos da pesquisa que se segue incidirão sobre a totalidade dos habitantes do concelho de Marco de Canaveses, circunstância que, esperamos, não acarretará uma acentuada discrepância comparativamente aos valores concernentes à freguesia em estudo.

3.2.1. Repartição da População por Grupos Etários.

A dificuldade de recolha de dados quantitativos respeitantes à evolução da repartição populacional de Tuías pelos diferentes grupos etários obstou a prossecução da presente pesquisa, pelo que as informações relativas a este ponto incidirão sobre a totalidade do concelho do Marco de Canaveses. Contudo, a inserção da freguesia no município e o paralelismo, em termos de comportamento demográfico, com a maior parte das freguesias que o constituem, permitem-nos supor que os números apresentados não se distanciarão, de forma acentuada, da realidade em estudo. Tal como acontece na generalidade das freguesias marcoenses Tuías tem manifestado, desde a década de 70, um progressivo aumento populacional coadjuvado por um gradual desenvolvimento das infra-estruturas propiciadoras de empregabilidade. Com base nesta constatação, permitimo-nos pressupor que os dados seguidamente representados não se afastarão significativamente do caso em investigação. Justifica-se, aqui, uma chamada de atenção

para o facto de, não obstante a correspondência da repartição dos grupos se inserir num intervalo de 5 anos, optarmos por incluir no último conjunto todos os indivíduos que excedem os 75 anos, o que reflectirá um grupo etário com um alargamento de idades muito superior aos restantes agregados.

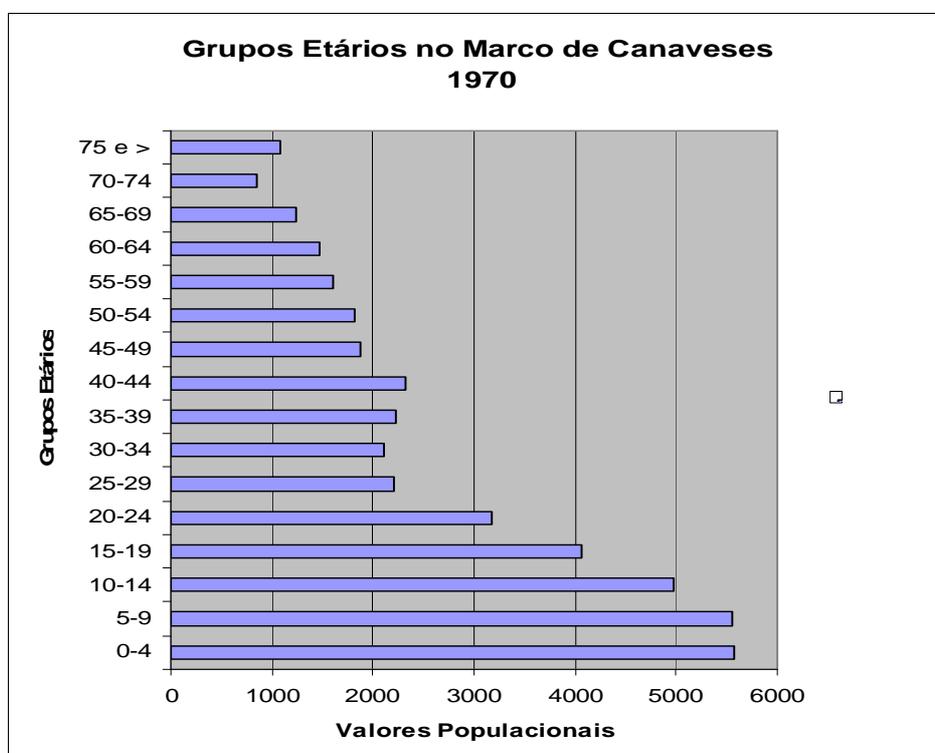
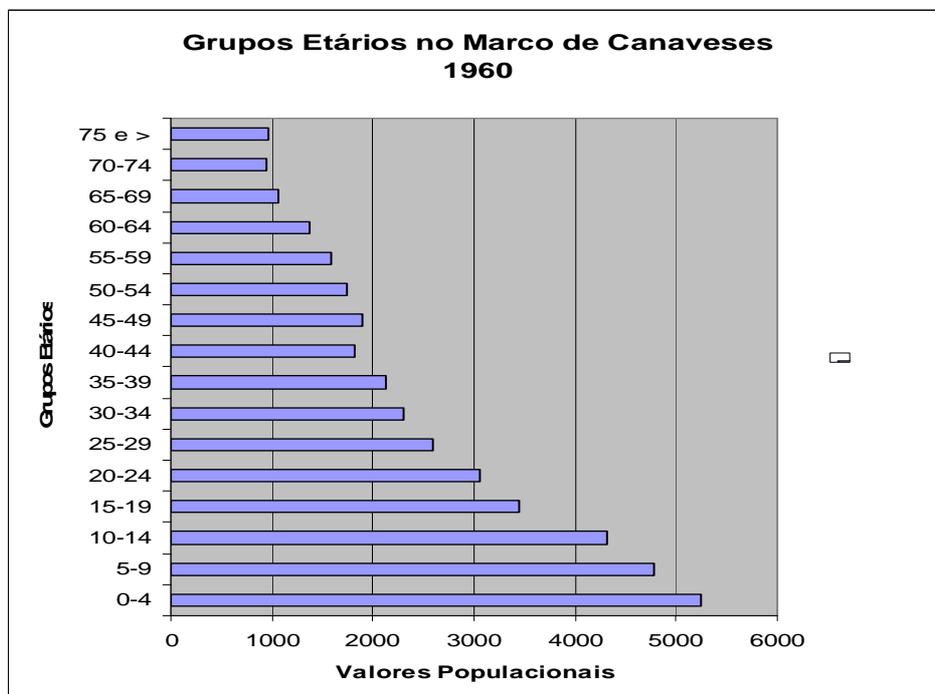
Quadro 15
Evolução da População do Marco de Canaveses por Grupos Etários
(1960-2001)

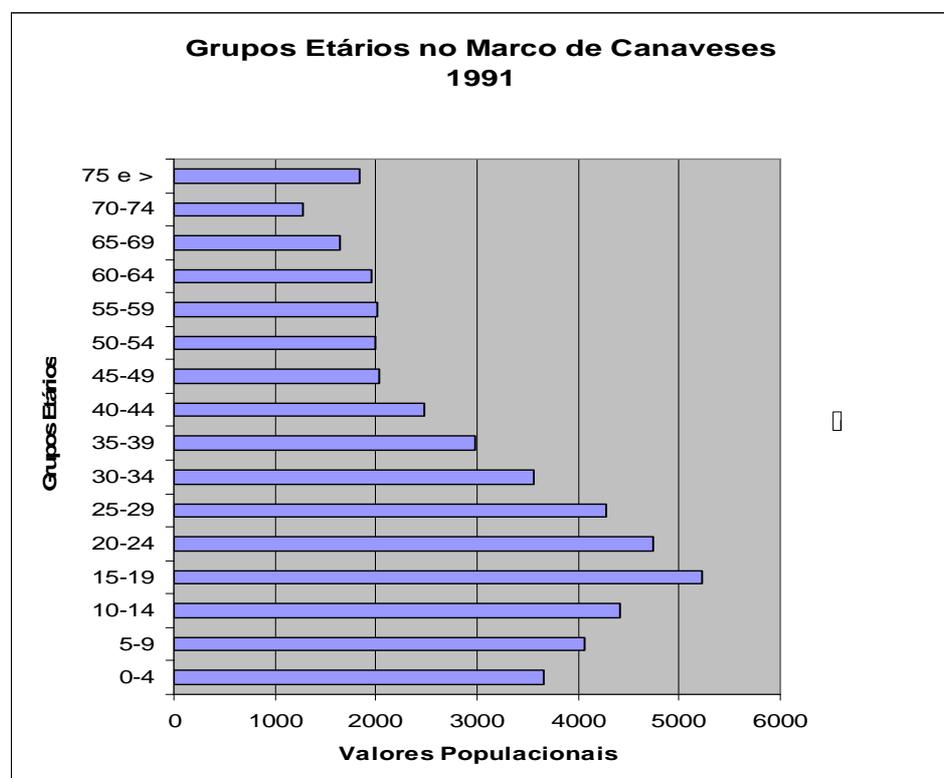
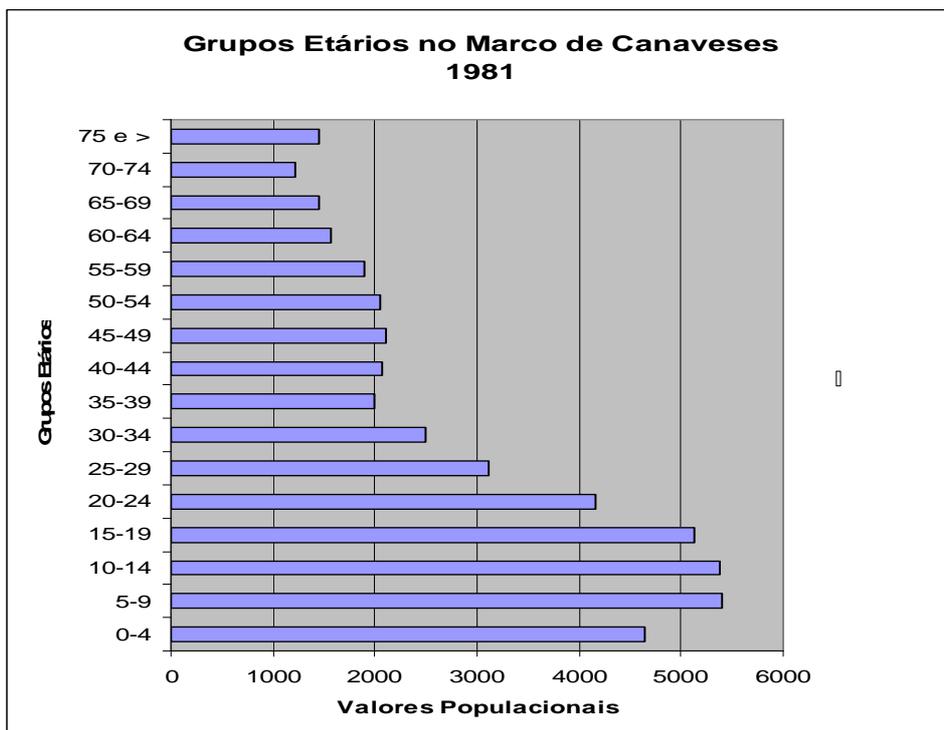
Grupos Etários	1960	1970	1981	1991	2001
0-4	5242	5565	4638	3662	3748
4-9	4784	5555	5409	4066	3806
10-14	4316	4970	5379	4410	3720
15-19	3454	4065	5127	5230	4122
20-24	3065	3170	4161	4740	4355
25-29	2593	2200	3110	4287	4866
30-34	2295	2105	2505	3560	4531
35-39	2125	2220	1986	2972	4381
40-44	1827	2325	2071	2473	3634
45-49	1904	1880	2116	2026	3043
50-54	1734	1820	2046	1995	2414
55-59	1579	1615	1894	2007	2007
60-64	1375	1470	1566	1954	1925
65-69	1064	1230	1455	1644	1897
70-74	939	860	1224	1271	1596
75 e >	974	1075	1444	1836	2374
Totais	39 270	42 125	46 131	48 133	52 419

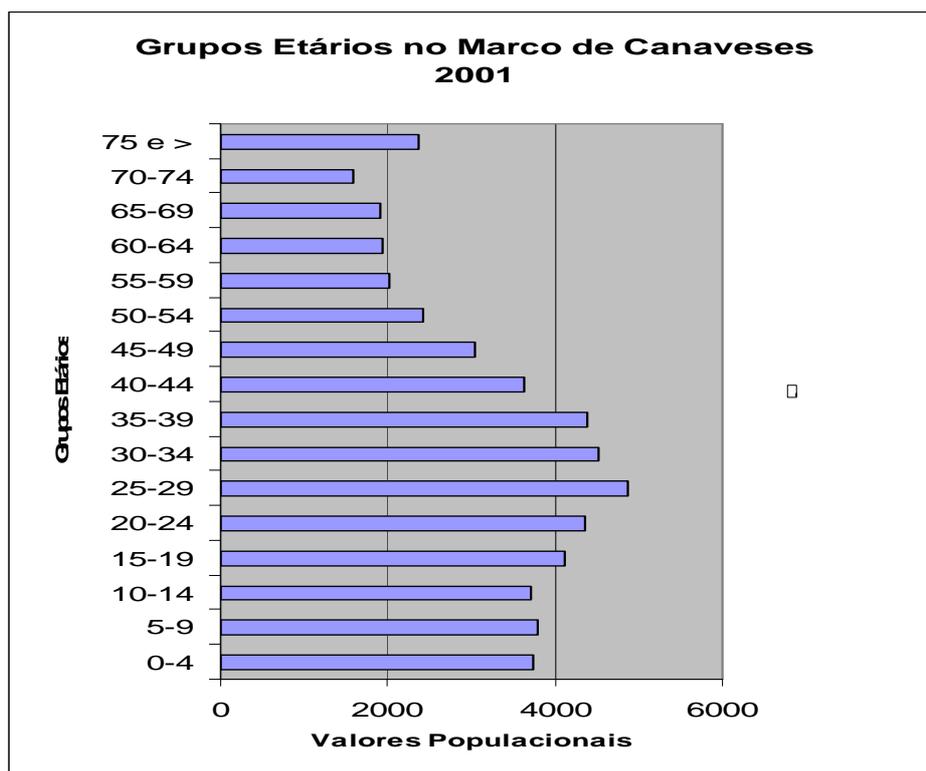
Fonte: I. N. E. – Recenseamentos Gerais da População.

Mediante a observação do quadro apresentado verifica-se que, na generalidade, a localização dos valores mais elevados se fixa nos grupos etários de incidência juvenil. Por outro lado, regista-se também um progressivo crescimento no número de indivíduos que compõem os conjuntos de idosos. A verificação destas circunstâncias autoriza-nos a

admitir, para o concelho do Marco, uma população fortemente jovem, bem como o progresso das condições que asseguram o aumento da longevidade. Como informação complementar, examinem-se os gráficos relativos a esta evolução.







A análise dos gráficos possibilita-nos uma auscultação mais incisiva sobre a repartição populacional consoante a grandeza quantitativa dos diferentes grupos etários. De acordo com a observação dos mesmos, constata-se que, apesar de um progressivo aumento das barras no sentido do topo em direcção às bases dos gráficos, entre 1960 e 1970 (factor que denunciará um crescimento da natalidade), a partir de 1981 se registam níveis mais elevados nos grupos etários cujos valores se localizam entre os 5 e os 29 anos, indício de que a população jovem com correspondência às idades escolar e de integração nos diferentes sectores laborais é, manifestamente, o conjunto demográfico dominante no concelho. Já o gráfico relativo ao ano de 2001 evidencia a proeminência das barras correspondentes aos grupos que integram o intervalo entre os 15 e os 39 anos, aspecto denunciador da preponderância, no Marco de Canaveses, de população com idades que subentendem uma ocupação profissional.

3.2.2. Relações de Masculinidade.

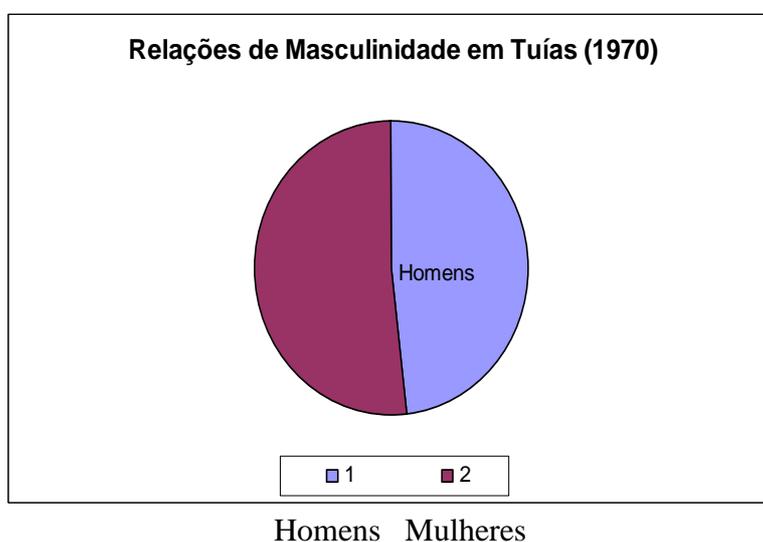
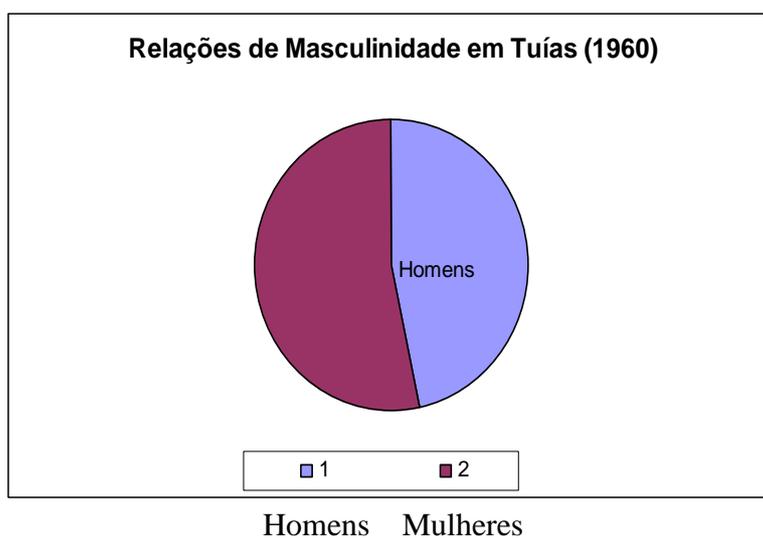
Na freguesia de Tuías o número de nascimentos de mulheres tem sido, nas últimas décadas, superior ao verificado nos indivíduos do sexo masculino. Os valores exibidos no quadro dezasseis são disso representativos.

Quadro 16

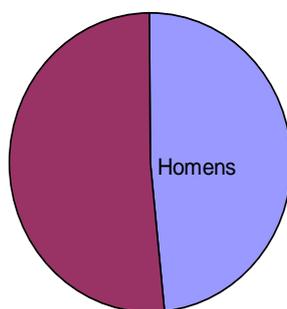
Relações de Masculinidade na freguesia de Tuías (1960-2001)

Anos	População Total	Homens	Mulheres
1960	1 185	554	631
1970	1 040	500	540
1981	1 560	752	808
1991	2 148	1 051	1 097
2001	3 218	1 569	1 649

Fonte: I. N. E., Recenseamentos da População.

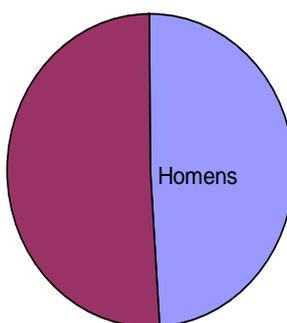


Relações de Masculinidade em Tuías (1981)



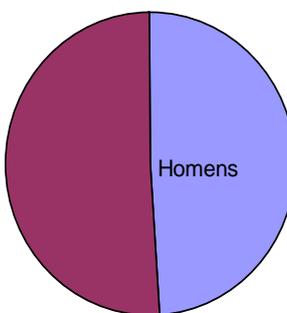
Homens Mulheres

Relações de Masculinidade em Tuías (1991)



Homens Mulheres

Relações de Masculinidade em Tuías (2001)



Homens Mulheres

Com efeito, a análise da tabela e respectivos gráficos permite-nos corroborar a supremacia demográfica do grupo feminino sobre o masculino. A superioridade numérica das mulheres apresentava, em 1960, uma dissemelhança de 77 indivíduos. Embora a hegemonia seja mantida, esta desigualdade sofre uma redução nas décadas seguintes para, em 2001, se dilatar novamente o valor que diferencia os dois sexos.

3.2.3. Grupos Funcionais.

Os obstáculos na recolha de elementos concernentes à freguesia em estudo não permitiram o aprofundamento detalhado da investigação à escala da freguesia pelo que, uma vez mais, é com base nos valores correspondentes ao concelho do Marco de Canaveses que se sustenta o presente momento de pesquisa. Examine-se então, para o efeito, a tabela que seguidamente é representada.

Quadro 17

Grupos funcionais no Marco de Canaveses (1960 – 2001)

Grupos Funcionais	Anos				
	1960	1970	1981	1991	2001
Jovens (0-14 anos)	14342	16090	15426	12138	11274
Potencialmente Activos (15-64)	21951	22870	26582	31244	35278
Idosos (65 e + anos)	2977	3165	4123	4751	5867
Total da População	39270	42125	46131	48133	52419

Fontes: P.D.M. da C.M.M.C. e Instituto Nacional de Estatística.

A partir da observação do quadro 17 podemos comprovar o progressivo avolumar dos indivíduos potencialmente activos bem como dos que atingem os 65, ou mais, anos. O acentuado desenvolvimento dos valores relativos ao grupo que compreende a faixa etária entre os 15 e os 64 anos permite-nos pressupor, para o concelho do Marco de Canaveses, uma população marcadamente activa.

3.3. Natalidade e Mortalidade.

A análise dos grupos etários no concelho de Marco de Canaveses relativos ao período compreendido entre 1960 e 2001 permitem-nos obter uma percepção da evolução dos nascimentos e da mortalidade no mesmo ciclo. Obviamente, e dada a emigração observada na época em estudo, bem como a fixação de residência no concelho de indivíduos oriundos de outros municípios, esta informação não possibilita a exactidão que desejaríamos. Contudo, para a etapa compreendida entre 1960 e 2001 apenas dispomos destes elementos. Assim, e com base na diferença quantitativa observada no grupo etário 0-4 anos entre 1960 e 1970, podemos concluir que, no município do Marco, se regista um aumento da natalidade⁹⁰. Em contrapartida, entre 1971 e 1991 observa-se um declínio no número de nascimentos para, em 2001, novamente se verificar uma ténue subida da natalidade. Por outro lado, as mesmas informações autorizam-nos a pressupor uma progressiva diminuição da taxa de mortalidade. Encontram-se, entretanto, disponíveis valores exactos relativos à freguesia de Tuías para o ano de 2001, por via do Instituto Nacional de Estatística. O quadro dezoito facultam-nos a informação obtida.

Quadro 18
Nascimentos, Óbitos e Saldo Fisiológico de Tuías
(2001)

Nascimentos	Óbitos	Saldo Fisiológico
61	18	43

Fonte: Instituto Nacional de Estatística; Retratos Territoriais (Retrato da Freguesia de Tuías).

Através do exame do quadro representado constata-se uma acentuada superioridade do número de nascimentos comparativamente à mortalidade evidenciada, circunstância que nos permite concluir um saldo fisiológico propiciador de uma relativa estabilidade demográfica para os próximos anos, no que concerne à faixa etária potencialmente activa.

⁹⁰ Ver página 96.

4. A estratégia migratória

A emigração tem constituído uma tradição secular de carácter determinante enquanto factor explicativo da mobilidade da população portuguesa. Reflectirá a emigração as carências de um povo e de um país ou reproduzirá apenas a vontade de descoberta de novos mundos, paisagens, culturas, informações, enfim, todo um rol de conhecimentos impulsionadores da vontade humana na senda do progresso individual e colectivo? A História consagrou os portugueses como um povo aventureiro, capaz de se adaptar a novas circunstâncias – paisagens, climas, sociedades, culturas. Disso foi expressão o movimento das descobertas marítimas realizadas nos séculos XV e XVI, bem como a subsequente ocupação e colonização de territórios imensos, em destinos até então desconhecidos da civilização ocidental. Não obstante, será a emigração um reflexo desse espírito inconformado, em contínua demanda do exótico e do desconhecido, ou o espelho das necessidades reais de uma população que, impedida de obter nas origens a forma de sustento e realização, procura a oportunidade de satisfazer essas necessidades noutros lugares, muitas vezes à custa de dolorosas separações, e continuadas recordações, das terras que atrás ficaram e das quais guarda saudade, esse termo tão especificamente característico de uma parte do sentir e alma do colectivo português? As páginas seguintes têm por objectivo abordar algumas das questões relacionadas com a emigração nortenha portuguesa e, conseqüentemente, as motivações e circunstâncias que fundamentaram a saída de uma fracção dos nativos de Tuíás.

4.1. Factores propulsores do processo.

A busca «nouras paragens» de resposta a anseios derivados de carências e exigências de índole individual, familiar ou colectiva estará na origem dos factores estimuladores do processo migratório. É sobretudo junto das populações rurais, nas regiões em que, expressando cronicamente a voz do povo, *o trabalho escasseia e a vida tem que ser «governada» de outra forma, porque os filhos pedem pão* que este movimento adquire maior vulto e mobiliza uma volumosa parcela da demografia. Os factores económicos e a busca de novas fontes de rendimento para famílias de recursos limitados terá sido, com efeito, uma das causas instigadoras do fluxo migratório. A obrigatoriedade de cumprimento do serviço militar teve também influência na decisão de partir para outros países, porquanto a saída pudesse proporcionar uma fuga a esta imposição. Outra das

razões que concorreria para o engrossar da corrente migratória foi, indubitavelmente, o descontentamento político com a situação político-social, sobretudo a verificada na conturbada década de 60 do século XX. A repressão e clausura, impostas pelo regime salazarista, associadas ao recrutamento de militares para integração nos agrupamentos de tropas embarcadas para as guerras nas colónias ultramarinas contribuíram similarmente para a procura, no desconhecido, de sociedades mais abertas e novas oportunidades de angariação de sustento. Estes seriam alguns dos factores internos que impeliriam ao apetite pelo desconhecido, bem como, às práticas migratórias.

Contudo, outros factores, externos, consolidariam a vontade de partir estimulando o pensamento no sentido da obtenção do sucesso almejado como corolário da realização do empreendimento. No caso da emigração para o Brasil, cujos valores acusaram uma elevada adesão na segunda metade do século XIX, as facilidades de inserção facultadas pela vantagem de aí se falar a mesma língua articuladas com a necessidade de mão-de-obra substitutiva dos escravos negros, no decurso da abolição da escravatura, explicam a procura deste país por parte dos portugueses carecidos de formas de vida condignas. Entretanto, e já em pleno século XX, a urgência de reconstrução da Europa, no pós II Guerra Mundial, despoletaria um movimento sem paralelo, sobretudo em direcção a França, na década de 60.

4.2. Rumos antigos e recentes.

A história da emigração portuguesa consagra uma multiplicidade de direcções, cuja diversidade tem, por denominador comum, a busca de novas fontes propiciadoras de recursos para garantia de melhores condições de vida. Não obstante o longo percurso secular abarcado por esta proeza, os limites que fixarão o início do apontamento que ora se segue estabelecem-se em meados do século XIX, momento em que diversos factores convergiram para a alteração dos modos de vida tradicionais da população da Europa ocidental, designadamente do sistema de transportes nacionais e internacionais resultante do desenvolvimento do caminho de ferro e da navegação a vapor, etapa que coincide com a estruturação definitiva do município que se constitui como objecto do presente estudo.

Na segunda metade do século XIX a emigração portuguesa quase pode ser entendida como «emigração para o Brasil». Se, desde a sua descoberta, um extenso fluxo humano se dirigia para esta «terra da abundância», fornecedora de produtos tão apetecidos como

o açúcar, o café, as madeiras e, posteriormente, o ouro, a necessidade de força braçal por parte dos empregadores e, por outro lado, as compensações remuneratórias almejadas pelos que saíam, justificaram a elevada corrente migratória registada em meados e finais do século XIX. *O destino brasileiro tornou-se quase hegemónico na mobilidade transatlântica dos portugueses (sobretudo dos) nortenhos do século XIX*⁹¹. Esta preferência acentuou-se após a independência e manteve-se até inícios da segunda década do século XX, período em que as saídas de emigrantes quase atingiam a centena de milhar por ano.

O desencadear da I Guerra Mundial e a evolução política e económico-social do Brasil puseram termo à precedência manifestada pelo país. Não obstante, outros destinos se patentearam, definindo novas feições da emigração passíveis de responder às expectativas criadas pelos actores deste fluxo intenso. Espanha, Argentina, Estados Unidos da América e outras direcções alimentaram também a corrente migratória.

Entretanto, novos rumos se foram esboçando no horizonte deste fenómeno sócio-demográfico. O pós II Guerra Mundial e a fase de reconstrução dos países europeus estimularam uma movimentação de trabalhadores da Europa do Sul em direcção ao Norte. Entre 1960 e 1973 uma vaga de portugueses, cerca de 2 milhões, partiu rumo à Europa, muito particularmente em direcção a França. A elevada dimensão de clandestinidade não nos permite uma real verificação do número exacto de saídas, pelo que apenas nos é possível estabelecer uma estimativa aproximada e calculada a partir dos dados oficiais obtidos. De acordo com os elementos de que dispomos, o quadro número 19 traça-nos uma perspectiva das emigrações ocorridas no concelho do Marco no período compreendido entre 1960-1989.

A crise petrolífera de 1973-74 e a consequente recessão económica determinaram a diminuição de procura de mão-de-obra pelos países industrializados da Europa e a imposição francesa de controle e limite à entrada de trabalhadores originários de outros países, factor que condicionou e balizou decisivamente este rumo migratório. Contudo, para além da França como cenário promissor, outros países acolheram os sonhos e as expectativas dos portugueses desejosos de melhores condições de vida. Alemanha, Luxemburgo, Suíça, Canadá e Inglaterra são apenas alguns outros exemplos das direcções tomadas pela corrente emigratória no ciclo que sucedeu a II Guerra Mundial.

⁹¹ ALVES, Jorge Fernandes, 2003: 43.

Nos finais da década de 60, com a ascensão de Marcello Caetano à Presidência do Conselho de Ministros e a morte de António de Oliveira Salazar, em 1970, é esboçada uma nova abordagem face à emigração. O crescente descontentamento social motivado pela degradação das condições de vida na metrópole, para a qual contribuía fortemente o dispêndio sufocante de recursos materiais e humanos motivado por uma longa e desgastante Guerra Colonial, obrigava a alterações na política migratória, o que conduziu à criação de condições que possibilitaram a permissão de saídas. Conjuntamente, enceta-se uma tentativa no sentido de disciplinar e canalizar para as possessões ultramarinas os fluxos migratórios que saíam com destino ao estrangeiro⁹². É na sequência destas orientações que uma nítida parcela dos emigrantes passou a dirigir-se para o Ultramar. Um movimento, todavia, pouco duradouro já que, após a aquisição da independência pelas colónias ocorrida na sequência da Revolução de Abril de 1974, o mesmo sofreria um forte retrocesso e originaria o regresso a Portugal de um contingente de populações retornadas, anteriormente a residir nas ex-colónias.

Quadro 19
Emigração Oficial no Marco de Canaveses
(1960-1989)

Anos	Emigrantes
1960-64	421
1965-69	617
1970-74	856
1975-79	448
1980-84	239
1985-89	129

Fonte: Anexos do P. D. M. do Marco de Canaveses, 1994.

Verifica-se, actualmente em várias regiões nortenhas, um recrudescimento da emigração para Espanha, com incidência sobretudo nos activos ligados à construção civil. O concelho do Marco de Canaveses e a freguesia de Tuíás observam também uma relativa anuência, por parte de alguns dos seus autóctones, a esta recente procura de emprego. A

⁹² SANTOS, Vanda: 37.

proximidade com o país vizinho facilita as deslocações e, naturalmente, o contacto com os familiares que permanecem no território de origem.

As migrações internas constituíram também um desígnio dos habitantes de Tuías, e as deslocações para outras superfícies nacionais desde sempre tiveram uma elevada adesão por parte das populações. De entre todos os destinos, o Porto e os seus subúrbios consubstanciam-se como as áreas mais apetecidas e requisitadas para a obtenção de trabalho. A utilização do comboio como meio de transporte e o desenvolvimento da rede viária possibilitaram no passado, e facilitam também presentemente, a mobilidade em direcção a este centro urbano.

4.3. Os actores sociais: residentes permanentes, migrantes temporários e eternos ausentes.

Convém salientar, neste momento da actual pesquisa, o conceito de emigrante que pode, no entanto, variar de acordo com o contexto histórico. Nos anos 60 por emigrantes entendiam-se *os portugueses que saíam do território nacional para trabalhar em país estrangeiro; as mulheres que acompanhem ou vão juntar-se ao marido emigrante (...); os portugueses que transfiram a sua residência para país estrangeiro em que beneficiem da qualidade de imigrante ou equivalente*⁹³. Contudo, sem perder de vista o alcance de tal ideia, as novas percepções de mobilidade convidam a analisar o processo migratório sob as suas diversas dimensões, o que nos impele a incluir, neste âmbito, as deslocações habituais, temporárias ou definitivas dos residentes de Tuías no interior do próprio país.

Não obstante as adversidades internas que incitam à partida, a maioria dos emigrantes procede ao envio das suas poupanças com o intuito de poder, um dia, proceder a um retorno definitivo. Com efeito, muitos foram os que, à custa de economias arduamente amealhadas, lograram construir, na terra natal, a moradia que os alberga nos períodos de férias e recolhe quando cessa a actividade profissional, na idade de reforma.

Porém, quando noutras situações o ambicionado sucesso não é conseguido, a vida transfere-se para terras distantes prevalecendo, no entanto, na memória as referências culturais essenciais traduzidas, muitas vezes, num sentimento de vergonha ou orgulho ferido que lhes impede o regresso. São os eternos ausentes, que partiram para não mais

⁹³ SANTOS, Vanda: 29, a partir de RIBEIRO, Cassola, 1986: 33.

voltar. Grande parte dos descendentes das famílias que emigraram na década de 60 e já nascidos no país de adopção ou, por outras palavras, a segunda geração de emigrantes (imigrantes, se contextualizados no território de acolhimento), bem como aqueles que foram transferidos pelos progenitores quando ainda muito jovens, manifestam, também, uma forte propensão para a permanência definitiva na terra que os recebeu. A inserção e adaptação aos modelos de sociedade do país hospitaleiro fomentaram esta predilecção, reforçada, na maior parte dos casos, pela constituição de família no espaço geográfico e social em que nasceram e/ou cresceram.

Nos anos 60 o Estado português caracterizava a emigração temporária como a ausência do país inferior a um ano⁹⁴. De acordo com a enunciação, integram-se nesta ordem os emigrantes contratados, temporária e sazonalmente, para as colheitas agrícolas no sul de França, nas extensas quintas da Grã-Bretanha e da Suíça, ou os requisitados para outro tipo de actividade de curta duração. Embora em muito reduzida escala, esta foi também uma forma de emigração escolhida por alguns dos residentes de Tuíás.

Por último, os indivíduos cuja actividade profissional os coagiu à realização de deslocações de média e curta distância dentro do país, numa procura do trabalho inexistente na área de residência, mas mantendo, no entanto, o primitivo domicílio a que regressam no final de semana, não deixam, mesmo assim, de concretizar uma mobilidade geográfica inscrita no âmbito das migrações internas. A freguesia de Tuíás alberga uma parte dos seus habitantes nestas circunstâncias cujas deslocações se destinam, principalmente, ao centro urbano de atracção e influência que constitui o Porto.

4.4. Perfil social dos migrantes e mobilidade socio-profissional.

Tradicionalmente, a maior parcela do conjunto que constituiu o fluxo migratório teve origem nas camadas populacionais de mais exíguos recursos financeiros e reduzidos níveis de escolaridade. Apesar do diferente e desprestigiante carácter que o imigrante português no Brasil assumiu no século XIX, ao passar da condição de privilegiado a, talvez o possamos afirmar, hostilizado, a realidade veio demonstrar que a emigração se manteve como factor de mobilidade social, estimulado pelas diferenças de salários entre Portugal e o Brasil, agora necessitado de mão-de-obra. Esta necessidade observa-se,

⁹⁴ SANTOS, Vanda: 29.

sobretudo, aquando da abolição da escravatura, pois, *a partir de meados desse século, a política imigratória do grande país sul-americano subordinar-se-ia à necessidade prioritária de mão-de-obra agrícola, destinada a substituir o trabalho escravo (...)*⁹⁵. Mas a realidade é que a Portugal ainda não haviam chegado os ecos das profundas transformações no trabalho do imigrante luso em consequência da extinção da escravatura. Por outro lado, o retorno de “brasileiros” bem sucedidos e ricos, alardeando a sua riqueza com a aquisição de faustosas mansões e grandes propriedades, proporcionava um renovado incentivo à partida para a nova «terra prometida». Se os camponeses obtiveram a possibilidade de adquirir as suas propriedades através dos processos liberais de desamortização e remissão dos foros, defrontaram-se com a ameaça de fortes endividamentos criados pelos investimentos efectuados. Acrescentem-se a este panorama as crises na produção que afectaram este período. Nas décadas de 1860 e 1870 os preços das exportações decresceram e a filoxera quase destruiu as culturas vinícolas do Norte, com especial relevo para a região do Douro. Na iminência de uma gravosa situação, a burguesia pretendia lançar acrescidos impostos sobre o trabalho agrícola, o que levou a que deflagrassem revoltas por todo o Alto Minho. Foi também aqui que a terra foi alvo de uma grande especulação de preços e de uma fragmentação acentuada, especialmente após a criação do novo Código Civil, em 1867, que ordenava uma rigorosa divisão de bens transmitidos por herança e abolia as formas de transmissão privilegiada na aristocracia rural (vínculos ou morgados), impunha o registo de todos os foros e a divisão das terras de pastagens comuns⁹⁶. Esta fragmentação acarretou consigo o crescente empobrecimento da população possuidora de pequenas propriedades rurais. Através de João Evangelista chegam-nos referências à excessiva divisão da propriedade ou da exploração agrícola, num universo em que a responsabilização dos trabalhos rurais pelos chefes de família, respectivas mulheres e filhas teria probabilidade, conquanto os filhos emigrassem, visto os salários auferidos pelos trabalhadores rurais, apesar de à época serem considerados elevados, não corresponderem ao preço das subsistências, ficando-lhes aquém.⁹⁷ Acresça-se ainda a especulação de preços e a expropriação de terras que favoreceu os camponeses mais ricos e a burguesia. Muitos camponeses de recursos limitados viram-se na contingência de terem que vender para comer ou para procurarem novas fontes de rendimentos, uma

⁹⁵ SERRÃO, 1974: 49

⁹⁶ BRETTELL, 1991: 94

⁹⁷ EVANGELISTA, 1971: 126

vez que o que possuíam não satisfazia as suas necessidades básicas. Mesmo as pequenas indústrias rurais apresentavam também um progressivo grau de decadência.

Não surpreende pois que, nestas conjunturas, a vontade de partir fosse mais forte, e a emigração para além-mar se apresentasse, aos olhos dos mais pobres, como uma resposta às suas carências e dificuldades. Consequentemente, os agricultores confrontaram-se com a premência de distribuírem os seus diversos filhos por profissões exteriores à agricultura, surgindo a emigração brasileira como um dos destinos mais viáveis. As famílias do Noroeste português demonstraram essa tendência, que se manifestou na preocupação pela orientação dos mais jovens para a aprendizagem das primeiras letras e de ofícios ligados à construção – pedreiro, carpinteiro, estucador, marceneiro, etc, cujo objectivo último seria uma maior capacidade de adaptação e integração em terras brasileiras.

A fuga ao serviço militar também desempenhou a sua quota parte nas motivações que desencadearam estas práticas migratórias. As condições de obrigatoriedade na prestação de recruta que, até aos anos oitenta, se podia contornar mediante apresentação de substituto ou pagamento para remissão da obrigação, repercutia-se na vontade das famílias mais carenciadas enviarem cedo os filhos para o Brasil, antes de se depararem com a eventualidade do pagamento da fiança. À medida que a lei baixava os níveis etários da inserção no serviço militar, e, consequentemente, dos pagamentos das garantias do seu cumprimento, as partidas antecipavam-se, numa tentativa de os mais novos não serem abrangidos por essa obrigação. Mas, apesar da predominância de jovens nesta corrente migratória, muitos adultos partiam também com as famílias na esperança de, em pouco tempo, angariarem dividendos e acumularem algumas poupanças que lhes permitissem regressar à pátria e viver condignamente sem dificuldades, se possível, investir na terra, liquidar hipotecas, construir habitação, montar pequenos negócios no comércio ou na indústria. A miragem brasileira visava assim, nesta perspectiva, o suprimento das necessidades familiares e a angariação de pequenos pecúlios que possibilitassem alguma segurança económica aos “retornados” até ao fim das suas vidas.

Ao longo de todo o século XX, de que se destacam a década de 60 e inícios dos anos 70, o perfil social dos emigrantes não observou grandes alterações, comparativamente com os seus antecessores da segunda metade do século XIX. Criados de servir, jornaleiros, camponeses, pedreiros, em suma, gente ligada às mais variadas e, na generalidade, humildes ocupações, decidiram deixar o solo português em troca da obtenção dos níveis

de vida ambicionados, e arriscar-se em busca de uma ocupação remunerada em diferentes sociedades e novos países. São diversas as condicionantes psicológicas e económicas que intervêm na partida. Também neste período, o desejo de aquisição e conservação da exploração agrícola cultivada, aliado à intenção da construção, e posse, de um «tecto» que acolha e abrigue na fase da velhice, fundamenta, muitas vezes, a vontade de partir. Outras vezes, é a vontade de conseguir o capital indispensável à criação de um estabelecimento comercial que possibilite e assegure uma actividade como trabalhador independente. A origem social destes grupos humanos reflecte, na maior parte dos casos, uma proveniência inscrita nos estratos modestos das populações rurais.

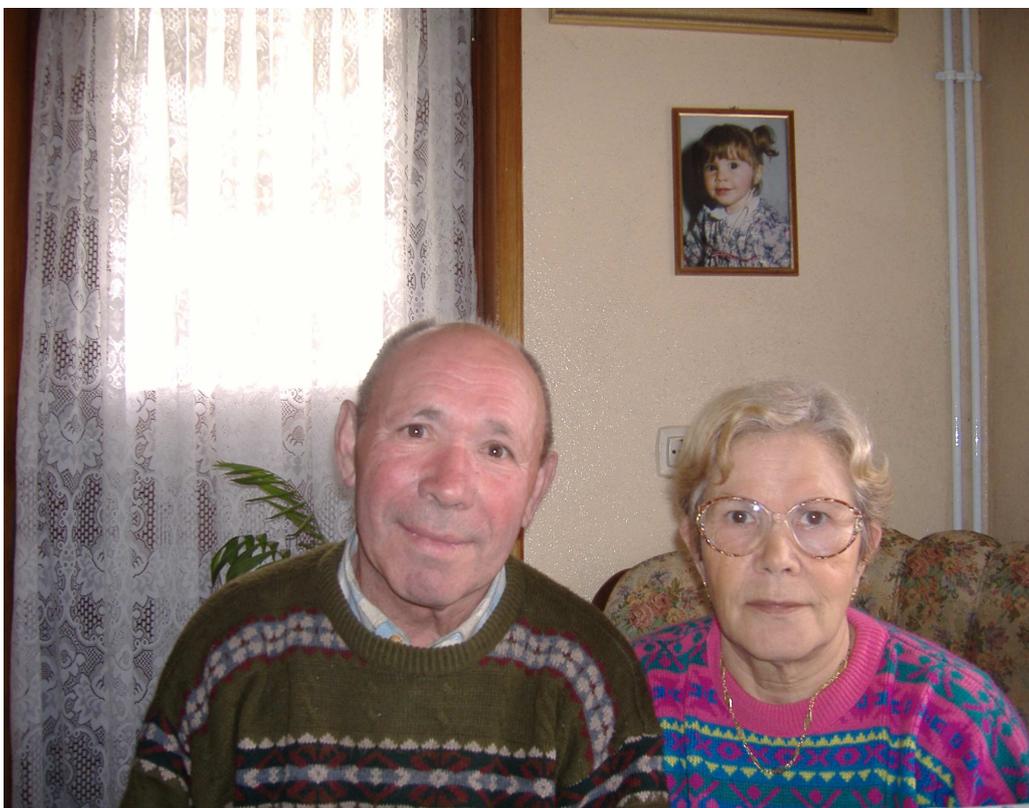


Figura 11: Um dos casais de emigrantes entrevistados – o sr. António Nogueira e a esposa, D.ª Elvira.

Tal como na segunda metade do século XIX, na década de 60 do século XX, a evasão ao cumprimento do serviço militar propulsionou algumas das saídas do território nacional. A obrigatoriedade daquela tarefa e o subsequente embarque para participação nas guerras ultramarinas era um «fantasma» suspenso sobre a cabeça das famílias portuguesas, factor que estimulou também o movimento migratório.

Os condicionamentos impostos pelo regime salazarista originaram algum descontentamento político igualmente fomentador da emigração. O desagrado era observável sobretudo nas zonas litorais e industrializadas onde a informação, facilitada pelos meios de difusão de ideias e o convívio entre as populações operárias, propiciava a gestação de ideais políticos divergentes dos preconizados pelo poder instituído.

Na actualidade, os emigrantes portugueses detêm habilitações e competências profissionais superiores às evidenciadas pelos seus antepassados. Recentemente, em consequência da crise económica observada no país, a qual evidencia os problemas decorrentes da insuficiência de emprego qualificado, a procura de melhores condições de vida no estrangeiro impele uma franja significativa de jovens a partir para o exterior. Em 2001, e de acordo com as informações divulgadas pelo Instituto Nacional de Estatística, a taxa de desemprego dos jovens com ensino superior era de 13,4%. Assim, muitos indivíduos portadores de Cursos Académicos incapacitados de desenvolverem, em Portugal, a actividade para a qual obtiveram formação específica, começam a procurar outros incentivos fora do país. Contudo, as saídas não se limitam apenas aos desempregados, mas, também a população com emprego abala em demanda de melhores condições laborais, salariais e de qualidade de vida.

Na generalidade, as melhores circunstâncias económicas e o contacto com padrões de maior desenvolvimento oferecidas pelos países de acolhimento permitiram alterações dos níveis de vida propiciadoras de diversas melhorias e até ascensão social. A emigração garantiu um sucesso a muitos emigrantes a nível material, possibilitando o acesso a uma condição económica e social não usufruída anteriormente. A aquisição de bens como casa, carro, electrodomésticos, ou a capacidade de trabalhar por conta própria foram sonhos que a aventura migratória permitiu realizar.

4.5. Motivações e expectativas dos diferentes tipos de migrantes.

As razões mais comuns que presidem às saídas da terra natal encontram-se associadas a factores de ordem económica. O desejo de melhorar o nível de vida e a aquisição de compensações salariais coadunáveis com as capacidades e funções executadas quase sempre determinaram a vontade de emigrar. Contudo, nem sempre as condições que permitiram a ascensão social foram as mais condescendentes: a estabilidade financeira da velhice foi, na generalidade, obtida à custa de árduo trabalho e de poupanças condicionadoras do conforto apetecido. No presente, e mediante as restrições impostas

pela crise económica geradoras de elevados índices de desemprego, muitos portugueses voltam a considerar a emigração como resposta aos seus problemas profissionais e uma solução para o sustento pessoal e/ou familiar.

Independentemente das expectativas serem acentuadas ou se situarem a um nível inferior, o processo migratório revelou a inaptidão dos sistemas socio-económico e político nacionais na resolução das aspirações de vida de uma parte significativa da população. Naturalmente que, quanto maior a detenção de conhecimentos e a fruição de elevados graus de bem-estar, maiores serão as aspirações do emigrante e o plano das ambições pessoais e laborais a atingir. Recentemente, com a nova vaga de emigrantes a possuírem qualificações superiores às dos seus predecessores, é plausível um acentuar das expectativas e das pretensões dos emigrados. Porém, não obstante a crónica incapacidade do país em garantir as condições de vida desejadas, a história da emigração portuguesa é o espelho de um aglomerado de casos de sucesso económico e social, bem como de determinação e tenacidade proporcionadoras de uma harmoniosa inserção das comunidades portuguesas nos países de acolhimento.

4.6. Experiências migratórias (depoimentos pessoais; histórias de vida)

As experiências migratórias que seguidamente são apresentadas reproduzem histórias de vida contadas na primeira pessoa. Tentou-se registar, com fidelidade, os depoimentos pessoais recolhidos no âmbito do trabalho de campo efectuado ao longo da presente investigação. Os relatos aqui expostos procuram dar conta das razões que determinaram a partida dos entrevistados e retratam algumas das dificuldades comuns a milhares de portugueses que viveram a prática migratória: os obstáculos sentidos no decurso da viagem que os conduziu ao país de adopção, os que encontraram na adaptação à sociedade que os recebeu, as razões que motivaram o regresso a Portugal ou a eventual permanência no território de acolhimento. Para uma adequada apreensão das histórias narradas, esboça-se uma breve apresentação dos elementos que constituem os diferentes casais. Assim, o primeiro casal é constituído pelo António N., de 70 anos, e a Elvira, de 73. O António é natural da freguesia de Tuías e a Elvira de Manhuncelos. Emigraram para França em meados da década de 60: inicialmente o António e, um ano depois, a Elvira. Actualmente residem na freguesia de Tuías. Têm dois filhos que os acompanharam para França, quando ainda muito jovens. Estes, firmaram-se pela permanência no país de acolhimento. Nele exercem as suas profissões e constituíram

família. O segundo casal constituiu-se pelo António M. e a Piedade. Ambos nasceram na freguesia de Tuíás, há 62 anos. Embora tenham emigrado inicialmente para França, decidiram-se depois pela ida para o Canadá. Regressaram à terra natal, onde residem presentemente. As duas filhas do casal escolheram viver além fronteiras. O terceiro e mais jovem casal é formado pelo Joaquim e pela Lurdes. O Joaquim tem 37 anos e, com apenas dois de idade, foi levado para França pelos pais. A Lurdes possui 34 anos e emigrou aos 24, quando contraiu matrimónio com o Joaquim. O casal planeia a sua permanência em território francês e aí projecta a construção de uma habitação.

Que motivos o impeliram para fora da terra?

António N.: *Antes de casar trabalhava numa mercearia, no Porto, mas vivia em Tuíás. Depois fui para a tropa, casei e fui viver para Matosinhos. Passei a ser taxista. Em 1965 decidi emigrar para França. As pessoas diziam que se ganhava lá bem.*

António M.: *Eu pensei emigrar em 1968. Acabara o serviço militar. Tinha-o cumprido cá, pois não fora chamado para o Ultramar. Durante as férias de Verão, uma pessoa das minhas relações, irmão do patrão que tinha antes de ir para a tropa e meu ex-colega de trabalho (antes de ir para a tropa eu era gerente de um armazém de artigos para a indústria de calçado, no Porto), cruzou-se comigo e contou que, enquanto eu cumpria serviço militar emigrara para França, onde trabalhava na fábrica de pneus Michelin. Então eu encontrei-me com ele, no mês de Agosto de 68, e falámos. Ele contou que estava emigrado, o que fazia. Eu ainda não pensava emigrar. Já estava casado e tinha duas filhas. Nessa altura residia no Porto. Quando casámos, em 1963, fomos viver para o Porto. Entretanto, eu saíra da empresa do irmão desse ex-colega, e fui trabalhar para uma outra empresa, em Vila Nova de Gaia, que era do mesmo ramo. Mas, nos inícios de 1969, comecei a pensar que, se calhar, como também havia a moda da emigração, poderia fazer o mesmo. Não via com muito bons olhos aquilo que se passava no país. No entanto, houve um acontecimento que despoletou a minha vontade de ir para França. Aquando da visita de um chanceler alemão a Portugal, eu estava num café, no Porto, com amigos, e, como estava a passar no telejornal a reportagem sobre a visita do chanceler, acompanhado dos nossos governantes, eu disse: “ Olha! Lá estão os «velhotes» que nos governam... Com pessoas assim, como é que o nosso país pode andar para a frente?” Mas estava lá um indivíduo, irmão de um conhecido meu, que me alertou: “Não devia fazer afirmações dessas! O que lhe vale é ser amigo do*

meu irmão... eu sou agente da P. I. D. E.!” E, dizendo isto, levantou a lapela do casaco e mostrou o emblema que o identificava como tal. A partir desse momento eu nunca mais me senti bem em Portugal. Comecei a pensar que, ou o País não era feito para mim, ou eu não era feito para o País.

Quando cumprira o serviço militar, entre 1965 e 1968, eu fizera parte da Polícia Judiciária Militar, era Oficial de Justiça, e escutava desabaços de capitães que haviam estado no Ultramar e que, passados 3 ou 6 meses, eram novamente mobilizados para lá regressarem ... Na tropa, se calhar, acordei para um fenómeno que cá fora nem era detectado devido às preocupações e dificuldades do dia-a-dia... eu penso que, na altura, Portugal era um País muito cinzento. Ora bem, depois, quando saí da tropa, aconteceu esse incidente do café e então comecei a pensar: se calhar vou falar com o amigo que está em França. Esperei que ele viesse novamente de férias e falei com ele. Ele disse que, se quisesse ir, não haveria qualquer problema. Falei com a minha mulher e disse: eu vou tentar.

Joaquim: *Eu cheguei a França em 1971, tinha 2 anos. O meu pai tinha emigrado há dois anos e a minha mãe ficara cá... depois, a minha mãe foi juntar-se ao meu pai, em França, e levou-me.*

Lurdes: *Quando nos casamos ele perguntou-me:” cá, ou lá?”. Eu respondi:” lá!”. E fomos viver para lá. Eu quis ir para lá porque assim também conhecia coisas diferentes, um país diferente.*

Saiu de forma legal, ou ilegal? Como decorreu a viagem?

António N.: *Fui clandestino. Foram 80 pessoas. Era gente do país todo, muitos do norte, alguns de Lisboa, etc... Havia um passador, ali para os lados de Leça da Palmeira. Dei-lhe 12 000\$00 para ir, e todos pagaram o mesmo. Eles só se juntaram em Chaves. Até Chaves fui num carro de praça (táxi). Cheguei a Chaves e juntámo-nos todos. Nunca me faltou nada, comida nem nada que precisasse. Quando paguei já estavam as despesas todas incluídas. Havia muitos passadores: portugueses e até espanhóis. Em Chaves atravessámos a fronteira a pé, pelos montes e pelo rio... todos agachados. Era de noite e não queríamos que nos apanhassem. Alguns já tinham tentado, mas tinham sido apanhados. Houve um que disse:” Aí estão os carabineiros!”. Eu e um rapazinho que vinha do Porto e que ia fugir da tropa ficámos sozinhos em Espanha, eu e mais ele... no meio do monte. Ele ainda disse:” Olhe que*

nós decerto era melhor entregarmo-nos...”, e eu disse: “ Cala-te! Está caladinho que pode ser que não nos apanhem...”! É que ele já tinha sido apanhado. Escondemo-nos no meio da vegetação. Depois ouvimos assobiar. Eram os passadores a chamar pela gente, mas eu tinha medo e ficamos ali. Depois, de manhã cedo, saímos para fora do esconderijo das ervas e começámos a fazer a barba no rio. Ao longe vimos um grupo de gente, e não sabíamos quem era. Com receio, voltámos a esconder-nos na vegetação. Mas eram os nossos, e nós juntámo-nos ao grupo. Era Inverno, em Janeiro, estava muito frio. De vez em quando vinham camiões que nos levavam, mas depois devia haver algumas barreiras, e eles deixavam-nos ficar e nós prosseguíamos a pé durante algum tempo (10 ou 12 Kms), escondidos. Depois eles vinham outra vez. Isto em Espanha. Na fronteira com França havia uns faróis que giravam, andavam à volta, e iluminavam tudo. Então o passador disse: ”Agora vós passais quando os faróis focarem outros pontos. A iluminação vai girando, e vós passais quando ela se afastar do local por onde tencionais passar. Andais um pouco e quando a luz estiver prestes a incidir sobre vós, baixais-vos...”. Todos molhados. Algumas pessoas de idade também iam para passarem os filhos que pretendiam livrar da tropa. Eu era o único que ia para Poitiers. Já lá tinha um irmão. Já tinha ido para aí há um ano. Esse foi legal, foi como turista. O meu patrão dava-se bem com o Governador Civil do Porto. O meu irmão falou comigo e eu disse-lhe que ia ver o que podia fazer. Falei com o meu patrão. Conte-lhe que o meu irmão queria emigrar. Ele disse que ia ver o que podia fazer. Foi falar com o Governador Civil e ele disse-lhe que precisava de fotografias e de outra documentação. Que lhe levassem tudo e que ele tratava do assunto. O meu irmão até disse: “Se o teu patrão tratar disto, dou-lhe um cabrito!” Ele já foi como turista e não foi como eu... ele foi legal e eu tive que ir fugido. Quando eu decidi ir, o meu patrão já tinha morrido, e eu não lhe pude pedir ajuda.

Depois, em França, um dos passadores foi levar-me ao destino sem falarmos um com o outro. Íamos no comboio e ele apenas fazia sinais, por acenos. Quando tive que sair, em Poitiers, ele acenou e fez sinal que era ali. Nunca mais o vi. Depois apanhei um táxi e dei-lhe um endereço. Era onde trabalhava o meu irmão, e ele levou-me lá.

Joaquim: *Segundo o que os meus pais depois me contaram, porque eu era muito pequeno, saímos do país às escondidas, de forma ilegal. Tivemos que pagar a um passador, e não fomos apanhados. Fomos de táxi até à fronteira com Espanha, em Chaves. Passámos o rio a pé, depois seguimos de comboio até Orleães.*

António M.: *Eu fui com passaporte de turista, no Sud-Express, com destino a Monterrand. Cheguei a Vilar Formoso, e lá, tinham que ver o passaporte. Recolhiam os documentos e os passageiros ficavam à espera que lhos entregassem novamente. Lá dentro carimbavam-nos e, os que decidiam apreender, eram apreendidos, e os outros eram novamente entregues aos portadores. Eu tinha arranjado um passaporte de turista para mim, para a minha mulher e para as minhas filhas. Mas primeiro fui sozinho. Só podia estar no estrangeiro 3 meses. No final, tinha que regressar a Portugal. Eu fui e, mais ou menos oitenta dias depois, vim cá buscar a minha mulher e as minhas filhas. Aí já fomos de carro, pois o meu sogro foi-nos levar directamente a França. Quando chegámos à fronteira, em Quintanilha, tive o maior receio da minha vida. A polícia ia fiscalizar tudo, até a mala do carro. Perguntaram para onde íamos. O meu sogro disse que ia passear por Espanha, com o genro e as netinhas. Eles deixaram-nos passar.*

Sentiu dificuldades de adaptação à língua e de inserção na sociedade de acolhimento?

António N.: *O patrão do meu irmão também falava português e tinha uma filha casada com um português que residia ali nas Antas. Ele ajudou-me logo. Arranjou-me dormida e onde pudesse ficar. Eu fui trabalhar na construção civil. No início ganhava pouquinho. Depois, fui aumentando. Não sabia falar francês, mas nas obras fui começando a arranhar essa língua. Ao fim de 3 meses, como já tinha a carta de carro, comecei a conduzir camiões da empresa. No princípio o emprego ainda era mais difícil que o que tinha cá, e ganhava pouco. Mas, depois, as coisas foram melhorando. Tirei a carta de pesados. Como estava desanimado com o trabalho e até ameacei que me vinha embora, o meu patrão disse que, como eu já tinha a carta de condução, podia tirar a de pesados, que precisava de um motorista... e foi assim.*

Elvira: *Entretanto eu fiquei cá com os meus filhos. E, depois, andei na Câmara a ver se nos arranjavam os papéis para também ir. O marido e a esposa têm o direito de viver juntos! Mas, nunca arranjei documentos. Depois, ele veio cá buscar-me. Ao fim de 10 meses, ele veio cá e legalizou-se. Esteve cá dois meses e trabalhou com um tractor, para ganhar dinheiro. Depois, arranjámos os papéis e fomos todos, com muita tristeza. Havia neve e fazia frio. Estive 3 anos sem trabalhar, porque não sabia falar francês e não tinha trabalho. O patrão já lhe deu um documento com casa, sala de jantar, dois*

quartos, porque era obrigado. Depois, também fui aprendendo o francês. Os meus filhos estiveram de Janeiro até Setembro a ir para a escola, e eu estive sem trabalhar. Não sabia falar a língua. É muito duro a gente não saber falar, lá fora... muito duro. No entanto, já conhecia o dinheiro, porque o marido tinha enviado algum. Mas, é mesmo muito triste querer falar e não conhecer a língua.

A patroa do meu marido, a que tinha a filha casada com um português, arranjou-me um contacto com uma senhora. Ela gostou muito de mim e arranjou-me outra senhora, e eu trabalhava para elas, tipo mulher-a-dias. Os filhos, entretanto, iam frequentando a escola, privada e francesa. Nós pagávamos bastante. Mas, assim, sabíamos que eles aprendiam bem e que podíamos confiar na escola. Não aprendiam português, a escola de português era longe e era só de 8 em 8 dias... eles nem iam. Mas nós, em casa, falávamos sempre o português, e eles iam aprendendo. Depois, uma das senhoras arranjou-me um lugar de ouro, num centro de médicos que trabalhavam juntos. Eu fazia 4 horas por dia, mas era só depois das 7 horas da noite, quando eles saíam. Trabalhei lá 28 anos. Cuidava da limpeza dos instrumentos que os doutores necessitavam para as operações – tinha que os esterilizar, tratava das batas dos doutores e dos lençóis das marquises. Tive uma doença grave, cancro, e fui tratada por eles, muito bem tratada. Operaram-me e eu melhorei. Trouxe desse emprego a minha reforma.

António M.: *Três meses depois da saída, passámos à clandestinidade. Em relação a França estávamos legais: eu tinha um contrato de trabalho e trabalhava para a Michelin. Em relação a Portugal, tornámo-nos apátridas. Não tínhamos um documento que justificasse a nossa nacionalidade. Como não regresssei no devido tempo (no final dos 3 meses), se fosse ao Consulado português eles confiscavam-me o passaporte. Se tentasse regressar a Portugal, seria preso na fronteira. Mas, entretanto, o Marcello Caetano havia decretado uma lei segundo a qual, quem estivesse nesta situação podia dirigir-se ao Consulado, pagava uma multa e passava à legalidade⁹⁸. Era uma amnistia. Foi assim que nós fizemos: fomos ao Consulado, pagámos a multa, fizemos um novo passaporte e voltámos a estar legais. Estive em França mais ou menos 18 meses.*

⁹⁸ De acordo com as informações de Vanda Santos (página 31), (...) *Só em 1969, em plena Primavera Marcelista, a emigração (irregular) deixa de ser considerada crime para ser punível com multa, à excepção daqueles que tivessem como intenção fugir ao serviço militar.*

Eu já tinha aprendido línguas na escola. Já sabia falar francês. Por conseguinte, não tive qualquer dificuldade. Mas, embora sabendo falar e escrever francês, há sempre algumas dificuldades com a língua. Por exemplo, se pegasse num jornal para ver anúncios sobre aluguer de uma casa, havia vocábulos que eu não entendia bem. Eu apenas tinha 4 semestres do Instituto Francês e alguns desses vocábulos não se aprendiam num Instituto.

Piedade: *Fui aprendendo o francês na convivência com os franceses. Não foi muito difícil. Aprendo muito facilmente, escutando. Escutando a televisão, indo ao mercado, ia aprendendo. Aprendi muito com os noticiários franceses. As minhas filhas, com os seus livros escolares, também tentavam ensinar-me algumas palavras. Em poucos anos, as minhas filhas quase perderam o conhecimento que tinham da língua portuguesa.*

António M.: *Quando cheguei a França, vi que era um país maravilhoso, mas sobretudo para os franceses. Para nós, nem por isso. Esta, foi a minha opinião. Não quero dizer que houvesse outros portugueses insatisfeitos. Apesar de tudo, eu penso que o francês tinha pouca abertura. Por vezes tornava-se difícil. Para alguém ido de fora, vingar lá era complicado. Quem nascer lá e tiver muita força de vontade, as coisas já são diferentes. Até nem quero dizer que tivesse grandes razões de queixa. Eu entrei para a Michelin, e essa empresa admitia centenas de pessoas. Mas, embora eu não tenha grandes razões de queixa directas, eu observava que havia algumas diferenças.*

A partir de França efectuei um pedido às autoridades canadianas para me aceitarem como emigrante. O facto de a minha mulher já saber falar francês e de as miúdas frequentarem a escola francesa facilitou a anuência das autoridades e a inserção nessa nova sociedade. Fomos para o Quebec.

Vim a Portugal, e parti daqui para o Canadá. Tive que ir trabalhar para uma fábrica de calçado. Eu tivera que dizer qual era a minha actividade em Portugal. Fui trabalhar para uma fábrica de calçado porque conhecia as peles, e sabia seleccionar os diferentes tipos, em Montreal. Para o Canadá fui legalmente. Fui primeiro e a esposa foi 3 meses depois. Fui em 1971. Um dia, fui falar com a conselheira de emprego e carreira profissional, do Centro de Emprego. Eu sabia que a indústria de calçado estava em ligeiro declínio e disse-lhe que queria sair desse ramo. Ela perguntou-me o que pretendia fazer da minha vida e eu respondi que já tinha exercido funções tipo Relações Públicas e outras ligadas ao Marketing e que gostaria de fazer qualquer coisa que exigisse mais dinamismo. Ela aconselhou-me a adquirir domínio absoluto da língua inglesa. Eu sabia razoavelmente essa língua, mas, não sabia o suficiente para

redigir relatórios... e os vendedores têm que redigir relatórios. A conselheira deu-me um Curso de Inglês, para aperfeiçoar o inglês escrito. Aconselhou-me a ir pedir emprego a um grande Centro Comercial de Montreal, pois eles certamente me admitiriam, e trabalhar em part-time, para, no tempo livre que me restasse, dedicar-me à aprendizagem do inglês escrito. E assim aconteceu. Fui trabalhar em part-time num Centro Comercial. A conselheira instigara-me a, depois de ter aprendido bem a língua inglesa, propor-me para fazer uns testes. Eu fiz, e, depois da classificação dos mesmos, ela disse que tinha uma proposta para me fazer. Perguntou-me se eu queria estudar. Respondi que tinha duas filhas. Ela disse: “Eu não perguntei se tinhas filhas! Perguntei se querias estudar. Tu tens facilidades de aprendizagem. Tenho aqui uma proposta para estudares a tempo inteiro!” Foi assim que fui estudar novamente a tempo inteiro. Pagavam-me semanalmente, era o ordenado mínimo nacional. Pagavam-me os livros e as refeições, bem como o bilhete de transporte.

Piedade: *Entretanto, eu estava empregada numa fábrica onde se faziam fatos-de-banho.*

António M.: *Foi um período difícil, para nós. Ela recebia o salário mínimo, pois tinha entrado há pouco tempo na empresa, e eu também recebia apenas o salário mínimo. Tínhamos duas filhas, uma renda para pagar... mas pronto, passou.*

Em contrapartida, sabia que estava a investir na minha evolução. Sabe? Cheguei a ser um pivot de uma estação televisiva portuguesa do Quebeque(o canal 9)... lia as notícias para as populações portuguesas aí imigradas.

Ainda trabalhava no Centro Comercial, e um colega meu, em vias de se reformar, aconselhou-me a procurar outras funções mais de acordo com os meus conhecimentos, pois não perspectivava grandes progressos, para mim, dentro da empresa. Referiu a Air Canada como uma ótima probabilidade futura de emprego. Acrescentou que o facto de falar e escrever bem várias línguas era um ponto a meu favor. Eu pensei tentar a minha sorte e dirigi-me ao edifício da Air Canada e inscrevi-me para fazer testes de admissão a Comissário de Bordo. Embora ainda não me tivesse naturalizado como canadiano, estava lá de forma legal, o que tornou possível a inscrição. Um mês depois fui chamado para a primeira entrevista. Quiseram saber quais as línguas que dominava, a que respondi que sabia bem o português, francês, inglês e um pouco de alemão. Perguntaram se estava disponível para ir trabalhar para Toronto e eu respondi que sim. Quiseram examinar bem as pernas (para ser admitido, não poderia ter problemas de varizes), os dentes e a pele. Depois mediram-me e pesaram-me. Três

semanas depois chamaram-me para nova entrevista, a segunda. Ainda tive uma terceira entrevista, e, fui admitido. Fiz um Curso de aprendizagem de socorros, para eventuais ocorrências de risco em voo.

Depois, em 1975, entrei na Air Canada como Comissário de Bordo. Há o pessoal técnico que faz o voo, mas eu era da cabine, da assistência aos passageiros. Fui progredindo na carreira, avolumando os meus conhecimentos sobre o Canadá e outras áreas. Estudei um pouco mais o alemão. Eu sou uma pessoa que, continuamente, busca novos conhecimentos. Entretanto, naturalizámo-nos como canadianos.

Joaquim: (...) *Nunca tive problemas de adaptação nos diferentes empregos que tive... hoje quem quiser trabalhar, trabalha... quem não quiser trabalhar, não trabalha... mesmo em Portugal quem quiser arranjar emprego, arranja.*

Frequentei uma escola pública francesa, onde aprendi as matérias comuns aos habitantes locais, e outra particular, onde aprendia e praticava o português. Na escola senti-me bem, tratavam-me como outra criança qualquer. Actualmente as minhas filhas também não sentem qualquer diferença. A mais velha já frequenta a escola e é igual. Ainda vivo em Orleães. Vivi sempre lá. Nessa cidade há muitos emigrantes portugueses. (...) Segundo a opinião deles, sentem-se melhor lá que aqui. Agora temos lá a nossa vida, a minha família, a vida organizada. Sentimo-nos lá mesmo bem. Há uns anos, aqui os portugueses tratavam-me mais como francês que como português. Hoje em dia já me sinto mais português que francês. Actualmente há mais abertura, a mentalidade dos portugueses mudou. Compreendem mais o pessoal. Quase todos têm alguns emigrantes na família ou conhecem alguém que já emigrou, e sabem melhor como é a vida. Têm experiências comuns e entendem melhor as razões da partida. Comunico sempre que posso com a família. Existe o telefone. Nunca animei ninguém a ir para lá. Eu costumo dizer: “Varre em frente à tua porta e não varras em frente da dos outros”. A vida pode calhar bem para mim e pode calhar mal para eles. Cada um sabe da sua vida. Tenho amigos, mas são sobretudo emigrantes portugueses nascidos lá. Uma vez que estudamos lá, eu convivo mais com eles que com os franceses. Também convivo com franceses no emprego, porque aí são mais franceses que portugueses. Quando fui para lá, em casa tinha que se falar português. Não se falava francês porque os meus pais assim o exigiram, até aos dez anos. Depois, os pais no trabalho tinham que falar francês, e então já se falava também francês em casa. Hoje já não falamos português em casa. Não senti nenhuma dificuldade em aprender o francês, pois era muito pequeno

quando fui para lá. O francês é uma língua que temos que a entender logo, não podemos estar a pensar em português.

Lurdes: *Fui para França quando tinha 24 anos, depois de casar com o Joaquim, e não sabia falar francês. Mas, quando chegas a um país em que tens que falar outra língua, tens que te “desenrascar”! Para mim, o mais difícil foi a língua. Quando estamos num país e não percebemos nada, queremos participar numa conversa e não conseguimos falar porque não entendemos, é complicado. Depois, já entendemos, mas, é mais difícil falar que entender... muitas vezes percebia tudo o que eles estavam a dizer, só que não participava na conversa porque não sabia falar. O mais difícil foi isso. O resto foi fácil. Ao fim de 4 meses ou meio ano, sabia falar francês, pois o marido falava comigo sempre, sempre em francês. Só quando eu lhe dizia: “traduz, porque eu não percebo”, é que ele traduzia. Eu fui obrigada a aprender. Assim, primeiro pensava em português, mas depois já pensava em francês. Fui em 1996, e na altura fazia as compras e pagava em francos, porque ainda não havia o euro, e punha-me a pensar a quantos escudos equivaliam os francos. Mas depois tive que desistir, porque o câmbio era difícil de calcular mentalmente.*

Quais as razões que motivaram o regresso a Portugal, ou, a permanência no país que o acolheu?

Elvira: *Vimos para cá, mas ainda temos saudades, muitas vezes. Os nossos filhos ficaram lá. Construámos cá a casa. (...) Quando a casa ficou construída, a minha irmã e outra senhora animaram-me a mobilá-la. (...) Decidimos investir na terra onde nascemos. Eu sempre tive a ideia de construir aqui uma casinha. Depois o meu marido até já dizia que, uma vez que já tínhamos aqui a casa podíamos regressar a Portugal, mas eu desanimei-o: devíamos pensar na nossa reforma. Ficámos em França mais alguns anos e entretanto os nossos filhos começaram a namorar com francesas. Decidiram ficar e nós, quando fizemos 60 anos, decidimos vir.*

António N.: *Eu não vou contra a França. O pessoal lá é mais carinhoso. Sinto-me melhor lá do que cá. Éramos melhor tratados. Por exemplo, se chegarmos lá, telefonamos de manhã e de tarde já temos um médico. É o médico de família. A gente aqui não tem nada. Nós andámos 3 meses, a correr para o Centro de Saúde, e viemos embora sem doutor. Os nossos filhos têm bons empregos. Estão muito satisfeitos. Tencionam ficar por lá.*

António M.: *Decidi regressar a Portugal porque foi cá que nasci e aqui construí a casa, mas, tenho uma filha a viver no Canadá e outra em França. Não sei se, no futuro, optarei por um destes países. Agora somos canadianos, pois naturalizei-me como tal... ainda não sei bem se ficarei cá sempre.*

Joaquim: *As nossas economias são investidas em França, pois é lá que tencionamos ficar. As nossas filhas estão a ser aí educadas e criadas. As condições lá são melhores e elas, certamente, vão querer ficar em França.*

Lurdes: *Eu gosto mais de Portugal do que de lá. A única coisa que me faz ficar lá é a família. Também gosto muito de vir cá. Portugal é o meu país, a minha terra natal. Mas, para viver, já não troco. Tencionamos ficar em França. Andamos à procura de terreno para construir uma casa. As meninas já nasceram lá.*

Considera o facto de ter emigrado como uma experiência positiva?

Elvira: *Abençoada a hora que eu fui para França. Lá, conseguimos ganhar a vida. Tivemos que poupar, mas valeu a pena. Viemos para cá, mas ainda temos saudades, muitas vezes...*

António M.: *A experiência migratória foi muito positiva. O país que me acolheu foi, para mim, a terra da liberdade. A França forneceu-me o «trampolim» que me catapultou para o Canadá. Depois, o Canadá permitiu-me crescer como indivíduo. O facto de eu falar muitas línguas também contribuiu, pois eu falava mais línguas que muitos dos colegas que haviam nascido no Canadá. Mas, foi muito bom ter emigrado.*

Os depoimentos transcritos reflectem a realidade de três práticas migratórias que, a avaliar pelas palavras dos seus protagonistas, se constituíram por uma mais valia no percurso originador dos respectivos históricos de vida, e, por experiências bem sucedidas. Aspecto singular que se salienta no conjunto dos depoimentos é o descontentamento político declarado por um dos testemunhos. Com efeito, e não obstante a sociedade que constituía a freguesia de Tuías, na década de 60, se inscrever nos modelos tradicionais e conservadores característicos de uma colectividade rural, a migração interna, accionada pela procura de trabalho, o contacto com as populações urbanas e a permuta de ideias daí resultante fomentaram a preocupação, e o desagrado, relativamente ao regime político em vigor. Apesar das limitações impostas pelas dificuldades económico-financeiras iniciais e dos obstáculos criados pela adaptação à

língua e hábitos das sociedades acolhedoras, o espírito combativo e a perseverança possibilitaram uma inserção nos modelos culturais dos países adoptivos e a obtenção das estabilidades profissional e económica ambicionadas. Contudo, não devemos restringir as experiências migratórias à soma dos casos de sucesso – o elevado número de ocorrências deste fenómeno abarca uma multiplicidade de epílogos, nem sempre com finais felizes.

5. Recomposição do tecido social.

O período que circunscreve o intervalo temporal delimitado pelo início da década de 60 e a actualidade contemplou uma reestruturação da sociedade que constitui a população a residir na freguesia de Tuíás. O contacto com diferentes hábitos e mentalidades proporcionado pelas migrações para fora do país e/ou internas, coadjuvado pela alteração dos sectores produtivo e profissional, ao nível local, concorreram para a recomposição do tecido social e para a substituição da anterior tendência conservadora e tradicionalista pela assimilação de modelos adaptados à inovação e às modernas formas de vida. Relembrando a afirmação supracitada de que a freguesia seria, actualmente, predominantemente agrícola, o facto é que esta conotação apenas poderá incidir sobre uma análise espacial e territorial da freguesia – as superfícies aráveis superam ainda, em área ocupada, os aglomerados industriais e urbanos. A mecanização e a viragem para uma agricultura de índole comercial fomentaram esta ocupação territorial. Todavia, a actual incidência de uma maior percentagem de activos nos sectores secundário e terciário é por demais evidente, e a população da terra, tradicionalmente com ocupações ligadas à agricultura, observou significativas transformações, análogas às que ocorreram com os habitantes dos subúrbios dos grandes centros urbanos em precedentes períodos. Tentaremos, seguidamente, analisar alguns dos factores que contribuíram para a nova configuração da colectividade que tem vindo a ser o alvo do nosso estudo.

5.1. Contributo das migrações.

A mobilidade demográfica que caracteriza a emigração assume uma dimensão tal que os seus reflexos atingem repercussões indissolúveis na vida económica e social de um país. No passado, o envio de remessas monetárias levado a efeito pelos emigrantes portugueses converteu-se num importante sustentáculo do equilíbrio orçamental da

economia nacional. A nova experiência de vida dos emigrados suscitou mudanças sociais decisivas, manifestadas através da adopção de novos modelos de comportamento e de consumo, novos hábitos, novas mentalidades.

Refira-se, a exemplo, a mulher portuguesa emigrada na década de 60. Frequentemente originária de uma sociedade tradicionalista no seio da qual se limitava à execução de tarefas domésticas, participação nas fainas agrícolas, ou, quando muito, à prática de uma arte, ou indústria, caseira, ela vê alargar-se, no país que a acolheu, o círculo das saídas profissionais, proveito que lhe permite usufruir de um papel mais activo no mundo laboral. Contudo, a redução do tempo disponível para o desempenho das lides domésticas e familiares, em consequência das novas ocupações profissionais, impõe um crescente recurso à utilização de electrodomésticos, acessórios que a compensarão da transitória indisponibilidade. O contacto com os familiares (ou outros indivíduos que tenham permanecido no território de origem) no período consagrado à fruição das férias e a permuta de experiências vivenciais daqui resultante, acabarão por influenciar, de forma indelével, os hábitos de consumo das populações que se mantiveram na terra natal e que, a curto ou médio prazo, aderem também aos novos estilos de vida, tais como a inclusão do uso de aparelhos electrodomésticos no seu quotidiano. A emigração funcionaria, assim, como veículo de propagação das modernas formas de vida comuns à sociedade de integração dos emigrantes e posteriormente adoptadas pelas populações conterrâneas.

Na generalidade, os emigrantes enviam ciclicamente para Portugal, no decurso da sua permanência nos países onde escolheram exercer actividade, uma significativa parcela das suas economias que investem na edificação de uma casa. A maior parte decide-se pelo retorno à terra natal, aquando do ingresso na idade de reforma. Muitas vezes, a simpatia e assimilação dos padrões arquitectónicos característicos da região que os acolheu fomentam a adesão aos novos estilos dos edifícios. Consequentemente, surgem com frequência, na paisagem portuguesa, modernas formas de habitação cujas construções se baseiam em modelos de influência estrangeira. Conquanto em Tuíás esta não seja uma característica muito comum, também aqui se vislumbram algumas moradias com configurações que denunciam traços arquitectónicos de origem estrangeira. A figura número 12 evidencia o facto.



Figura 12: Moradia pertencente a casal originário de Tuíás e emigrado na Suíça.

Com efeito, detectam-se na vivenda reproduzida certas feições que nos remetem para a representação dos chalés típicos da Suíça, país para o qual emigraram os respectivos proprietários.

Numa fase posterior à construção da habitação, os emigrantes mais abastados canalizam o investimento das suas poupanças para empreendimentos imobiliários, comerciais e industriais, localizados nas grandes cidades e cooperando, desta forma, com o processo de despovoamento do interior rural e a expansão do litoral urbano, ou, se a opção é a aplicação de capitais na terra natal, instigando o desenvolvimento de áreas menos favorecidas. Em Tuíás, e na sequência de uma migração para o Brasil bem sucedida, foi edificada uma das primeiras grandes estruturas arquiteturais, ainda nos anos 70, que compreende, presentemente, uma dependência bancária e um dos mais prestigiados empreendimentos hoteleiros da cidade do Marco de Canaveses. Foi também devido ao investimento de um migrante nascido na freguesia, muito embora este movimento migratório se insira no âmbito da mobilidade geográfica interna, que se inaugurou o estabelecimento da primeira grande superfície comercial nesta localidade, nos inícios da década de 90.



Figura 13: “Edifício SONAE”, cuja construção foi determinada, nos finais da década de 80, por um migrante interno nascido em Tuías

A manifestação de neologismos na língua portuguesa poderá, ainda, ser um reflexo da intervenção dos emigrantes na evolução social do país. Uma das entrevistadas que contribuiu, com o seu testemunho, para a recolha das histórias de vida, observou que, alguns anos atrás, não via no dicionário de língua portuguesa a palavra «botelha», observando que o mesmo vocábulo, de origem francesa, foi, provavelmente, introduzido na língua nacional por influência dos emigrantes portugueses idos para França.

Tal como em toda a vasta região do Baixo Tâmega, também em Tuías se registou um movimento migratório, de forma mais acentuada na década de 60. Igualmente aqui se verificaram algumas alterações nas formas de viver das populações autóctones em resultado da adaptação a novos hábitos decorrente do convívio, e troca de experiências de vida, com os indivíduos saídos da freguesia.

Todavia, e para além da preocupação com o estudo das repercussões da emigração para outros países sobre uma colectividade circunscrita, não se pode omitir o contributo das migrações internas no fenómeno das transformações sociais de uma determinada região. É na sequência do contacto das populações rurais com os meios urbanos e industrializados que o acesso aos meios de comunicação, à informação e a níveis de vida mais desenvolvidos se torna, frequentemente, realizável. A percepção e absorção de particularidades inerentes às formas de vida citadinas acarretam uma mutação ao nível das mentalidades e das condições de vida de povoações com precedentes conservadores e tradicionais. De igual forma, as migrações dentro do próprio país levadas a efeito por alguns dos seus residentes concorreram para a mudança da sociedade que constitui a freguesia de Tuías. Por outro lado, a incorporação, nesta localidade, de indivíduos oriundos de outras freguesias, ou concelhos, e que aqui fixaram residência, contribuiu conjuntamente para a alteração do fâcies social em análise.

5.2. Interdependência face ao centro urbano do Porto.

A densa rede de relações que se estabelece entre populações rurais e urbanas remete-nos para a admissão da tese segundo a qual, nas formações sociais contemporâneas, o espaço social rural apenas detém uma relativa autonomia.

Os fluxos migratórios, com origem nas áreas agrícolas, que se dirigem para as zonas industrializadas e urbanizadas e a progressiva penetração das relações de produção capitalista nas sociedades rurais, implicam uma articulação destas com os processos sociais à escala da sociedade global. Consequentemente, alguns elementos, funções e equilíbrios tradicionais do mundo rural, quando subvertidos pela progressiva instauração dos modelos de economia externos, sofrem uma transformação ou, até mesmo, uma dissolução. Outros subsistem, demonstrando uma resistência da agricultura camponesa à plena penetração das relações de produção capitalista, mantendo uma especificidade própria de modos de produzir e viver.

A função de reserva e fornecimento de força de trabalho das áreas rurais para as urbanas fomentaram uma proletarização parcial. As populações dos campos, valendo-se das migrações pendulares que transformam os seus membros em operários das indústrias das grandes cidades, não eliminaram do seu quotidiano, na totalidade, as actividades agrícolas, adequando a prática de uma agricultura a tempo parcial às exigências horárias

da actividade profissional principal que, na maior parte dos casos, reequilibra e subsidia financeiramente a pequena exploração agrícola caseira. Evita-se, desta forma, uma ruptura drástica dos migrantes face ao seu quadro de vida original, que ainda inclui, muitas vezes, a manutenção dos laços afectivos relativamente ao trabalho campesino, agora possível em terra própria.

Foram estas, similarmemente, as circunstâncias sobre as quais assentou o processo de integração de muitos dos habitantes de Tuías no meio laboral das áreas industriais do litoral citadino. A mobilidade demográfica em direcção ao desenvolvido centro urbano do Porto, incitada pela busca de melhores oportunidades profissionais e facilitada pelo progresso das vias de comunicação e transportes, primeiramente materializado através da ligação ferroviária e, nos últimos anos, pelo melhoramento das vias de acesso facultado pela estruturação de modernas estradas, foi, ao longo dos tempos, uma constante.

A presença de pólos de formação profissional e científica, característica das grandes urbes, também facilita, nas sociedades periféricas, a mutação e o desenvolvimento cultural proporcionados pelo ingresso de parte dos elementos que as constituem nas escolas e/ou universidades citadinas. Neste contexto, e mais uma vez, o Porto actuou como centro promotor de expansão intelectual para muitos dos residentes na freguesia em estudo.

A proximidade deste meio urbano propiciou ainda, aos habitantes de Tuías, a acessibilidade a bens e serviços exclusivos dos grandes centros, favorecendo uma melhoria das condições de vida das populações locais.

Contudo, os benefícios desta proximidade não se limitam à freguesia de Tuías. Existe, entre os dois espaços físicos, uma reciprocidade de trocas que beneficia o grande centro e a localidade em análise. Para além da transferência geográfica de força de trabalho de Tuías para o Porto, a freguesia fornece outros produtos essenciais à vida das populações portuenses, ou suburbanas. Na década de 60, parte do abastecimento de carne para o centro urbano era possibilitado pela criação de gado nas áreas agrícolas periféricas, provimento este do qual Tuías também participou. Actualmente, a povoação ainda fornece alguns produtos agrícolas cultivados nas suas explorações rurais. Estes, destinam-se à venda nas grandes superfícies comerciais da região citadina. Destacam-se, de entre outros, o vinho verde e os frutos de origem citrina. Mais uma vez, e assim como no passado, a *função de fornecimento de bens alimentares às populações (...) a jusante da produção agrícola* é posta em prática nas relações entre a ruralidade

preservada pela freguesia, muito embora, presentemente, sob moldes de exploração distintos dos precedentes (particularmente os que respeitam à década de 60)⁹⁹, e o centro urbano constituído pela cidade do Porto e concelhos dos subúrbios.

5.3. Inovação Tecnológica.

O período temporal delimitado pelo início dos anos 60 e a actualidade contemplou uma reestruturação da economia de Tuías propiciadora de um conjunto de transmutações que alteraram expressivamente o semblante da sociedade da freguesia.

A procura de terreno, pelos centros de decisão de sede urbana, que proporcione a construção de habitações e/ou de empresas industriais, no meio rural, adquiriu solidez, nas últimas décadas. A instalação de equipamentos fabris que possam prescindir das economias facilitadas pela rede infraestrutural e industrial urbana, ou que se revelem inconvenientes na proximidade das grandes cidades devido às propriedades poluentes de que se revestem, levou à ocupação de terrenos incultos e improdutivos e, até mesmo, de espaços agrícolas produtivos.

O Marco de Canaveses, concelho tradicionalmente de pendor ruralista, não se isentou deste processo de conquista de solos pela absorção e inserção de pólos industriais. Na sequência deste alargamento da industrialização urbana foi determinada, nos finais da década de 70, a implantação de uma zona industrial em território municipal. A sua localização pretendeu-se em terrenos de fácil acessibilidade, declives razoáveis e incluídos no perímetro da, à época, vila do Marco. Obtida a aprovação da Direcção do Planeamento Urbanístico de Entre-Douro e Minho, procedeu-se à planificação de um aglomerado industrial na freguesia de Tuías, uma vez que, dada a proximidade da povoação da sede concelhia, e, observada a satisfação dos requisitos impostos pelo empreendimento, foi esta a escolha homologada.

De acordo com o Regulamento instituído para a Zona Industrial, em deliberação da Assembleia Municipal do Marco de 8 de Março de 1983, entre outras determinações, ficou decidido que os lotes industriais se destinavam exclusivamente a estabelecimentos fabris sendo interdita a habitação dentro dos seus limites, mesmo quando integrada em dependências ou edifícios incluídos na unidade fabril. Era expressamente proibida a instalação de indústrias perigosas ou tóxicas. O acesso aos diferentes lotes seria

⁹⁹ Ver, na Segunda Parte, páginas 64 a 66.

assegurado por arruamentos internos da zona industrial, sendo impedido o acesso directo à estrada nacional em lotes contíguos. A criação de parques de estacionamento de veículos, ligeiros ou pesados, ficaria sob o encargo do expediente privado e seria dimensionado de acordo com a importância do respectivo estabelecimento industrial. Estavam, desta forma, criadas as condições para o desenvolvimento de um sector da economia até à data com muito pouca representatividade no município do Marco de Canaveses. O ramo da indústria que, entretanto, adquiriu maior relevância, foi o têxtil, o qual garantiu um número significativo de postos de trabalho na localidade.



Figura 14: Panorâmica aérea da Zona Industrial de Tuías.

A imagem reproduzida na figura 14 permite-nos observar a localização da Zona Industrial, detectável pelo aglomerado de telhados cinzentos situados do lado direito, no centro da fotografia aérea. Uma das preocupações que presidiu ao Projecto foi a preservação do equilíbrio entre espaços verdes e área ocupada pelas explorações fabris, precaução esta que, tal como se pode verificar através da imagem, foi consumada com sucesso. Contudo, uma significativa parcela das zonas anteriormente ocupadas por

campos e arvoredos foi, gradualmente, absorvida por habitações, empresas industriais, comerciais e de serviços, alterando desta forma o semblante paisagístico do território de Tuíás cuja aparência denuncia, presentemente, a assimilação de características comuns às periferias urbanas.

As estruturas agrárias também sofreram algumas remodelações, no decurso das últimas décadas, ao nível das formas de exploração e dos produtos cultivados. A baixa rentabilidade da agricultura provocou o abandono das terras, factor que, progressivamente, reduziu os arrendamentos. Diminuíram os caseiros e diminuíram, de igual forma, os senhorios. Os proprietários não tinham muito interesse em arrendar porque ficavam com a terra tomada por um caseiro durante muitos anos, condição que nem sempre era vantajosa. Assim, começaram a explorar directamente a terra e contrataram jornaleiros, muito embora já se detectasse o recurso a este modelo de contrato, apesar de tenuemente, na década de 60. Havia casas de grandes proprietários que utilizavam os serviços dos jornaleiros diariamente. A Casa da Picota já utilizava este molde de exploração agrícola nos finais dos anos 70. Os jornaleiros eram pagos semanal ou mensalmente. Uma outra propriedade, constituída essencialmente por um pomar de significativas dimensões (a Casa de Ambrães), tinha um empregado próprio que, diariamente, cuidava da exploração.

Gradativamente a utilização de máquinas agrícolas no exercício da agricultura foi-se ampliando, circunstância que contribuiu para uma diminuição da necessidade de força humana braçal nas lides campesinas.

Nos anos 90, ainda que em baixa escala, distinguiam-se alguns proprietários agrícolas cuja lavra se destinava exclusivamente à venda dos produtos para grandes superfícies comerciais. A agricultura com objectivos mercantis e praticada de acordo com modelos característicos da indústria adquiriu alguma dimensão na freguesia. Estabelecia-se um protocolo ou contrato comercial com o cliente, usualmente um entreposto mercantil distribuidor dos produtos pelas grandes superfícies comerciais, que fazia a sua proposta de produção. Este encomendava uma determinada quantidade do género agrícola pretendido tendo, o produto cultivado, que obedecer a regras previamente estabelecidas: possuir o tamanho recomendado, não apresentar qualquer anomalia, no caso da fruta o teor de açúcar deveria obedecer a determinados padrões, etc... Um dos proprietários entrevistados cuja exploração se adequava ao modelo supracitado relatou que, na década de 90, recorria à produção de géneros em estufas. Inicialmente cultivava flores (floricultura). Depois, na base de um protocolo que estabeleceu com um entreposto,

alterou a espécie cultivada e iniciou uma agricultura de produtos hortícolas (horticultura). Produzia para comercializar e cultivava, exclusivamente para a empresa cliente, alface, pimento e couve-coração. Actualmente, na freguesia de Tuíás, sobrevivem algumas explorações agrícolas que incluem, na sua produção, culturas destinadas ao comércio. Contudo, os géneros que mais se destacam nesta transacção são agora os frutos de espécie citrina e o vinho verde.

Conjuntamente, a formação de activos para as indústrias e para a agricultura consubstanciou-se através da criação de Entidades, ou Escolas, de Formação Profissional que garantem a aprendizagem de domínios profissionais concernentes aos sectores da economia local. A Escola Profissional de Agricultura, na freguesia de Rosém, faculta o aprendizado da actividade agrícola aos jovens que pretenderem expandir os seus conhecimentos nesta área. Em Tuíás, o Centro de Serviços e Apoio às Empresas (CESAE) propicia alguns cursos a jovens e adultos desempregados vocacionados, essencialmente, para as áreas de Contabilidade e de Informática. A Multiformactiva é outra escola de formação profissional, com a particularidade de se situar precisamente em plena Zona Industrial. Nesta escola é levada a efeito uma diversidade de aprendizagens através dos variados cursos que na mesma são proporcionados.

5.4. Modificação das actividades económicas.

A alteração manifestada através da substituição do sector primário pelos secundário e terciário, no regime de economia da freguesia em estudo, acarretou, como consequência, uma transformação das estruturas da sociedade que a constitui. A agricultura, actividade predominante no período a que remonta o início do presente trabalho, perdeu o lugar de destaque que usufruía no passado e é, presentemente, praticada em diferentes moldes nos quais proliferam os agricultores a tempo parcial. A maior parte dos actuais lavradores da terra exerce uma actividade principal e, nas horas livres, cultiva um pequeno espaço de que é proprietário. Limita-se à prática de uma agricultura de subsistência que equilibra o orçamento doméstico. Em contrapartida, a tradição de arrendamento das grandes propriedades foi-se desvanecendo, ao longo dos anos, procedendo agora, os maiores proprietários de Tuíás, à exploração por conta própria. Apenas um escasso número de caseiros subsiste, ainda, no território espacial que circunscreve a nossa pesquisa.

A instauração da Zona Industrial na freguesia teve um papel determinante nas mudanças sociais ocorridas. De acordo com a Acta de reunião da Câmara Municipal do Marco datada de dez de Novembro de mil novecentos e setenta e oito, previa-se a instalação de 2 000 trabalhadores nas actividades fabris proporcionadas pela implantação das indústrias, dependendo este número do tipo de actividades que aqui se viessem a estabelecer¹⁰⁰. Provavelmente, a quantidade referida não terá sido alcançada. Por outro lado, é certo que o total da população a exercer actividade na Zona Industrial não se confina aos habitantes de Tuías, uma vez que grande parte dos empregados nas indústrias nasceu, e vive, nas povoações circundantes. Contudo, não se poderá negar o contributo da implantação das fábricas que constituem este aglomerado industrial para a modificação das actividades económicas e, subsequentemente, do cenário social da freguesia. Acrescente-se, conjuntamente, a alteração por que passou o papel da mulher na sociedade local. Se, anteriormente, a mesma se limitava à execução das lides domésticas, participação em tarefas agrícolas específicas ou desempenho de uma arte, frequentemente no seio do próprio lar, ela passa agora a exercer uma profissão nas indústrias, como operária fabril ou escriturária. Acrescente-se, ao alargamento das actividades inscritas no sector secundário, a extraordinária expansão do terciário, sobretudo no que respeita à área comercial. Também aqui a mulher assumiu um lugar de destaque, desempenhando funções nas grandes superfícies comerciais inauguradas na localidade e nas pequenas empresas de mercado. Saliente-se, neste particular, que, presentemente, todos os hipermercados existentes no município para abastecimento das populações da cidade do Marco de Canaveses e das freguesias contíguas se localizam no espaço territorial que constitui a freguesia de Tuías.

Para se ter uma ideia das transformações ocorridas no domínio das actividades económicas refira-se que, na década de 60, a freguesia de Tuías totalizaria uma média de 65 unidades com aptidão para estabelecimentos industriais e/ou comerciais. Actualmente, o número de pequenas e médias empresas ligadas às indústrias e/ou aos serviços aproxima-se das 500 unidades. Relembrem-se, mais uma vez, os valores apresentados pela Associação Empresarial Marco de Canaveses que, em 2004, apontavam para 72,3% da população activa da freguesia inserida nos sectores secundário e terciário¹⁰¹. Os montantes comprovam, sem margem para dúvidas, a elevada concentração de activos em sectores da economia de fraca representatividade

¹⁰⁰ Acta de reunião extraordinária da Câmara Municipal do Marco de Canaveses de 10.11.1978.

¹⁰¹ Anuário 2004, A.E.M.C..

nos anos 60. Para além dos serviços integrados no ramo comercial, a oferta de outros préstimos a empresas e a particulares (hotéis, cafés, consultórios médicos e de advogados, cabeleireiros, actividades imobiliárias e financeiras, etc...) manifestaram, igualmente, um acentuado desenvolvimento, nos últimos anos.

A modificação das actividades económicas reflectiu-se, de igual modo, nos hábitos e na mentalidade das populações locais. Estes foram sendo adaptados, inovados, em suma, reformulados de acordo com as mudanças operadas pela transformação das bases da economia que ocupam profissionalmente os habitantes de Tuías.

CONCLUSÃO

Ao longo do desenvolvimento do Projecto procurou-se analisar a problemática no início delineada. Propusemo-nos, com base no mesmo, averiguar os factores que convergiram para a mudança social no Marco de Canaveses entre 1960 e a actualidade, particularmente na freguesia de Tuíás, e o papel desempenhado pelos fluxos migratórios nesta transformação. Encetou-se o percurso da investigação com uma breve análise da conjuntura socio-económica de Portugal na década de 60, a que se seguiu um estudo das ocorrências que determinaram a fundação do concelho do Marco, em meados do século XIX, e das condições de vida das populações que o integravam nos anos 60. Na Terceira e última Parte procedeu-se ao estudo de caso previamente estabelecido, buscando-se, nesta etapa, examinar o contributo da emigração na modificação do tecido social da comunidade que se constituiu como objecto de pesquisa, bem como outros agentes que a ela se associaram e participaram na mesma mutação.

Com efeito, o conjunto das aprendizagens proporcionadas pela emigração, a abertura a novas formas de vida e mentalidades e o investimento financeiro de emigrantes em benefício do crescimento da terra natal, são algumas das reflexões a que a investigação nos conduziu, considerações estas que nos levaram também a admitir a importância dos efeitos que tais circunstâncias exerceram sobre o quotidiano dos habitantes de Tuíás. O retorno da maior parte de emigrados a Portugal, na idade de reforma, apenas consolida a influência e propagação de modernos costumes e maneiras já iniciadas pela convivência com as populações autóctones aquando das temporadas de férias.

Todavia, no decurso da realização do trabalho deparamo-nos com a constatação de que outras variáveis concorreram para a modificação do tecido social da freguesia em estudo no período em referência. Esta verificação conduziu-nos à convicção do advento da mudança da sociedade sob o efeito de várias causas que se combinaram e se constituíram como motor único, promotor da evolução analisada. A alteração das estruturas da economia e a decorrente substituição da agricultura pelas indústrias e serviços acarretou consigo a modificação das actividades económicas e, subsequentemente, das ocupações profissionais dos residentes. Às ocorrências assinaladas acrescente-se a privilegiada localização do espaço, que lhe propicia uma fixação intermédia entre o litoral e o interior, bem como a proximidade do desenvolvido centro urbano do Porto. O agregado humano que actualmente constitui os residentes de Tuíás comportou uma remodelação que lhe confere um novo fâcies social. Os antigos

agricultores metamorfosearam-se em operários da indústria e empregados do comércio. Os seus filhos estudam e, muitos deles, atingem um nível de aprendizagem que lhes proporciona um grau académico. As mulheres, anteriormente domésticas, trabalham agora em empresas fabris e na área dos serviços.

Presentemente, os novos modelos comunicacionais e relacionais que regulam a sociedade, coadjuvados pela evolução dos transportes e dos meios de comunicação, possibilitam uma globalização da informação que se converte numa amplitude de saberes rapidamente acessíveis. A Internet e as formas de intercâmbio documental, científico e empresarial, a capacidade de «estar presente» encontrando-se, geograficamente, muito distante, facultam esta permuta à escala planetária. As empresas industriais e comerciais beneficiam, também, desta evolução, uma vez que lhes é possível actualizar permanentemente os métodos de fabrico e adoptar técnicas de comércio mais rápidas e eficazes. As novas formas de comunicação contribuem para um nítido atenuamento das distâncias geográficas e, neste contexto, para o desenvolvimento local. Nesta perspectiva, dada a recente evolução da sociedade de Tuías e as facilidades proporcionadas pelos modernos meios de comunicação, poder-se-á admitir uma continuidade no crescimento económico da freguesia, sustentabilidade esta que se converterá no garante das saídas profissionais e melhoria das condições de vida das populações residentes.

Concluimos a tese com uma reprodução das palavras proferidas pelo actual Presidente da Junta de Tuías, na sequência de uma entrevista que nos concedeu, a propósito das perspectivas de futuro para a freguesia: *Acredito que, no futuro, haja uma nova viragem para a agricultura, outrora abandonada. Aqui, é possível aumentar a produtividade através de um sistema de parcerias, de sociedades que anexem terras com objectivos de rentabilização. No presente, já existe um exemplo de sucesso, na nossa freguesia.*

Efectivamente, o desenvolvimento das estruturas agrárias, aliado ao das indústrias, fomentaria um crescimento económico desejável na maior parte das regiões que constituem o território português. Apenas o futuro poderá responder às indeterminações que as restrições do presente nos permitem conjecturar.

ANEXOS

Anexo nº 1

INQUÉRITO INDÚSTRIAL DE 1881													
			Mão de Obra e Despesas Gerais	Aparelhos	Pessoal Empregue		Salário	Total					
					Mestres	Operários							
Indústrias em Domicílio	Carpintaria	Marco	6 480\$000			48							
	Obra Branca	Baião	7 830\$000			58							
		Penafiel	6 954\$000			61							
Pedreiros e estucadores a jornal	Construções de Alvenaria e pedra	Marco	15 390\$000			144	\$450	64\$000					
		Baião	23 490\$000			174	\$450	78\$300					
		Penafiel	21 090\$000			185	\$380	70\$300					
		Amarante	20 640\$000			160	\$430	68\$800					
Indústrias Alimentares	Padarias	Marco	744\$000	22		62	\$040	2\$480					
		Baião		7									
		Penafiel		7		17							
		Amarante		14									
							Motores						
							Vapor	Força	Moinhos	Mós	Capitais	Data da Fundação	
Moagens	Farinha de cereais e alternada/enxofre moído	Marco	1 368\$000		1	13	1	15	3		13 000\$000	1880	
		Baião				110			93				
		Penafiel				225			70	100			
	Tecelagem de Algodão	Tecido de Algodão	Amarante				135						
			Marco			22							
			Baião			7							
			Penafiel			7							
Tecelagem de Algodão	Tecido de Algodão	Amarante			14								
		Marco		25									
		Baião		13									
Vestuário	Calçado de Heme Fato por medida	Penafiel				14							
		Amarante			55								
		Marco				106							
		Baião				110							
		Penafiel				66							
		Amarante				98							

Fonte: MONTEIRO, Emília, *Monografia do Marco de Canaveses*, I Volume, a partir do Inquérito Industrial de Lisboa, 1881.

Anexo nº 2



Actividades: moleiro
Novembro de 1970
Fonte: BMMC

Anexo nº 3

A HISTÓRIA DO MEU BARCO

*A história do meu barco
Fica-me eternamente
Embora velho e fraco
Gosto dele, francamente.*

*Passou muitos passageiros
E muitas mercadorias
Atravessando as águas
Com as suas euforias. (...)*

*Chegado o Castelinho
Não tinha mãos a medir
Era tanto peregrino
Que p'rá festa ia seguir.*

*Meu barco faz-lhe de ponte
Para o seu peregrinar
A custo sobem o monte
Para no alto rezar*

*Iam subindo o monte
De cesta e garrafão
Para não beber na fonte
Lá o levavam na mão.*

*Na volta, com um golinho
Era uma grande alegria
Ao voltar pelo caminho
Na vinda da romaria.*

*Era tudo gente nobre
Ao voltarem para casa
Não havia ninguém pobre
Com um “greirinho na asa”. (...)*

*Não me deixavam dormir
Mal podia descansar
Volta e meia a ouvir
Pelo barqueiro chamar. (...)*

*Agora fica a memória
Da minha luta passada
Meu barco tem uma história
Na minha vida marcada.*

SOARES, António Barbosa, Poesias dispersas.

Anexo nº 4

Reses abatidas e aprovadas para consumo segundo a espécie, nos concelhos de Amarante, Baião, Marco de Canaveses e Penafiel nos anos de 1964, 1965 e 1969 dentro e fora dos matadouros

(por número de cabeças abatidas)

	1964				1965				1969			
	Bovino	Ovino	Caprino	Suíno	Bovino	Ovino	Caprino	Suíno	Bovino	Ovino	Capri.	Suíno
Amarante	1 016	424	148	1 148	1 067	313	140	1 359	1 447	755	581	1 747
Baião	94	1 358	868	16	112	1 326	912	165	213	105	10	174
Marco Can.	803	2 939	2 548	959	1 198	2 070	1 893	1 776	2 343	2 787	5 466	2 533
Penafiel	1 147	629	41	806	1 227	536	62	1 020	1 478	968	81	1 840

A partir de Estatísticas Agrícolas do Continente e Ilhas Adjacentes, do Instituto Nacional de Estatística.

Anexo nº 5



Economia: Feira do Marco - Chapelaria (chapeus de palha)
Novembro de 1970 ?
Fonte BMMC

Anexo nº 6



Anexo nº 7



Economia: Feira do Marco - Chapelaria
Novembro de 1970
Fonte: BMCC

Fontes e Bibliografia

Fontes Orais

- Depoimentos de emigrantes do período em referência.
- Depoimentos de indivíduos coetâneos da década de 60.
- Depoimentos de proprietários e lavradores dos anos 60 e da actualidade.

Fontes Cartográficas:

- Mapa turístico do concelho de Marco de Canaveses, Rotep, 1938
- Plano Director Municipal de 1994, Câmara Municipal de Marco de Canaveses

Fontes Manuscritas

- Actas da Câmara Municipal do Marco de Canaveses relativas aos anos de 1978 e 1979.

Fontes Dactilografadas

- Regulamento da Zona Industrial de Marco de Canaveses, 1983 – Câmara Municipal do Marco de Canaveses.
- SOARES, António Barbosa, s. d. – *Quadras Populares*.

Fontes Impressas - jornais, estatísticas, relatórios

- Anuário da Associação Empresarial Marco de Canaveses, 2004
- *Diário da República*, 27 de Fevereiro de 1980 – II Série, nº 48.
- Estatísticas Agrícolas do Continente e Ilhas Adjacentes, 1965 – Instituto Nacional de Estatística.
- Estatísticas Agrícolas do Continente e Ilhas Adjacentes, 1969 – Instituto Nacional de Estatística.
- *O Marcoense*, 21 de Janeiro de 1961, nº 1187, Ano 45.
- *O Marcoense*, 5 de Agosto de 1961, nº 1208, Ano 46.
- *O Marcoense*, 2 de Setembro de 1961, nº 1211, Ano 46.
- *O Primeiro de Janeiro – Suplemento «Regiões»*, 1 de Maio de 2006, Porto.
- Recenseamentos Gerais da População de 1960, 1970, 1981, 1991 e 2001 – Instituto Nacional de Estatística.

Fontes da Internet

- <http://www.cm-marco-canaveses.pt/juntas/alpendorada.htm>
- <http://www.cm-marco-canaveses.pt/juntas/tuias.htm>
- <http://www.cm-marco-canaveses.pt/camara/obras.htm>

<http://www.ine.pt> - Retratos Territoriais – Freguesia – Microsoft Internet Explorer
<http://www.ine.pt/prodserv/freguesia/fregues.asp?fregues=101050927>
http://www.ine.pt/prodserv/quadros/mostra_quadro.asp
<http://maps.google.com/>
<http://www.triplov.com/atalaia/alves.html>

Bibliografia Local

AGUIAR, Pe. M. Vieira de, 1947 – *Descrição Histórica, Corográfica e Folclórica de Marco de Canaveses*, Porto, Esc. Tip. Oficina de S. José.

MARQUES, Bernardo de Serpa, 1998 – *Formação e Evolução Demográfica do concelho do Marco de Canaveses; Marco Histórico e Cultural – Actas de Eventos Marcoenses: 1988-1998; Memória Colectiva. História Património. Estruturas e Práticas Sociais. Ordenamento e Gestão do Território; Câmara Municipal do Marco de Canaveses.*

MONTEIRO, Emília, s. d. - *Marco de Canaveses: Castelinho.*

MONTEIRO, Emília, 1997 – *Monografia do Concelho do Marco de Canaveses, Volumes I e II*, Edição da Câmara Municipal do Marco de Canaveses.

MONTEIRO, Joaquim, 1965 – *A Feira do Marco - subsídios para a sua história*, Porto, Edições Marânus.

PEDROSA, António de Sousa, 1998 – *A Avaliação das Tendências Climáticas na Área Integrante do Concelho do Marco de Canaveses; Marco Histórico e Cultural – Actas de Eventos Marcoenses: 1988-1998; Memória Colectiva. História Património. Estruturas e Práticas Sociais. Ordenamento e Gestão do Território; Câmara Municipal do Marco de Canaveses.*

PEDROSA, António de Sousa, et al, 1998 – *Características do Sector Agrícola no Concelho do Marco de Canaveses em Finais da Década de Setenta; Marco Histórico e Cultural – Actas de Eventos Marcoenses: 1988-1998; Memória Colectiva. História Património. Estruturas e Práticas Sociais. Ordenamento e Gestão do Território; Câmara Municipal do Marco de Canaveses.*

SILVA, Francisco Ribeiro da, 1993 – *Do concelho de Canaveses ao concelho de Marco de Canaveses*, Separata da Revista de História do Centro de História da Universidade do Porto, Vol. XII, p. 81 a 94, Porto.

Bibliografia Geral

ALARCÃO, Alberto de, 1964 – *Êxodo rural e atracção urbana no continente*. Revista Análise Social, Vol. II, n.ºs. 7 e 8, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

ALEXANDRE, Valentim, 2000 – *O Império Colonial*, in “Portugal Contemporâneo”, coord. De António Costa Pinto, Madrid, Ed. Sequitur.

ALMEIDA, J. C. Ferreira de, 1964 – *A emigração portuguesa para França: alguns aspectos quantitativos*. Revista Análise Social, Vol. II, n.ºs. 7 e 8, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

ALMEIDA, João Ferreira de, 1986 – *Classes Sociais nos Campos*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa.

ALMEIDA, João Ferreira, 2000 – *Sociedade e Valores*, in “Portugal Contemporâneo”, coord. António Costa Pinto, Madrid, Ed. Sequitur.

ALVES, Jorge Fernandes, 1994 – *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto.

ALVES, Jorge Fernandes, 1998 – *O furacão «Delgado» e a ressaca eleitoral de 1958 no Porto*, Porto, Ed. Centro Leonardo Coimbra de Investigação Científica, de Apoio Técnico e de Serviços da Faculdade de Letras.

ALVES, Jorge Fernandes, 1990 – *Cooperativismo e Electrificação Rural: A Cooperativa Eléctrica do Vale d’Este*, Separata da Revista do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE), Porto.

ALVES, Jorge Fernandes, et al, 2003 – *Perspectiva Histórica da Emigração Portuguesa*, in “Porto de Partida, Porto de Chegada: A Emigração Portuguesa”, Lisboa, Âncora Editora.

AMARAL, Luciano, 1998 – *Convergência e crescimento económico em Portugal no pós-guerra*, Revista Análise Social, Nº 148 – 4º, 4ª Série, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

ARROTEIA, Jorge Carvalho, 1983 – *A Emigração portuguesa – suas origens e distribuição*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa - Ministério da Educação, Lisboa.

ARROTEIA, Jorge Carvalho, 1984 – *A evolução demográfica portuguesa – Reflexos e Perspectivas*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa do Ministério da Educação, Lisboa.

ARROTEIA, Jorge Carvalho, 1985 – *Atlas da Emigração Portuguesa*, Secretaria de Estado da Emigração – Centro de Estudos, Porto.

BAGANHA, Maria Ioannis, 2000 – *A Emigração Portuguesa no Pós II Guerra Mundial* in “Portugal Contemporâneo”, coord. António Costa Pinto, Madrid, Ed. Sequitur.

BARATA, Óscar Soares, 1985 – *Natalidade e Política social em Portugal*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.

BARATA, José Pedro Martins, 1963 – *Formação do tecido urbano: esboço de uma teoria*. Revista Análise Social, Vol. I, nº 2, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

BARSANTE, Cássio Emmanuel, 1995 – *Carmen Miranda*, Lisboa, Ed. Pandora.

BELCHIOR, M. da Costa, 1964 – *Desenvolvimento, Progresso e Agricultura*. Revista Análise Social, Vol. II, nºs. 7 e 8, Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais.

BRETTELL, Caroline B., 1991 – *Homens Que Partem, Mulheres Que Esperam. Consequências da Emigração numa Freguesia Minhota*, Col. Portugal de Perto, Biblioteca de Etnografia e Antropologia, nº 23, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

BRITO, José Maria Brandão de, 2000 – *A Economia Portuguesa do Salazarismo à Comunidade Europeia*, in “Portugal Contemporâneo”, coord. António Costa Pinto, Madrid, Ed. Sequitur.

CALDAS, Eugénio de Castro, 1964 – *Aspectos de resistência ao desenvolvimento na agricultura*. Revista Análise Social, Vol. II, nºs. 7 e 8, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

COELHO, Maria Helena da Cruz, 1988 – *O Mosteiro de Arouca do Século X ao Século XIII*, Arouca, Edição da Câmara Municipal de Arouca.

EVANGELISTA, João, 1971 – *Um Século de População Portuguesa (1864-1960)*, Lisboa.

FREITAS, José Joaquim Rodrigues de, 1906 – *A emigração portuguesa para o Brasil*, Páginas Avulsas, Porto.

FREITAS, Vamberto A., 1992 – *Pátria ao longe – Jornal da Emigração II*, Ponta Delgada.

GODINHO, Vitorino Magalhães, 1982 – *Identité Culturelle et Humanisme Universalisant*, Instituto Português do Ensino à distância, Lisboa.

GOLDEY, Patrícia, 1981 – *Emigração e Estrutura Familiar*, Secretaria de Estado da Cultura, Centro de Estudos Humanísticos, Studium Generale, Estudos Contemporâneos, Perspectivas sobre o Norte de Portugal, nºs. 2/3, Porto.

LASLETT, Peter, 1975 – *O mundo que nós perdemos*, Lisboa, Edições Cosmos.

LEAL, João, 2000 – *Etnografias Portuguesas (1870-1970), Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

MARTINS, Luís Saldanha, 2003 – *O Fenómeno Migratório e o Desenvolvimento Português – Causas e Efeitos de um Processo no Limiar de um Novo Ciclo*, in “Porto de Partida, Porto de Chegada – A Emigração Portuguesa”, Lisboa, Ed. Âncora.

MASLOW, Abraham H., 1994 – *La Personalidad Creadora*, Barcelona, Editorial Kairós.

MEDEIROS, Octávio H. Ribeiro de; Madeira, Artur Boavida, 2004 – *Emigração e Regresso no concelho de Noroeste*, Cadernos de Emigração 2, Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores.

MEDINA, João, et al, 1997 – *Deus, Pátria, Família: ideologia e mentalidade do Salazarismo*, in “História de Portugal”, coord. João Medina, Espanha, Ed. S. A. E. P. A..

MONTEIRO, Miguel, 2000 – *Migrantes, Emigrantes e «Brasileiros» de Fafe (1834-1926) – Territórios, Itinerários e Trajetórias*, Fafe.

MORAIS, Paulo, et al, 2003 – *Porto de partida, porto de chegada: a emigração portuguesa*, Lisboa, Ed. Âncora.

MURTEIRA, Mário, 1964 – *O desenvolvimento industrial português e a evolução do sistema económico*. Revista Análise Social, Vol. II, n.ºs. 7 e 8, Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais.

MURTEIRA, Mário, 1965 – *Emigração e política de emprego em Portugal*. Revista Análise Social, Vol. III, n.ºs. 10 e 11, Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais.

NAZARETH. J. Manuel, 1988 – *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa.

NETTO, António Lino, 1911 – *A Questão Administrativa (O Municipalismo em Portugal)*, Estudos de Renascença Nacional, Lisboa, Antigas Livrarias Aillaud e Bertrand – Aillaud, Alves, Bastos & C^a. Editores.

NOGUEIRA, J. Félix Henriques, 1856 – *O Município no século XIX*, Bibliotheca d’Educação Nacional, Lisboa, Ed. Da Typographia de Francisco Luiz Gonçalves.

NUNES, Adérito Sedas, 1964 – *Portugal: sociedade dualista em evolução*. Revista Análise Social, Vol. II, n.ºs. 7 e 8, Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais.

PEREIRA, Maria Fernanda Oliveira Lima Araújo, 2002 – *Emigração para França e regressos a Portugal: interculturalidade e mobilidade social*, Tese de Mestrado em Relações Interculturais apresentada à Universidade Aberta, Porto.

PEREIRA, Miriam Halpern, 2001 – *Diversidade e assimetrias: Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Ed. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

PEREIRA, Raul da Silva, 1963 – *O envelhecimento da população portuguesa em face do censo de 1960*. Revista Análise Social, Vol. I, n.º 4 Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

PEREIRA, Raul da Silva, 1964 – *Portugal perante os níveis sociais europeus*. Revista Análise Social, Vol. II, n.ºs. 7 e 8, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

PIMENTA, Carlos; FIGUEIREDO, Octávio; BRANDÃO, António, 2002 – *A Estratégia Nacional de Portugal desde 1926 até 2000*, Lisboa, Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho.

PINTO, António Costa, 2000 – *Portugal Contemporâneo: Uma Introdução*, in “Portugal Contemporâneo”, coord. de António Costa Pinto, Madrid, Ediciones Sequitur.

PINTO, José Madureira, 1985 - *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos. Elementos de teoria e pesquisa empírica*, Lisboa, Edições Afrontamento.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van, 1998 – *Manual de Investigação em Ciências Sociais – Trajectos*, Lisboa, Gradiva – Publicações, Lda..

ROCHA, Edgar, 1984 – *Crescimento económico em Portugal nos anos de 1960-73: alteração estrutural e ajustamento da oferta à procura de trabalho*, Revista Análise Social, Vol. XX – 5º, Nº 84, terceira série, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

ROSA, Manuel; FERNANDES, Gilberto; LOPES, Rui, 1999 – *Ruralidade e agricultura. Alguns indicadores socioeconómicos*, Lisboa, Ed. Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural.

ROSA, Maria João Valente, 1999 – *Notas sobre a população – níveis de povoamento e envelhecimento: contrastes entre os concelhos do continente*, Revista Análise Social, Nº 148 – 4º, 4ª Série, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

ROSAS, Fernando, 1994 – *O Estado Novo (1926 – 1974)*, in “História de Portugal”, dir. de José Mattoso, Lisboa, Ed. Estampa.

SANTOS, Vanda, 2004 – *O discurso oficial do Estado sobre a emigração dos anos 60 a 80 e imigração dos anos 90 à actualidade*, Porto, Edição do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

SERRÃO, Joel, 1974 – *A Emigração Portuguesa. Sondagem Histórica*, Lisboa, Livros Horizonte.

SILVA, Augusto Santos, 1991 – *Tempos Cruzados: um estudo interpretativo da cultura popular*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa, Lisboa.

SILVA, Lourdes da Graça Camelo da Cunha, 2003 – *Gentes sem Terra, Terras sem Gente – Transformações na sociedade rural do concelho de Alfândega da Fé (1940-1970)*, Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

SILVA, Manuela, 1964 – *Assimetrias espaciais do progresso no continente*. Revista Análise Social, Vol. II, nº 6, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, 2000 – *A Política Externa Portuguesa, 1890-1986*, in “Portugal Contemporâneo”, coord. António Costa Pinto, Madrid, Ed. Sequitur.

TRINDADE, Maria Beatriz Rocha; Campos, Maria Christina Siqueira de Souza, 2003 – *Olhares Lusos e Brasileiros*, São Paulo, Usina do Livro.

VEIGA, Teresa Rodrigues, 2004 – *A População Portuguesa no século XIX*, Porto, Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE), Edições Afrontamento.